

MATO GROSSO (ESTADO) PRESIDENTE

(CAETANO MANOEL DE FARIA E ALBUQUERQUE)

MENSAGEM ... 15 DE MAIO DE 1916

INCLUI ANEXO

MENSAGEM

dirigida pelo

Exm. Snr. General Dr. Caetano Manoel de Faria e Albuquerque

PRESIDENTE

DO

ESTADO DE MATTO-GROSSO

À

Assembléa Legislativa

Ao installar-se a 2.^a sessão ordinaria da 10.^a Legislatura, em 15 de
maio de 1916

Senhores Membros da Assembléa Legislativa do Estado:



sucessão presidencial, para o periodo constitucional de 1915 a 1919, deu-se por um pleito memoravel do qual resultou a minha eleição ao elevado posto de primeiro magistrado do Estado, sendo reconhecido e proclamado como seu presidente em sessão de 15 de maio do anno proximo findo, por esta augusta Assembléa.

Nestas condições, consoante o disposto no § 4.º do art. 25 da Constituição de 15 de agosto de 1891, tenho hoje a honra de, pela primeira vez, comparecer perante vós para o fim de vos prestar informações sobre o andamento e estado dos negocios, cuja gestão tão generosamente foi confiada á minha escassa competencia.

Dessas informações estou que colligireis os dados que vos possam fornecer a directriz do vosso procedimento legislativo, permittindo uma efficaz e cabal collaboração da vossa parte com o executivo, no sentido da evolução progressiva do Estado, favorecendo o advento de uma situação politico-economica, que lhe restitua essa prosperidade financeira, que é tanto para se desejar, certos de que só tem boas finanças quem tem boa politica, abrangida a organização economica.

Excellentissimos Senhores Deputados. E' notorio que jamais me candidatei á magistratura superior a que me elevou a generosidade do suffragio popular.

Balanceando as minhas forças com as variadas e multi-

fórmes difficuldades de tão eminente investidura, em consciencia reconheço que a Matto-Grosso não faltam intelligencias mais bem preparadas, espiritos mais bem dispostos e temperados para uma tão arriscada quanto pesada tarefa; a outrem, que não a mim, mais acertado fôra, por esse lado, houvessem os Srs. eleitores confiado os grandes distritos do Estado.

Se assim, pelo lado dos dotes do espirito e faculdades intellectuaes, reconheço a minha lastimavel insufficiencia, permitti, todavia, que vos affirme, de animo destemido, que, pelo lado do amor á terra mattogrossense, a ninguem cedo a primazia, que desse primado me julgue um dos merecedores, porquanto da minha alma sempre se desentranharam, não só em palavras abstractas, como em factos concretos, que as traduzem, toda a dedicação, todo o affecto que sempre consagrei á terra bôa e generosa, que já me tem sido pródiga de benevolencia, até mesmo servindo-me de berço.

Em taes condições repugnava-me, como uma demonstração de desamôr, não lhe consagrar, embora por força de circumstancias occasionaes, gratuitas, estas derradeiras forças, que já me vão desfallecendo, em bem do seu progresso, que ha de ser unico, sem par, incontrastavel.

Não renunciaria, pois, a cadeira presidencial; antes vim occupal-a com o animo deliberado de cumprir meus deveres.

A ninguem, porém, poderia ser licito pretender que, vindo para um lugar de tamanhos sacrificios, no meu caso individual, de responsabilidades tão graves, em que o imprevisto intervem a toda hora, de modo a difficultar a acção normal e previdente do governo—*e governar é prevêr para provêr*—a ninguem é licito pretender trouxesse eu para o governo outro pensamento, intenção outra que não fosse governar dentro do partido, que não acertou em me eleger, embóra muito me honrasse com os seus votos, pondo, entretanto, acima e fôra das estreitas exigencias da politica intolerante, dispersiva, os grandes, os santissimos interesses do Estado, de toda a communhão mattogrossense.

O Estado, entidade abstracta, instituto juridico, concretiza-se nesse aparelho complexo, que é o governo, para o bem commum e garantia de todos.

E o governo não é sinão uma collaboração harmonica dos poderes, uma conjugação intencional de esforços no sentido do aperfeiçoamento social.

Desta arte, affeiçãoada a minha consciencia de quem vê na tolerancia uma das maiores conquistas do liberalismo contemporaneo, de quem não deve “transformar a justiça em favor”, de quem deseja que a administração seja uma realidade, que é de administração, prolongada e effectiva, que precisamos, que

todo o Brazil precisa para nos salvarmos e não um logro, que de logros o paiz está cançado e farto ; cultivados, por esta maneira, os meus pendores affectivos de mattogrossense, sem o infortunio de paixões odientas, limpo de personalismos. não seria a mim que poderia caber outra politica que não fosse a de nobre e digna conciliação—*porque administrar é tambem conciliar*, —de esquecimento de rancores e odios, que só produzem fructos maleficos, damninhos e não essa politica das submissões humilhantes, urgidas pelas necessidades materiaes da vida, impostas pela fome que invadiu o lar infeliz, as quaes desfibram o character, envilecem o homem, degradam o proprio Estado, que ficará uma terra de submissos ou de revoltados.

Não, Srs. Deputados ; eu vim para o governo como o porta bandeira da paz, que é o de que mais precisamos, por honra e engrandecimento material e moral desta parte da Republica, tão flagellada por essas paixões e cobiças violentas, que já desandaram, em tantos Estados, por vergonha nossa, nessas revoluções, que já nos crearam tantos males, dentro e no exterior do Brazil, uns directos e outros indirectos e estes ordinariamente os mais perigosos. Precisamos seguir outro rumo, applicar outros processos, substituir o regimen da violencia pelo da lei. Essas revoluções já se tornaram, no Brazil, casos psychologicos, nevroses com feição de idéa-força social, naquillo que uma idéa-força social pôde offerecer de mais nocivo e condemnavel. Essa idéa força é a matriz de onde saem todas essas crises e difficuldades em que vivemos atascados e empobrecidos.

Tornando-nos irascivel o systema nervoso, essas convulsões sociaes já nos tiraram a serenidade e alegria de animo de que o sentimento deve sair manso, pacifico, contente e creador.

Nesse estado mórbido de temperamento dos nervos, as funcções cerebraes não podem ser senão tristes, doentias, mal-sãs. E' contra isto que eu prégo por uma necessidade de hygiene social e que precisamos, Srs. Deputados, reagir com empenhado civismo e afincadamente, procurando readquirir o equilibrio da saude social, que se foi nesses enxurros de violencias e maldades. Cada época, cada povo tem a sua alma, a sua psyché : precisamos, patrioticamente, cuidar da nossa alma, da nossa psyché, que enfermou grave e seriamente de más paixões e odios damninhos.

Não é só Matto-Grosso, é toda a Republica, que atravessa phase critica e melindrosa de crescimento physico, formação e educação do character republicano ; e, nesta obra de formação e educação do character de um povo, como na de um individuo, a acção do governo muito menos vale do que o proprio esforço individual e muito se consegue pelo exemplo, que vale mais do que um discurso, do que pela palavra, tantas vezes

insincéra, fementida. Para esta obra, que é de patriotas, que é de republicanos, precisamos, sobretudo, de tranquillidade, de paz e ordem publica; emfim, dessa confiança no dia de amanhã, sem a qual se não pôde ter um ideal de aperfeiçoamento, de progresso, de bem estar individual ou collectivo.

Precisamos de paz, Srs. Deputados; sem embargo a paz é uma das necessidades das sociedades humanas. Nas sociedades, por elementares que sejam, nos proprios aggregados inferiores, a paz tem por fundamento a *Justiça*, esse «mais abstracto e nobilitante dos sentimentos humanos», que vem afinando-se, desde as communidades subalternas do Cosmos até chegar ás super-organicas, como a suprema garantia da vida, a propria vida, em todas as suas manifestações physicas ou moraes.

Não me deslustra nem me desapego desta politica de tolerancia, respeito ás garantias legais, culto á *Justiça*. Ella só me pôde ser censurada por esses espiritos que, por cultivarem o egoismo e o odio, que esterilizam o coração, pensam que estes são os mais nobres e dignos de todos os sentimentos politico-sociaes; que, porque têm a consciencia estéril e sáfara, já perderam até mesmo os rudimentares sentimentos de solidariedade social humana.

E por ser este o caminho que me tracei, não faltam vozes de desagrado e apodos, que aliás me não entibiam o animo nem me farão torcer deste rumo: fazer um governo de respeito ao direito, *que o direito é a propria vida*, de zelo pelo patrimonio do Estado, que não é só da geração presente, mas tambem dessas gerações vindouras, quer esse patrimonio seja *monetario*, quer dizer: *esteja nas suas rendas*; quer seja *agrario ou territorial*, isto é: *esteja nas suas terras*, porque esses haveres vêm e pertencem a essa massa anonyma que deseja socêgo, paz, tranquillidade, ordem social, para ter a *ordem economica*, para se entregar, confiante no dia de amanhã, ás doçuras do trabalho honrado e productivo, que lhe trará o conforto, senão a propria riqueza.

Grandes na verdade, Srs. Deputados, os obices, embarços e tropeços que se antepõem a esta taréfa, que é vossa, que é minha.

Certo que é ardua a nossa missão commum; nem por isso todavia, devemos desanimar: por ingentes e duros que sejam os nossos deveres, não nos faltam razões que nos incitem, nem argumentos que elles não alleguem em bem do seu cumprimento, como convem aos grandes destinos desta terra de que nos devemos mostrar dignos filhos.

Sêde meus Cyrineus, que haveis de ter as bençãos e recompensas das vossas fadigas, subindo o calvario sombrio e angus-

tiado em que tombarei muitas vezes ao peso desta cruz, que me puzeram aos hombros inexperptos e fracos ; ao depois, só desejo volver ao lar modesto, bem com a consciencia, que dentro de nós está de olhos accesos e ouvido attento, que é o nosso proprio Juiz e carrasco, não nos illudamos, quando ainda não estamos de todo perdidos para as suas vozes, bradantes, implacaveis.

Relações com a União e os Estados

Praz-me vivamente vos assegurar que são amistosas e cordiaes as nossas relações com a União e os Estados.

Esta amistosa cordialidade impõe-se como um dever dos que têm a responsabilidade do governo, nesta hora angustiada do paiz, por facilitar a debellação da crise complexa que a Republica atravessa e que é de molde a nos impôr uma resoluta e patriótica congregação de esforços para o bem de toda a nação.

Ainda agora, por motivo da celebração do 25.º anniversario da Constituição da Republica, como legitimo orgão e interprete dos sentimentos ordeiros do Estado, affirmei ao eminente Sr. Dr. Wenceslão Braz, digno Presidente da Republica, a solidariedade de todo o Matto-Grosso que deseja o nosso progresso, com o chefe da Nação nessa tarefa ingente de reerguimento do paiz, deprimido em todas as manifestações da vida nacional, por uma continuada pratica de erros sobre erros, que nos levaram a esta situação em que é patente o animo faccioso e anarchico, o espirito de indisciplina e desordem, produzindo a obliteração desse respeito que se deve á autoridade constituida, que age dentro da lei.

Não ha dissimular, Srs. Membros desta Assembléa : tenho para mim que jamais o Brazil se viu á beira de tantos perigos, tão a pique de arruinar-se, de perder se pela perda daquillo que mais devemos zelar — a de sua honra, que já vae combalida.

A Republica está atravessando os mais sombrios dos seus dias, a mais complexa e perigosa das suas crises. Não se pôde ter olhos que não enxerguem nem ouvidos que não escutem o que vae em torno de todos nós. Não se pôde occultar á nossa percepção a existencia deleteria de um virus que vae, de contagio em contagio, alastrando-se, dando lugar a tentativas subversivas da ordem publica, que perturbam a marcha normal e serena do governo, nesse proposito de governar com a lei, com o direito, com a justiça, fazendo o de que mais precisamos — quer dizer — administração honesta, arredando a nação desse

caminho de azares, em que vinha de longa data, «de delapidações, de partidarismo, de indisciplina, de abandono da causa publica», no dizer exacto do *Jornal do Commercio*.

Por sorte nossa, os telegrammas dos presidentes e governadores dos Estados ao Snr. Presidente da Republica, pela data de 24 de fevereiro ultimo, vieram a lume, afinados pela mesma inspiração do eminente Snr. Presidente de S. Paulo, conselheiro Rodrigues Alves, num unanime consenso de franco apoio á suprema autoridade da Republica, que precisa de socego, de ordem, de paz, de trabalho, em todas as suas unidaes para a sua prompta e completa reabilitação sob o triplice aspecto . politico, economico e financeiro.

O Código Civil

Sinto-me verdadeiramente jubiloso por me poder congratular comvosco pelo acontecimento memoravel, marco luminoso em a nossa vida juridica, qual a sancção, por parte do Snr. Presidente da Republica. do nosso Codigo Civil, monumento parlamentar que nos honra como valiosissimo testemunho do valor, ao menos theorico, formal, da nossa cultura juridica, assecuratorio dessas multiplas e cada vez crescentes, pela evolução do direito, relações de ordem civil.

Esse facto, que ficará como um padrão de nossas glorias parlamentares, nestes tempos de tanta maldade, em que as nações *leaders* da cultura humana, no velho continente, fôcos da civilização occidental, despedaçam-se em uma guerra que é o maior de todos quantos flagellos até hoje têm castigado a humanidade, não pôde deixar de ser applaudido, mãos ambas, dando-nos a satisfação espiritual dessa victoria do direito, desse codigo, que é a synthese das melhores e mais bem sancionadas conquistas juridicas dos tempos actuaes.

Entretanto, verdade é Snrs. Deputados, os codigos não bastam por si sós; que tenhamos boas leis, que possuamos codificações mais ou menos perfectas dessas leis, não é tudo, que boas leis nunca nos faltaram: *mister tenhamos Juizes que as applicuem e quem lhes queira obedecer*; visto como é postulado incontestemente que a lei por si só nada vale, vale pela sua applicação, pela obediencia que se lhe presta.

Assassinato do senador general José Gomes Pinheiro Machado

Compunge-me o ter de lembrar-vos este episodio tragico, que, a 8 de setembro do anno proximo passado, occorreu na capital federal, e écouo tristemente fóra e dentro do paiz.

Um paranoico em cujo espirito amoral a vesania apagara a luz da razão e enchera o coração de perversidade e odio, nesse dia e num dos lugares mais frequentados pelo escól da metropole republicana, o saguão do Hotel dos Estrangeiros, num movimento rapido e imprevisto, combinação de cobardia e maldade; á traição, apunhalou e prostrou sem vida o senador Pinheiro Machado, que mal pôde proferir um vocabulo que a historia recolheu e ha de registrar.

Num lance, assim tão abominavel, o paiz perdeu um dos seus mais eminentes republicos, qual o chefe prestigiosissimo da maior organização republicana que entre nós já existiu e se moveu á voz de um commando, o Partido Republicano Conservador.

O juizo da historia, Srs. Membros da Assembléa Legislativa, não é o que se fórma sob o tumultuar das emoções e paixões do momento. A sua solenne, soberana e tranquilla imparcialidade só pronuncia o seu veredicto apòs o transcurso de maior ou menor lapso de tempo, quando já acalmadas as paixões, desvanecidos os preconceitos pró ou contra, desaparecidos os odios; só então é que essa "mestra da vida", suprema vingadora das injustiças, consoladora dos bons e flagelladora dos maòs, faz ouvir o seu julgamento sereno, pela voz insuspeita da posteridade.

Quaesquer, entretanto, que sejam os criterios contemporaneos, a cuja luz se queira julgar Pinheiro Machado, a verdade é que desde já lhe não podem negar altos, excepçionaes predicados de energia e acção pelos quaes se affirma uma individualidade, que os tinha de sobejo o chefe querido, mercê dos quaes chegou á culminancia da nossa politica republicana, esteiando, na paz e na guerra, com a fé de um apostolo, como um lidimo patriota, as instituições vigentes, que defendeu até que o sicário o arrancou do convivio terreno dos amigos e correligionarios para o collocar na admiração, respeito e saudade posthuma de todos esses amigos, de todos esses correligionarios e da propria Republica, finalmente!

Como testemunho e signal de homenagem ao illustre extinto, pelo governo da União foi decretado luto nacional, a Republica fazendo os gastos com os funeraes do eminente brasileiro, que baixou á sua derradeira morada, cercado das honras e homenagens a que lhe davam direito o seu posto militar e os seus predicamentos de vice-presidente do Senado Federal.

Acompanhando todos esses tributos e obsequios de gratidão tão merecida, o governo do Estado, por sua vez, decretou luto official, por decreto n. 406 de 11 de setembro de 1915, durante 3 dias.

O palacio do Governo

Em a sua primeira Mensagem, dirigida a esta augusta Assembléa, o meu illustre antecessor deu-vos noticia deste proprio estadual considerando-o inhabitavel: "O palacio do Governo, velho e estragado, sem esthetica nem conforto, ameaça ruinas", taes foram as palavras do Sr. Dr. Joaquim Augusto da Costa Marques.

Propriedade adquirida em 1824, ha quasi um seculo, de um particular, para residencia presidencial, está em flagrante conflicto com as mais rudimentares regras de hygiene, que ainda se não praticam entre nós, quanto mais naquelles tempos de tanto atrazo e poucas luzes.

Abandonado, reduzido parcialmente a uma casa para os despachos e recepções officiaes, com os seus commodos mais internos servindo de quartel do esquadrão de cavallaria, o seu estado impressiona mal pelos muitos estragos que se notam interna e externamente.

Quando, portanto, voltarmos á situação de boas arrecadações fiscaes, manda o proprio decoro do Estado que se construa um novo palacio, que possa preencher o seu destino de residencia official e secretaria do Governo.

Residencia presidencial

Como vêdes. Srs. Deputados, foi a palavra autorizada do Governo, no mais soleune dos documentos officiaes, que condemnou, formalmente, o velho casarão, que é o palacio da presidencia do Estado.

Inteirado desta especie de interdicção, reflectindo que até mesmo nos Estados mais pobres da Republica, o chefe do seu Poder Executivo reside em palacio que o Estado lhe dá mobiliado, com pessoal pago pelo Thesouro, com carruagem, cocheiro e jardineiro, sabendo que quando a capital do Estado do Rio de Janeiro foi mudada para Petropolis se alugou na bella cidade serrana, por conta do erario publico, residencia para o chefe do Estado, animei-me a pedir-vos a verba, que votastes, de 300\$000 mensaes para o aluguel de uma casa destinada á minha residencia.

Nada mais legitimo e natural, tanto mais quanto não tenho domicilio nem possuo propriedade nesta capital.

Cumpre-me ainda, para resalva minha e do Estado, vos informar que mandei proceder ao arrolamento dos moveis officiaes, alguns bem usados, que encontrei guarnecendo a casa que se alugou para a minha morada governamental, mandando

publicar na *Gazeta Official* a lista desses moveis, entre os quaes só um leito se me deparou para toda a minha familia.

Como tenho muito empenho em que sejam bem conhecidas as condições de conforto que me esperavam, declaro que, não trouxesse eu os moveis que guarneciam minha residencia na Capital Federal, teria o Estado de adquirir por bom preço, nesta praça, que não os tem novos, moveis já usados.

E' certo, todavia que, de 1912 a 1915, os orçamentos annuaes accusam a verba de 27 contos de réis para aquisição e concerto de moveis e que muitos desses já usados, que encontrei na casa em que resido, foram comprados á ultima hora.

Carta geographica do Estado

Este serviço prestimoso, que está a cargo do nosso illustre patricio coronel Candido Marianno da Silva Rondon, posto para isto, pelo Ministerio da Guerra, á disposição do Governo do Estado, já foi iniciado e prosegue sob lisongeiros auspicios. O intrepido sertanista, tão dignamente auxiliado, continúa nas suas explorações e, em telegramma que me passou do Jarú, em 31 de dezembro ultimo, annunciou-me novos descobrimentos para os lados das cabeceiras do precitado rio Jarú, conhecido entre os indigenas pelo nome de Tramak. Esses descobrimentos permittiriam ao coronel Rondon fechar, com precisão, a divisória das aguas do Guaporé, Gy-Paraná e Jamary. Novos campos descobriram-se por aquellas bandas, os quaes muito se prestam á criação pecuária, no que concerne ao gado vacum, cavallar e caprino. Em data de 4 de fevereiro ultimo, communicou-me o coronel Rondon que a turma encarregada da rectificação de longitudes de estações do Sul do Estado, chefiada pelo astronomico capitão Renato Barbosa, explorara as cabeceiras dos rios Aquidauana, Negro e Taboco, fazendo-as geographicamente. Determinaram-se longitudes de 18 estações de Cuiabá a Presidente Penna, além dos passos de todos os rios cortados pela linha telegraphica.

Como vedes, Srs. Deputados, podemos nutrir a esperanza de possuirmos, em breve, a nossa carta geographica, organizada com as garantias technicas que são para se desejar em trabalhos dessa natureza, infelizmente entre nós inçados de phantasias cartographicas.

Como elemento de informações, essa carta será optima auxiliar da administração do Estado que, não conhecendo *de visu* o nosso tão vasto territorio, poderá todavia assim conhecê-lo, visto como *todo mappa é um prolongamento da vista, como o telephone o é da audição.*

Limites do Estado com o do Amazonas

Em 29 de janeiro ultimo recebi do major João Baptista Brandão Junior o seguinte telegramma :

«Communicos encaminhados Juiz documentos relativos demarcação concluida.»

Em 2 de fevereiro ultimo o mesmo major me telegraphou :

«Proximo correio remetterei V. Exc. copia documentos demarcação limites concluida.»

Em 5 deste mesmo mez me telegraphou o senador Azevedo dizendo que o coronel Alcino e o major Brandão o avisaram de estarem completos os documentos relativos áquelles limites, todas estas communicações tendo sido confirmadas por carta datada de 12 de março ultimo, em que o Dr. João de Moraes e Mattos diz estar concluida a demarcação da linha divisoria entre os dois Estados.

Até agora, porém, ainda não recebi as copias ou documentos a que se referem estas informações de varias fontes.

Vem de molde vos suggerir a conveniencia de assentarem-se marcos no rio Roosevelt e outros, afim de que as nossas fronteiras por aquellas bandas fiquem geographicamente mais bem definidas, favorecendo e assegurando mais efficientemente a arrecadação de nossas rendas e a jurisdição politico-administrativa do Governo do Estado.

O album graphico

Está no vosso conhecimento que o governo do Estado adquiriu, por oitenta contos de réis, dous mil exemplares desta publicação, que não é portatil, nem de facil manuseio, como sóe acontecer com as verdadeiras obras de divulgação e propaganda, taes como se escrevem, fundamentalmente inspiradas na preocupação da lei edonistica do util, isto é, de se obter o maximo proveito com o minimo dispendio, collimando fazer conhecidas do mundo capitalista, dos chamados *investors*, as possibilidades economicas que possam attrahir capitaes e braços para as terras que se quer fazer conhecidas, como se pratica em S. Paulo, Minas, Rio Grande do Sul e Estado do Rio.

São verdadeiros *guias*, succintos e breves, que se lêem mesmo em viagem.

O *album* de que se trata é de difficil e despendiosa remessa, pelo seu peso, que é de 3.500 grammas, o qual eleva a sua franquia postal a sete mil réis, não acceitando-o o correio pelas suas dimensões, que excedem às regulamentares.

Dessés dous mil exemplares sobram ainda na Capital Fe-

deral creca de mil, cuja armazenagem o Estado está pagando à casa Sampaio Avelino & Comp. Desta arte, a sua distribuição *gratuita* vae-se tornando sobremodo onerosa. Custando ao Estado quarenta mil réis cada volume, a sua remessa o encarece da franquia postal, além de que se não sabe quem responde pela sua conveniente distribuição : bem pôde haver quem o procure para logo o vender por infimo preço.

Encorporado ao patrimonio do Estado, não me animei a autorizar a sua venda, que aliás se me afigura acertada, para que o salvemos das traças ; para vêr se, de um tão grande e crescente dispendio, ainda se pôde restituir ao Thesouro uma pequena parcella que seja.

Secretarias de Estado

Por actos n.ºs 2 e 10, de 16 de agosto ultimo, nomeei o dr. Conrado Ericksen Filho e o coronel Manoel Escolastico Virginio, este, Secretario do Interior, Justiça e Fazenda ; e aquelle, da Agricultura, Industria, Commercio, Viação e Obras Publicas. O dr. Conrado Ericksen trazia, como profissional, um nome feito nos diversos ramos da engenharia civil e o coronel Escolastico Virginio é um digno conterraneo que já havia servido, com destaque, os cargos mais elevados da nossa politica e administração estaduaes.

E' com prazer que reconheço não haver errado nessa escolha dos mais altos auxiliares do Governo, visto como è da maxima efficiencia a coadjuvação que ambos me prestam como interpretes fieis dos meus intuitos governamentaes.

Os diversos serviços affectos às Secretarias de Estado já vão dando de si um rendimento mais satisfatorio.

Regimen florestal

A questão das florestas já está na consciencia publica, já subiu até ao parlamento nacional como um desses problemas que interessam, não a este ou aquelle Estado, porém a toda a federação, como factor importantissimo de sua climatologia e, portanto, factor eminente na sua desorganizada constituição economica, além de que é, de per si, uma das modalidades mais vantajosas da industria rural.

Por toda a parte, no Brazil, a ganancia ignara como que se lançou em guerra aberta contra as nossas florestas para o fim de se fazer dinheiro, quer pelo fabrico da lenha, quer nos rotineiros processos agrários, tanto mais condemnaveis quanto é certo que o governo já tomou o encargo de fornecer ao agricultor os melhores instrumentos ruraes pelo preço de custo.

E' uma innominavel selvageria esse desamôr á matta, isso que por ahi se pratica, sem tino e a esmo, na tiragem da lenha, deixando o terreno desprotegido e inculto. Conviria ou melhor —impõe-se que os lenhadores se limitem a abater as madeiras de certa grossura para cima, respeitando os individuos vegetaes novos, de madeiras de lei e de fructos: desta maneira se não comprometteriam as nossas florestas e a extracção do combustivel poder-se-ia fazer por longos annos, com vantagens para os proprios extractores e sem prejuizo para a commu-nhão social.

A matta, a floresta, é um systema de forças productivas; a industria florestal ou *silvicultura* é uma fonte de riqueza. Os effeitos da destruição das mattas estão hoje bem conhecidos sci-entificamente com respeito á sua função electrica, chimica, anemometrica e climatica; outrosim, quanto á sua acção sobre o regimen fluvial, sobre as fontes e estructura geologica e mor-phologica do territorio, todos elementos de incontestavel valia na producção agraria do paiz.

Está verificado que o augmento das precipitações ou quedas de chuvas sobre as florestas se faz sentir sobretudo pelo numero de dias chuvosos ou, como pretendem outros, "é sobre a evaporação e não sobre a chuva que as florestas exercem sobretudo a sua influencia.

Desta ou daquella maneira, o facto evidente é que á floresta compete papel eminente na economia de um paiz e fuja-mos, sem detença, emquanto é tempo, do prognostico de Lund quando vê para o Brazil o futuro de um Sahara.

Como providencia de muito acerto temos a lei n.º 96, de 27 de junho de 1895, que prohibiu a derrubada das mattas á beira dos rios.

Infelizmente, é nenhuma a acção fiscalizadora do funcio-nario que é pago para esse serviço; julgo mesmo que é, por emquanto, impossivel essa intervenção, com a indispensavel imparcialidade e presteza.

Parece-me, porém, menos conveniente a lei n.º 40, de 20 de julho de 1893, que autorizou o arrendamento de terras devolutas para a extracção de vegetaes, nos termos amplos de suas disposições.

Neste, como em outros serviços publicos, em Mato-Gros-so, quasi que é, por circumstancias regionaes ainda irremovi-veis, inefficaz a actuação da administração publica: falta ao governo essa iniciativa, essa intervenção desinteressada e pro-veitosa do particular, que vê no bem publico o *bem de nós to-dos*, o seu proprio bem.

Não se tem senão a enervante e contraproducente noção do Estado tutela, do Estado protecção, do Estado providencia.

A lavoura

Póde dizer-se que a nossa lavoura se encontra no primeiro estágio dessa industria rural, que é a *agricultura*, que foi uma das primeiras occupações do homem, que tem sido uma das mais retardadas no progresso, vivendo até hoje dos processos rotineiros, pedindo á collaboração dos recursos limitados e decrescentes da terra, com o clima, o seu elemento exclusivo de vida, esquecida de que já vae para mais de meio seculo que esse empirismo devia ter desaparecido, dando lugar á lavoura mechanica, scientifica, na qual a ferramenta agricola multiplica a força animal e os fertilizantes ou adubos de toda especie supprem as insufficiencias das energias physico-chimicas do terreno, pela acção quasi sempre immediata que exercem sobre a composição do sólo e, consequentemente, sobre a nutrição e crescimento dos vegetaes, tornando mais remuneradoras as colheitas.

Entre nós, póde dizer-se que ainda se desconhecem os modernos processos de pratica agraria, desse facto *técnico economico* que é a preparação da terra pelo emprego desses adubos, que dão á lavoura essa feição de *high farming*, quer dizer, de alto cultivo, como dizem os inglezes; essa característica de sciencia que tem por auxiliares tantos outros ramos eminentes do saber hamano, disto nascendo a figura moderna do *engenheiro agronomo*. A proposito da lavoura escreveu Zolla:

“A logica das cousas quiz que só pudesse aperfeiçoar-se pela applicação dos novissimos descobrimentos scientificos. Em desquite, mostra-se consideravel o alcance dessas descobertas que não pódem ser exactamente limitadas“.

A theoria corrente, de uns cincoenta annos a esta parte, da restituição pelo emprego dos correctivos ou adubos, mineaes ou industriaes, assim tambem a revolução decorrente, embora não tão importante como em outras industrias, do uso das machinas aperfeiçoadas, por essa mechanica-agricola, tem dado à agricultura o aspecto de uma industria scientifica.

Ainda agora, confirmando a opinião supra de Zolla, acaba de vir, ampliando a acção do professor Tompson, que conseguiu, por meio da applicação de correntes electricas, captar o azoto da atmosphaera, nova descoberta, que abre largos horizontes economicos á lavoura.

E' o caso que o professor Bottomley chegou a descobrir o "pseudonomos radicola", bacteria captadora do nitrogeneo. E' bem conhecida a adubação verde por meio de leguminosas, como as alfafas, a mucunã, em cujas raizes vive a colonia de micro-organismos fixadores do nitrogeneo; essa pratica empi-

rica toma feição de sciencia e explica-se pela descoberta do professor do Collegio Real de Apperley Bridge.

Agora, em vez de adubar o sólo, bastará enterrar-se a semente com o virus de fertilidade, o que é muito mais simples, expedito e economico do que o processo da restituição pela adubação. Mettida na terra, a semente, assim contaminada pelo "pseudonomos radicola", para logo germina em meio de uma verdadeira colonia microbiana, elaboradora da fixação e assimilação do azoto em quantidade cabal á plena exuberancia da planta.

Nos Estados Unidos da America do Norte e Inglaterra já se fizeram distribuições de milhares de kilogrammas dessas sementes contagiadas; as quaes são vantajosissimas succedaneas dos nitratos de sôda do Perú e guano do Chile, desta arte tornando de nenhum effeito o brado alarmante de Crooks, sob a imminencia do esgotamento das jazidas das costas do Pacifico, visto como as forças limitadas da terra são sempre decrescentes e tambem localizadas e não nos dá o terreno as colheitas que lhe arrancamos sem que se esgote ao cabo de um cultivo prolongado.

Entre nós, no Brazil mesmo, já se introduziu o emprego do "pseudonomos radicola" e devemos esperar que elle virá até Matto-Grosso.

Certo, o problema economico é relativo no *tempo* e no *espaço*; e a producção de um paiz depende do modo por que elle sabe aproveitar o espaço, que nos é dado pela natureza e o tempo, de que não fazemos cabedal, que é medido pela successão dos dias, entidade esta ou *factor economico* de que não nos apercebemos, talvez pela razão musulmana de que a vida *consiste em esperar*.

Não temos, ao demais, o transporte, que é a diminuição do espaço, creando essas tão necessarias relações entre as cidades e os campos, isto é, entre a producção e o mercado; não temos o *credito*, que é a "diminuição do tempo", antecipando capitaes; transporte e crédito que ambos têm por consequencia a multiplicação desse instrumento economico integrante e derivado, que é o *capital*.

Não ha expansão economica sem vias de transporte, visto como quem diz *transporte*, diz *população*—isto é—augmento de riqueza activa nacional.

Que é que nos valem essas terras vastas, despovoadas, incultas? Mas vale um hectare bem cultivado do que esses latifundios incultos, abandonados.

Sem transporte e sem credito, não ha circulação, de que depende a producção.

Andamos a tratar das cidades, dando-lhes palacios, jardins

etc., etc., sem valor economico, esquecidos de a riqueza, que é um certo equilibrio no conforto, uma certa elevação no estalão médio da vida, uma possibilidade de bem estar, nos vem da gleba fecunda, povoada, transitada, trabalhada, dando da fecundidade de suas entranhas o que nos fôr preciso para a vida urbana.

São grandes, Srs. Deputados, as nossas vicissitudes e contingencias economicas, avultando mesmo essa descuidada facilidade de vida. A *ordem* ou *constituição economica* de todo paiz, que repousa sobre a noção capital da *ordem social*, sem a qual não pôde haver trabalho, que é "arte da paz" e, portanto, progresso economico, ainda não tem noutros Estados do paiz, *muito menos* em Matto-Grosso, bases seguras, estaveis.

E' aqui, neste arroteio da terra, como no da massas populares, incutindo nestas o amor ao trabalho, á vida laboriosa do campo, que está o maximo problema de todo o Brazil. Toda a nossa vida economica é de um desequilibrio generalizado.

Vivemos por toda a parte em *deficit* de producção e em *defict* de consumo, e, seja onde fôr que se revele, a verdade é que *todo desequilibrio é nocivo*.

E' com prazer que registro aqui, Snrs. Membros da Assembléa, as seguintes palavras do Sr. Secretario da Agricultura, para ellas chamando a vossa patriótica attenção :

« Muito pouco desenvolvida no Estado, a agricultura industrial se limita ao plantio da cana em pequena escala, de cereaes, de fumo, etc.

São bem conhecidas as razões para esse pequeno desenvolvimento agricola.

Está em primeiro logar, como causa natural desse facto, a escassez da população. E' obvio tambem que onde se pôde, com esforço menor, obter das industrias extractivas resultados immediatos que ellas proporcionam, ninguem se preocupa com agricultura, industria que exige como condições de viabilidade principalmente a mão de obra barata e o consumo garantido nas proximidades dos centros de producção.

Este phenomeno é de observação corrente em todo o Brazil. Nas zonas hervateiras do Sul, como nas productoras da borraça, no Norte, é sabido que a população não se dedica á agricultura. O surto desta é uma funcção do povoamento, como está provado nas regiões colonizadas do Rio Grande, Paraná, Santa Catharina, etc.

Dependem tambem da garantia de consumo para seus productos, que só podem deixar resultado quando vendidos sem os encargos de pesados fretes de transporte. Assim, o facto da não existencia de uma producção agricola industrial no Esta-

do é um corollario das condições de povoamento e de viação que dominam sua vida economica.

A produção de cereaes é consumida no Estado, não havendo exportação alguma dessa produção. Não existem dados seguros por onde se possa avaliar a quantidade de productos agricolas produzidos no Estado. As indicações que se contêm no quadro n. 1 são as unicas que consegui obter.

Como se vê do quadro, só de nove municipios foi possível obter informações relativas ao assumpto, réstando ainda outros nove de cuja produção não foi possível fazer-se qualquer avaliação fundamentada. Mesmo que se adopte o criterio de considerar sua produção igual, em media, á dos outros nove, ainda assim me parece que tal estatistica ficará muito abaixo da realidade. No municipio de Campo Grande, especialmente, o desenvolvimento das plantações de milho e feijão se tem accentuado de maneira apreciavel. Pelas informações que tem recebido esta Secretaria, de pessoa idonea incumbida de verificar o estado das culturas em Campo Grande, sabe-se que aquella villa já é abastecida em generos alimenticios (cereaes) pelos nucleos de colonos nacionaes e japonezes, que se têm formado ao longo da via ferrea. Esse facto, muito auspicioso, bem justifica as medidas ultimamente postas em pratica, para facilitarem o desenvolvimento dessas colonias».

Cultura do algodão

Entre os mais promettedores generos de cultura entre nós, como succedaneos dessa industria da borracha, que continúa debaixo de serias ameaças, devemos apontar á attenção do Srs. lavradores a cultura dessa substancia textil conhecida pelo nome de algodão, que é planta de zonas tropicaes e temperadas, desenvolvendo-se bem nas regiões em que a temperatura não desce abaixo de 16° a 17° centigrados.

Na opinião de Humbolt, o algodão prospera nas regiões sul americanas, que ficam aquem de 34° de latitude e nas quaes reina uma temperatura media annual, que varia de 20° a 30° muito propria para os algodoeiros arboreos, ao passo que os herbaceos dão-se mais bem nos lugares em que a temperatura é de 20° a 25°. Póde ainda este importante textil prosperar na zona temperada, comtanto que ahí reine uma temperatura média de 22° e no inverno o minimo de 10° centigrados.

O algodoeiro prefere terrenos seccos e arenosos; o terreno para a sua cultura deve ser lavrado e arado tres vezes, visto como o seu preparo muito influe no valor da colheita.

Acredito que em Matto-Grosso será muito rendosa a cul-

tura systemática e racional do algodão, entre outras, a do *Caravonica*, botanicamente parecido com o algodão do Perú. Existem as qualidades *Caravonica lã* e *Caravonica seda*; aquelle de fibras mais largas que o peruano e este, que se parece com o famoso *Sea-Island*, de Norte America.

O *Caravonica* está hoje ensaiado em larga escala, em varias partes do globo, inclusive Asia e Africa e produz muito bem nos tropicos, maximé nas latitudes entre 10° e 18°; pode-se, porém, semear até 30°

Existe ainda um algodoeiro hybrid—o *Mamara*, que dizem superior ao *Caravonica*.

O crescimento do *Mamara* attinge a 1.^m80, ao passo que o *Caravonica* vae até cinco e seis metros, o que difficulta a colheita.

Segundo o *Tropical Agriculturist*, as fibras do *Mamara* são sedosas e de uma bonita côr branca.

Na opinião de competentes o algodão brasileiro é superior a muitas especies do norte-americano, visto que sobre este possui as vantagens de côr, de extensão e residencia de fibras.

Produzimo-lo, certo, mais caro, por uma questão de *meio*; não póde, entretanto, ser comparado ao norte-americano, que sendo de menor custo e valor, é, com excepção do *Sea-Island*, de inferior qualidade.

E' de esperar seja o algodão um dos productos mais bem cotados, tão logo esteja terminada a guerra que nos flagella, tão brutalmente.

Em varios Estados da União preconiza-se e pratica-se a cultura do algodão e tenho para mim que as nossas condições de terras e de climas são de molde a fazer da plantaçãõ do famoso *gossypium* uma fonte de renda para o Estado.

Eu não hesitaria, Srs. Deputados, em vos lembrar um premio para se dar ao lavrador, que, em meados de 1919, apresentar uma cultura de vinte mil algodoeiros de Malta ou herbaceos: *gossypium herbaceum*.

Sou, em these, hostile aos premios; faz-se mister que a livre e espontanea iniciativa individual se revele capacitada do seu valor.

O estadismo tem-nos sido funesto.

Peço a vossa attenção para o que vae a seguir, como informaçãõ do Sr Secretario da Agricultura, e que bem mostra que a industria algodoeira tem promettedores horizontes no Estado:

«De todas as culturas industriaes que melhor se adaptam ás condições climatericas e ás qualidades das terras neste Estado, é evidente que o algodão se apresenta em primeiro lugar. E' conhecida a facilidade com que elle produz em todo o Es-

tado, sendo que as fibras que tive occasião de examinar são de primeira qualidade. O algodão egypcio parece-me que será a melhor variedade a ser introduzida em Matto-Grosso. As variedades *sea-land* e *up-land* que fazem a riqueza dos cultivadores norte-americanos, exigem climas frios e só se poderiam adaptar nas terras dos planaltos. Para animar a cultura do algodão, seria necessária a existencia de um centro de consumo garantido, como seja uma fabrica de tecidos grossos.

A população do Estado consome em larga escala os tecidos de algodão e assim, para uma fabrica de preparações modestas, está preparado um successo garantido.

Tal fabrica, tecendo com fios de numero 8 a 24, (tabella ingleza) e provida de 60 teares com a respectiva filatura, não custaria mais de trezentos contos de réis. Sua produção pôde attingir a 3 000 metros de tecidos, diariamente, com os teares communs. Com os teares chamados de revolver, ou de fusos em tambor, essa produção pôde ser duplicada. O consumo annual de uma fabrica nessas condições estabelecida, orça por 150 a 200 toneladas de algodão. Essa produção pôde ser garantida por uma área de 250 hectares bem cultivados. Todas as medidas que possam ser adoptadas para induzirem os capitalistas a semelhante tentamen, devem ser adoptadas, pois a criação de tal industria no Estado, será de grande vantagem, quer sob o ponto de vista agricola, quer sob o industrial».

A produção média de um algodão está calculada em 1.200 kilogrammas de algodão bruto por hectare e em 800 ou 900 kilogrammas de algodão descaroçado ou 120 a 200 arrobas por alqueire.

O *Sea-Island* ou algodão *Georgia longa fibra* é o primeiro de todos os algodões e tambem o mais caro. O Brazil produz muito bom algodão de *longa fibra*, que se emprega de preferencia na fabricação dos morins.

Reconhecido como está que o algodoeiro esgota menos a fertilidade da terra, conservando por mais tempo as energias productivas do terreno, que o milho, a cana de assucar, o tabaco e outras culturas das zonas tropicaes, segue-se que todas as terras em que estas culturas são vantajosas estarão aptas para uma boa produção do algodão.

Em Matto-Grosso é sabido que não nos faltam terras em que o milho produz na razão de um para duzentos a trezentos, e o arroz na razão de um para quatrocentos, o feijão na de um para 60 e nas quaes a cana de assucar e o tabaco medram admiravelmente bem.

E dizer-se, Srs. Deputados, que o Estado importa grande quantidade desses cereaes para o seu consumo, andando por cerca de mil alqueires a importação do arroz, que, ao revés, de-

veríamos exportar em grande escala, como o milho e o feijão, cujos preços são únicos em todo o Brazil, pela sua carestia, quando Matto-Grosso ahi tem essas terras de fertilidade e exuberancia sem rival!...

E' de necessidade que os nossos lavradores ensaiem, ao menos, esses processos mechanicos de trabalhar a terra e essas restituições integrantes de suas forças physico-chimicas, cujas vantagens já se não discutem.

As machinas reduzem de muito o esforço humano; onde faltam os braços, ahi é que ellas mostram o quanto vale a lavoura mechanica.

Campo de Demonstração

Em regra, quem lê "aprende por olhos alheios", disto resulta estar reconhecida a vantagem do ensino intuitivo. O melhor e mais efficiente methodo de ensino, e a esta hora já se não contesta a sua efficacia, está no *exemplo*, naquillo que se vê praticado. Deste postulado decorre a eminencia e relevancia do papel do *Campo de Demonstração*, onde se fazem experiencias, campos de ensaio dos americanos do Norte, onde se aprende pelo que se vê praticado.

E' verdade, porém, que só com grande vagar é que os nossos lavradores poderão convencer-se da utilidade de um ensino agricola, qualquer que elle seja. Foi assim por toda parte, por força do habito.

Os nossos processos, antiquados ainda, estão prevalecendo e o nosso lavrador, cansado de tantos obstaculos economicos, sem braços, sem estradas e sem capitaes, tem decidido apego á rotina, ao velho uso consagrado, com poucas excepções.

Foi depois que se demonstrou a efficiencia da doutrina das restituições, doutrina directora na agronomia moderna, recompondo-se as forças limitadas e decrescentes do terreno, que, mesmo no velho continente, se operou a grande revolução que introduziu novas idéas e praticas no mundo agrario, dando-lhe mais amplos horizontes, fazendo a industrialização da lavoura, o que por sua vez trouxe a diffusão das cooperativas ruraes.

Póde-se, sem receio, dizer que, nos ultimos sessenta ou setenta annos, se fizeram mais consideraveis aperfeiçoamentos nas ferramentas agrarias do que em todo o seculo anterior.

Anteriormente a 1850 pouco progresso fez a lavoura com Blith em Inglanterra, com Thaër na Allemanha e com Dombasle na França. O *arado* é tudo, nelle recaem de preferencia os aperfeiçoamentos.

“Desde o dia em que Q. Ville ousou proclamar o principio absoluto que não ha terreno gasto ou esteril, porque a fertilidade depende unicamente de condições de facil restituição, a agricultura *elevou-se de uma vez á classe de sciencia* e foi possível explorar racionalmente o solo, como se exploram as minas.”

Desde então o titulo de engenheiro agronomo teve razão de ser e se annexaram escolas de Agricultura aos institutos e universidades. Por outro lado, com o progresso da mechanica agricola, que substituiu rapidamente pelas machinas a mão de obra, a engenharia rural collocou-se ao lado engenharia civil.

Como factio recente, de uns 30 annos atraz, ahi temos a revolução economica que, na rica industria dos lacticinios, se deve á *desnatadeira centrifuga*, descoberta de 1878 a 1880.

Nas condições actuaes, é uma despesa morta no orçamento do Estado esse *Campo de Demonstração* que, destinado a dar ao nosso lavrador o *ensino pelos olhos*, por essa pratica agricola, que é o “conjunto dos methodos e processos cuja utilidade e efficacia estão sancionadas pela experiencia”, *por nada demonstrar*, por não realizar, como devera, o seu destino no systema de nossos serviços publicos, por não corresponder á sua finalidade economica, nada produz.

Melhor se me afigura o ensino ambulante ou itinerante confiado, a juizo do Governo, a um pequeno grupo de agronomos, seleccionados por um exame na Secretaria da Agricultura, que levem á casa do lavrador ou ao seu campo a lição proficua que elle não vem procurar onde lh'a offerece presentemente o Estado, ali da outra banda do Cuiabá. Este ensino itinerante tem sido de real utilidade nos Estados de S. Paulo, Minas e Rio de Janeiro.

Transportando-se a um municipio, o agronomo annunciara a sua presença ahi, promptificando-se a dar informações, fazendo conferencias, palestras, nas escolas publicas, aos domingos e feriados; indo ao campo do lavrador mostrar, *in situ*, como se maneja a ferramenta, como se aduba o terreno, como se seleccionam as sementes, como se combatem as pragas que assolam as culturas, cumprindo, enfim, instrucções, que serlheão dadas por aquella Secretaria. Não temos trabalhadores, falta-nos o *camarada*, a terra ahi está inculta e virgem ou num pousio forçado e longo.

Pois, Srs. Deputados, é para esse nosso caso que mais bem servem as machinas, visto como já é axiomático que as ferramentas agricolas são tanto mais uteis quanto maior a escassez de braços.

Exemplifiquemos: tomem-se 10 hectares de uma cultura de milho, tratados mechanicamente, com adubos quaesquer; tomem-se 10 hectares da mesma plantação tratados rotineiramen-

te, a braço, e ver-se-á a differença daquella sobre esta lavoura, debaixo de todos os aspectos economicos.

O uso da ferramenta permite frequentemente economizar dinheiro, crear o capital, além de maior rapidez dos trabalhos.

A rotina, porém, tem muita força e ella é um dos embaraços para passarmos dos antigos para os modernos processos agricolas, isto é, do empirismo agrario para a lavoura scientifica.

Abaixo lereis o que diz o Dr. Secretario da Agricultura sobre o nosso mallogrado *Campo de Demonstração*:

«Este estabelecimento, inaugurado em 12 de agosto do anno proximo passado, não tem apresentado os resultados que delle se poderiam esperar.

Sua organização, excessivamente burocratica, não está de accôrdo com os fins praticos que constituem a razão de ser dos estabelecimentos desta ordem, de modo que o Campo só tem trazido forte e inutil despesa para o Estado. Para se avaliar os resultados obtidos no Campo, os quadros ns. 2 a 9 fornecem os necessarios elementos.

Da analyse dos quadros n. 4 e 4 verso se conclue que as culturas diversas não deixaram prejuizos. Mas no calculo de custo de cada producção, só entrou a avaliação da despesa com os camaradas.

Isso quer dizer que, se taes serviços fossem feitos só com aquella despesa, elles não trariam prejuizo. Mas a verdade é que o custo da producção é formado, não só por aquella parcella, mas tambem pelas que correspondem ás rubricas: administração, juros e amortização do capital empregado, depreciação do material e outras de menor importancia.

Considerando apenas o segundo semestre de 1915 como effectivamente aproveitado para os trabalhos de cultura e desprezadas todas as despesas de administração, feitas durante o primeiro semestre, que se pode considerar como periodo de organização do Campo, temos:

Despesas de administração durante o segundo semestre de 1915, conforme o orçamento	Rs. 14:100\$000
Juros de 6 % ao anno, durante um semestre, sobre o capital de Rs. 230:000\$000, empregado no Campo	Rs. 6:900\$000
Depreciação de 5 % sobre o material que aproximadamente importa em Rs. 20:000\$000	Rs. 1:000\$000
	Rs. <u>22:000\$000</u>

Assim, é evidente que, carregada a despesa de vinte e dois contos sobre os custos de producção indicados nos quadros de ns. 4 e 4 verso, essa despesa representa prejuizo liquido para

o Estado. Dir-se-ha que este, criando um estabelecimento agrícola, não viza uma exploração industrial, nem lucros pecuniarios e que o resultado que se procura obter é outro muito diverso. Estou de pleno accôrdo em que, num periodo de finanças folgadas, o Estado possa manter uma instituição como esta, embora com grandes despesas, para promover a divulgação dos modernos processos mechanicos de agricultura racional e scientifica. Tal é o dever elementar do poder publico Mas, uma vez que as condições financeiras actuaes não o permitem, é claro que se torna indispensavel seja reduzida a despesa com o Campo de Demonstração ao extrictamente indispensavel para a sua manutenção.

Do que fica dito, se evidencia que, ficando limitada a organização do Campo a um chefe de culturas com 10 trabalhadores, a produção poderá cobrir as despesas, sem que venha qualquer prejuizo para o Estado, nem material, nem de qualquer outra ordem. Como se vê do relatorio do Director do Campo, não consta que um unico lavrador tenha procurado alli aprender o manejo e uso das machinas agrícolas, parecendo mesmo que num Estado como este, onde enormes distancias separam os centros de produção, os resultados futuros de um estabelecimento central nunca poderão influir de modo apreciavel no conjunto da agricultura. Seria muito mais aproveitavel a demonstração, embora em pequena escala, levada a cada centro productor por agronomos ambulantes, providos de algumas machinas de utilidade fundamental, como arados, grades e capinadeiras.

A verba que fosse economizada na administração do Campo poderia com muito maior vantagem ser applicada em tal serviço. Com dois ou tres agronomos, para começar, pôde ser tentada alguma cousa de realmente util nesse sentido.

Quando se considera a grandeza da tarefa que constitue a criação da agricultura neste grande Estado e o que se tem feito para esse fim, tem-se a impressão que bem se traduz na phrase incisiva de Cincinato Braga; *a de um homem a querer esvasiar o mar com um dedal*. E' preciso que sejam completamente remodelados os processos adoptados. As nossas condições geographicas não permitem centralizações, sendo de urgente necessidade que seja fraccionada, espalhada a acção administrativa pelos centros de produção.

A acção do Governo Federal, no sentido de auxiliar o surto da agricultura no Estado, tem sido pequenissima. A inspectoría agricola, sempre acephala, nada pôde emprehender, por falta de elementos primordiaes. E' uma simples repartição como as outras, tendo soffrido um golpe quasi mortal com a votação das verbas do orçamento para 1916. A actividade da

inspectoría limitou-se em distribuir alguns instrumentos aos lavradores, a titulo de empréstimo e ensinar 14 pessoas a servirem-se de arado».

Feiras de gado

Faz-se mistér, Srs. Deputados, abriremos novos mercados á nossa pecuaria, que é a mais promettedora das nossas industrias, visto como se trata de um genero de primeira necessidade que está em *deficit* progressivo. A nossa propria politica commercial nos aponta a necessidade de possuirmos dentro do nosso território essas feiras em que se faça o commercio do nosso gado. A administração publica tem as maiores chances no tocante á arrecadação das nossas rendas e esses centros de concentração virão facilitar a arrecadação do imposto sobre o gado, evitando as malversações bem conhecidas de todos. Ao envez de andar o comprador de fazenda em fazenda, a feira terá a vantagem de concentrar a mercadoria offerecida ao comprador, a este, como ao vendedor, offerecendo a vantagem da concorrência e do debate dos preços, ao mesmo tempo que facilitando ao criador o conhecimento do mercado, o que é indispensavel a todo productor, para que o mercado não seja *saturado*. ao contrario, proporcione a offerta ás vendas provaveis, evitando as baixas dos preços e esses excessos de especulação, que são crises ou enfermidades periodicas dos mercados

Figura-se-me que taes feiras são necessarias, quiçá mesmo fornecendo o Estado terras gratuitas para os poteiros particulares, que podem ser arrendados ou mesmo alugados. Dois municipios prestam-se bem ao estabelecimento destes mercados: Ponta-Porã e Tres Lagôas.

Desta maneira mais bem se arrecadariam os impostos, que nem todos entram para o erario publico.

Em Minas Geraes temos bons exemplos dessas feiras. Até 1898 o commercio mineiro de gado era feito livremente, pagando se apenas o imposto de exportação *ad valorem*.

Nesse anno, pela lei n. 245, de 17 de setembro, foi o governo autorizado a contractar com quem melhores vantagens offerecesse, o estabelecimento de quatro feiras, sendo uma em Bemfica, outra em Tres Corações e as restantes onde mais conviesse. Com isto o legislador mineiro collimou, de preferencia, a arrecadação dos impostos. Somente na de Tres Corações, em setembro ultimo, venderam-se 20.670 rezes, representando o imposto de 3.005:040\$000, sendo a media do preço por cabeça de 145\$359 ou 9\$690 por arroba.

Nesses mercados a nossa producção bovina passaria do

segundo estagio de nossa producção economica, a distribuição, para o terceiro, isto é, o consumo, quer dizer o seu emprego na satisfação das necessidades, fazendo o seu gyro ou circulação que é o termo final de todo o problema economico.

Estou informado que a *Brazil Land*, de outubro de 1914 até fevereiro de 1915, exportou 25.063 rezes por Sant'Anna do Paranaíba, isto é, em quatro mezes. Sem difficuldade podeis avaliar como por aquellas bandas se arrecadam os tributos de exportação do gado: Tomando-se a média de 5\$000 por cabeça, teriamos nesse curto prazo a renda de 125:315\$000.

O mercado é o regulador da vida industrial, e com essas feiras teremos, dentro mesmo das zonas criadoras supra apontadas, esse *regulador* da nossa industria pecuaria.

A pecuaria

Entre as condições favoraveis em que a terra pôde, no Estado, ser vantajosamente explorada, sobresae a industria da pecuaria, pelo aproveitamento dos seus vastos campos, nos quaes as pastagens nativas e excellentes aguadas pôdem ser consideradas como verdadeiras dadas e possibilidades economicas de muito valor. Entre as unidades criadoras da Federação, Matto-Grosso é, a justo titulo, apontado com as melhores referencias e não ha contestar que á pecuaria se depara em todo o Estado, principalmente na sua parte meridional, os mais largos e promissores horizontes. O consumo da carne, como o do assucar, generos de primeira necessidade, de gasto mundial, está em *deficit*, por toda a parte.

Ao demais, a guerra que actualmente, tão crúa e enormemente sacrifica os interesses de toda a humanidade, concorre para que tenhamos muito em vista o nosso problema economico, em seu conjuncto, muito particularmente essa industria, para a qual fomos tão excepcionalmente aquinhoados.

Essa industria, de rotineira que era, graças á iniciativa individual de alguns criadores e grandes capitaes estrangeiros, que se vieram fixar no Estado, já entrou em periodo de evolução, pelo melhoramento technico, methodico, segundo os preceitos zootehnicos, de nossas raças indigenas, entre as quaes se salientam esses typos *caracú*, *mocho* e outros, nos quaes é para se desejar se fixem os traços e caracteristicos definitivos, ao lado das qualidades industriaes, do gado melhorado, como já se vem conseguindo em S. Paulo e Rio Grande do Sul e outros Estados com as raças *Gugera*, *Durhan*, *Hollandeza* e outras.

Como bem sabeis, Snrs. Deputados, anda acceso o debate entre aquelles que opinam pela selecção e os que opinam pelo

cruzamento com raças exóticas. Entre nós, e para este fim, já se vão introduzindo reproductores de puro sangue.

E' meu parecer que o governo não pôde ir além, neste e outros assumptos, de um mero semeador de idéas, jamais pretendendo impôr esta ou aquella doutrina ou methodo generativo ou de reproducção zootechnica, tanto mais quanto é certo que não é pequena a controversia que a respeito ainda se observa nos melhores centros de producção bovina.

Assim como a agricultura se modificou pelo conhecimento da physiologia botanica, da mesma sorte a criação do gado se modificou pelo conhecimento da physiologia animal. Em zootechnia, hoje em dia, ha theorias directoras justamente como na lavoura.

”Os inglezes chegaram a modelar a materia viva como o barro, a fabricar de certo modo essa raça ao cabo de algumas gerações e attendendo á producção de carne, gordura, leite, lã, manteiga e resistencia para o trabalho ou velocidade. Todo o seu segredo estriba-se no conhecimento pratico das leis biologicas da herança, da nutrição e desenvolvimento especial dos órgãos e suas funcções pelo exercicio”.

Melhor seria a *selecção*, uma vez que as nossas condições ainda não favorecem o *cruzamento*, que aliás tem difficuldades, ainda que seja o meramente industrial para attender á necessidade transitoria, como o do *zebu* com o nosso gado indigena, com individuos de raças exóticas superiores, que pouca resistencia offerecem á acção climaterica do nosso meio criador, victimando as a tristeza e a tuberculose.

Em physiologia é preceito conhecido que «o homem é aquillo que elle come». O que se diz do homem se pôde dizer, com igual acerto, do gado. Daqui decorre a importancia do *fORAGEAMENTO*, tão grande quanto a da *ALIMENTAÇÃO*. E' assumpto corrente entre os profissionaes que não podemos dar á nossa pecuaria todo o surto de que é capaz, sem que cuidemos das nossas forragens, para que sejam adequadas ás raças superiores, porquanto está averiguado que «metade da raça se faz pela bocca do animal.»

No empenho em que me posso gabar de ter andado a fazer á nossa terra o bem que posso, antes de assumir este governo, para o qual me sinto sem luzes, muito me interessei junto ao eminente Dr. Calogeras, quando ministro da Agricultura, para que no Estado se criassem tres estações de monta, uma das quaes seria no municipio de Poconé, tradicionalmente criador.

Infelizmente aquelle illustre brasileiro deixou pela da Fazenda a pasta da Agricultura e assim até hoje se não traduziu em realidade aquelle seu tão acertado pensamento.

Dês que se conheceu essa admiravel *industria do frio*, que é uma consideravel revolução economica, que venceu o obstaculo do espaço entre o centro de producção e o centro de consumo, pela conservação, pelo frio, das mercadorias deterioraveis, dando quasi por terra com as *xarqueadas* e *saladeiros* e creando os *matadouros-modelos*, abriu-se para a nossa pecuaria novo horizonte.

Cumpre-me, Snrs. Deputados, advertir que o nosso problema economico é *agro-pecuario*, que devemos cuidar da lavoura como da criação, que para uma e outra estamos nas melhores condições. Ha quem tenha dito que a "agricultura é a industria dominante da humanidade".

Quanto á pecuaria, diz o professor Sanson : "Hoje em dia está reconhecido que o gado dá prejuizo sómente quando é mal explorado e que, ao demais, sua exploração, conforme as lições da zootechnia scientifica, por toda a parte é a fonte mais segura dos proveitos agricolas."

Para que melhor vos informeis, peço a vossa esclarecida attenção para as seguintes palavras do Snr. Secretario da Agricultura :

«Quando, em 1914, o illustre economista Dr. Cincinato Braga lançou no seio do Congresso Nacional o patriotico brado de alarme, que é o seu celebre discurso sobre as condições geraes do paiz, todos se voltaram para os grandes Estados productores de gado, delles esperando o milagre salvador, que consistiria num grande desenvolvimento immediato da industria pecuaria.

Mas, quanto ás medidas de character geral; providencias efficazes no sentido de permittir esse desenvolvimento; acção efficiente emfim, ficou tudo na mesma. E' com tristeza que se verifica essa verdade. Os Governos do Paiz nada puderam fazer que realmente signifique um esforço real em proveito da grande pecuaria. Quanto á acção local dos Governos dos Estados, ella tem de ser muito limitada, dependente como é das providencias de ordem federal a que fica subordinada. No caso concreto do nosso Estado, o problema se resume, por enquanto, em facilitar a sahida do gado de córte em condições de alcançar bons preços nos mercados consumidores; em procurar-se introduzir reproductores de boas raças, e diffundir-se as noções mais elementares dos conhecimentos zootechnicos.

A respeito da primeira parte deste limitado programma, é sabida a grande difficuldade com que luctam os criadores do Sul para o transporte de gado até S. Paulo. A Estrada de Ferro Itapura a Corumbá, sem capacidade apreciavel de trafego, com as suas linhas interrompidas pelo rio Paraná, não pode fazer face a esse problema. Enquanto não fôr construida

aponte sobre aquelle caudaloso rio, não poderemos esperar facilidade de transporte para o gado do Sul. Uma vez estabelecida a passagem sobre o Paraná, a organização das feiras de gado em Tres Lagôas apresenta-se como uma medida de grande alcance para o surto da pecuaria no Estado.

Relativamente á introdução de reproductores, até hoje a acção official nada produziu. Nem mesmo a fundação das estações de monta, previstas no orçamento federal de 1915.

A iniciativa particular sob esse ponto de vista, está produzindo muito melhores resultados. A Brazil Land Company introduziu, até ao anno p. passado, 651 cabeças de gado puro sangue de raças diversas, predominando a raça *Hereford*, cuja rusticidade e vigor parecem indical-a como das melhores para a base da reconstituição dos rebanhos neste Estado.

Com respeito á diffusão do ensino zootechnico, o Ministerio da Agricultura continúa a nada resolver.

Assim, teremos de contar com os proprios recursos, se quizermos ver a nossa pecuaria produzir em qualquer sentido.

A escola pastoril e posto zootechnico que deverão ser creados junto do Campo de Demonstração, havendo no orçamento vigente um credito de Rs. 27:300\$000 para esses fins destinado, parece claro que deverão tambem obedecer áquelle principio de descentralização a que já me referi, ao cuidar da agricultura. E' muito preferivel que dois ou tres profissionaes competentes passem o anno a percorrer as fazendas, ensinando rudimentos de zootechnia; dando indicações uteis sobre o tratamento e selecção do gado, a vermos mais uma repartição burocratica vir enriquecer a cohorte dos funcionarios publicos.

Com a adopção dessa medida, poderá ser tambem resolvido um problema de alta relevancia e que está a exigir uma providencia urgente: A QUESTAO DO PROTOSAN.

Como é sabido, o Governo passado contractou com o Dr. Astrogildo Machado a compra annual de 2:000 doses daquelle serum, durante oito annos, ao preço 14\$000 cada dose.

Isto representa um encargo de Rs. 224:000\$000 para o Estado, no fim dos oito annos.

E' claro que, sendo o PROTOSAN um especifico contra o mal de cadeiras, as vantagens de sua applicação virão compensar fartamente aquella despesa.

Mas, em todas as questões é preciso que se encare o lado theorico, geral e expontaneo, ao mesmo tempo que o lado pratico, o detalhe material que fórma a contra-face dellas.

No caso presente, só pesou na balança a consideração theorica; o resultado foi o que devia ser: até hoje o PROTOSAN não deu resultado algum.

Sua applicação, por injeccão endovenosa é uma operação que não está ao alcance dos nossos rudes trabalhadores das fazendas. Para quem tenha uma idéa, embora muito ligeira, do que seja o interior do Estado, é evidente o que acima ficou dito.

Tive occasião de ouvir varios fazendeiros, entre os quaes o Snr. coronel João Baptista de Arruda e Silva, de Poconé, que me descreveu com precisão o que occorrera naquella zona, quando das experiencias ali feitas para applicação do serum. Contou-me elle que, na maior parte dos casos, era impossivel obter-se dos poldros bravios a immobilização necessaria para uma segura applicação das injeccões. Aconteceu muitas vezes que, á primeira picada da agulha, o animal se debatia por tal fórma que provocava a ruptura da mesma agulha e até da seringa, acontecendo escaparem animaes levando pedaços de agulha enterrados nas carnes. Em vista da difficuldade de applicação, os fazendeiros *jogaram fóra* o resto do remedio !

Eis os resultados actuaes do PROTOSAN, typificados na simplicidade daquella narrativa.

E' claro, portanto, que tendo o Estado assumido o compromisso de comprar o serum, providencie para seu aproveitamento real. E' necessario que sua applicação seja feita por pessoas habilitadas, que ensinem, em cada fazenda, como se deve immobilizar os animaes, como se deve desinfectar o logar onde deve ser feita a applicação, etc. Embóra seja de effeito seguro (o que não está provado) o PROTOSAN exige, como se vê, uma technica de applicação quasi inaccessivel aos peões e feitores das nossas fazendas. Exige mais para a immobilização dos animaes, a construcção de troncos especiaes, com suspensorios de silha, sarilhos, etc, tudo constituindo um conjuncto de difficuldades de detalhe, fontes de despesa e principalmente exigindo a *quebra da rotina*, quiçá a parte mais difficullosa de sua adopção nos meios como os nossos.

Por tudo quanto ficou exposto, é evidente a necessidade de ser creado o serviço zootechnico com professores ambulantes, sendo de grande conveniencia reunir a verba destinada á escola e posto zootechnico á de administração do Campo de Demonstração, para, com o total dessas verbas, ser custeado o serviço agro-pecuario descentralizado.

Não possui esta Secretaria dados seguros que permittam apreciação fundamentada sobre a pecuaria. No correr do anno de 1916 pretendo iniciar uma estatistica pecuaria que nos forneça esses dados. As unicas indicações que se podem obter actualmente são as que fornece a repartição de estatistica, baseadas na cobrança dos impostos de exportação do gado. Além desses dados que constam do quadro annexo, só posso informar

que o frigorifico de Osasco abateu, durante o anno de 1915, 36.000 cabeças de gado proveniente de Matto-Grosso. Desse gado, 25.000 cabeças foram levadas pela Brazil Land Company e o restante adquirido de terceiros que haviam invernado o gado em Barretos.

Com a escassez de carne na Europa é sabido que a industria da exportação das carnes congeladas ou resfriadas tomou grande incremento em todos os mercados; e assim é que devemos esperar desse movimento uma salutar animação para os criadores e exportadores de gado que vêm seus productos valorizados de dia para dia. Seria de toda a conveniencia fosse estimulada a fundação de xarqueadas e frigorificos no proprio Estado, por meio de favores que não sobrecarreguem o erario publico».

Como vêdes, Srs. Deputados, nenhum resultado se tem colhido do PROTOSAN, cuja applicação em um meio pecuario como o nosso é cercado de difficuldades consideraveis. E' ainda meu dever vos declarar que já tendo sido fornecidas ao Estado duas mil doses deste especifico para serem remettidas ás Collectorias e Mesas de Rendas, o Thesouro esqueceu-se de fazer dita remessa.

Nestas condições, julgo convirá ao Estado rescindir esse contracto, cujo onus é evidente, representando uma despesa morta.

A borracha

A borracha é o producto vegetal que recebeu e já vae perdendo o nome de *ouro negro*, como o café recebera o de *ouro rubro*, e cuja renda em o nosso orçamento da receita orça em cerca de 50 %.

O seu valor commercial accentuou-se desde que se fez a descoberta da sua *vulcanização*. Patenteou-se a grande vantagem industrial de se aproveitarem as propriedades especificas da gomma elastica, pondo-a em combinação com o enxofre: daqui a chamada *borracha vulcanizada*. Desde então abrem-se largos horizontes ao leite das differentes *heveas* e a nossa região amazonica transforma-se em uma California de fabulosas riquezas. As necessidades progressivas da industria provocam a exploração crescente do cubiçado producto florestal, que em 1909 attinjiu a 70.000 e 80.000 toneladas em 1911, o que se traduz em uma porcentagem de 16,5 de crescimento em 20 annos. O exame industrial deste producto não pôde caber neste documento: basta, portanto, affirmar que á frente dos paizes de producção sempre se achou o Brazil, na quantidade e qualidade do producto, até ao anno de 1912, no

qual se pôde dizer que accentuou-se a crise que ora nos opprime.

Um producto silvestre, valioso como este, que ia cada vez mais alargando os seus mercados, pela ampliação progressiva do seu consumo em tantas modernas invenções, não podia deixar de attrahir a attenção e estimular a cobiça do mundo capitalista e ficar dependente da *lei dos succedaneos*, os quaes não tardaram em lhe vir offerecer concorrência, enfraquecendo, pela substituição, o valor commercial do nosso producto florestal nos mercados em que, aliás, já era presa da especulação bolsista, presentemente reduzida ao mercado norte americano, fechados, como se acham, por imposições da Inglaterra, os de Hamburgo e Bremen, desta arte forçando a França e Russia a comprarem-lhe a sua borracha oriental, como tem succedido em Londres, onde era consideravel o *stock* da producção de colheita agricola.

Para se avaliar o grande prejuizo que a borracha de cultura nos causou, basta attentar para os algarismos de sua producção :

1906	935.056 libras
1911	24.904.043 »
1912	42.462.401 »

Para o 1.º semestre de 1913 já se previa uma producção de 23 492.129 libras.

Quanto á superficie de cultura :

1906	99.230 acres ou 36.750 hectares
1910	362 853 » » 134.392 »
1911	542.877 » » 201.065 »
1912	621.612 » » 230.263 »

Esta superficie se desdobra em mais de mil propriedades e abrange propriamente 587.873 acres exclusivamente de *heveas* e 37.784 de outras plantações intercaladas.

Somente nas Indias Neerlandezas a *hevea* cobria 413.540 acres, no começo de 1913, assim distribuidos :

Java	187.535 acres
Sumatra	226.505 »

Não é de somenos importancia informar que a mão de obra empregada em 1912 representava o potencial de 255.912 trabalhadores.

Mas, Snrs. Deputados, não foi sómente por este lado que o leite da nossa *hevea* soffreu a acção da concorrência industrial-commercial. Como bem sabeis, outro adversario veio dar-lhe combate nos mercados de consumo, embora com garantias menores de exito. O nosso *ouro negro* ainda está sob a ameaça dos laboratorios em que se elabora a *borracha synthetica*, baseada no conhecimento, que já se adquiriu, da com-

posição centesimal ou quantitativa desse producto florestal, cujo segredo está na sua formula molecular, que ainda se não conhece, com precisão e que constitue o embaraço que complica os ensaios e experiencias de laboratorio.

Proseguindo na róta que Bouchardat abriu e pela qual andaram tantos experimentadores, inclusive o illustre Filden, cujas investigações constituem avanço real, o engenheiro austriaco Duninechowsky pretende agora haver chegado a confirmar a descoberta da borracha artificial, pela preparação de um producto de sua invenção, com o qual já se fizeram experiencias em um *auto* cujos *pneus* eram dessa borracha, recém-descoberta. Após corridas 437 leguas, se verificou que os *pneus* pareciam inteiramente novos. Este exito foi tão impressionante que, dil-o o telegramma de que colhemos estas informações, logo uma grande casa de Vienna offereceu o capital preciso para a exploração industrial do invento de Duninechowsky.

Quando um producto é assim atacado por concorrentes que lhe são verdadeiros *succedaneos* ou *substitutos economicos*, claro está que o seu futuro se torna incerto, precario, aleatorio.

Não ha contestar que a borracha silvestre da região amazonica é de muito melhor qualidade que as suas rivaes de plantaçaõ, mórmente sob o ponto de vista da elasticidade; são estas, todavia, competidoras por poderem ser misturadas na razão de 50 % á gomme natural, ou até mesmo substituirem-na no fabrico de varios artigos.

Se é verdade que, pelo custo de producção, não nos devemos reccar da borracha synthética, não acontece o mesmo com a outra, de plantaçaõ, pelos animadores resultados das lavouras dos *estates* da Malasia e Ceylão, visto que a aclimaçaõ da gomme lá se fez com facilidade, além da barateza dos outros factores economicos que entram no custo de exploração: salários, meios de transporte, etc.

A borracha de plantaçaõ no Estado

Como é bem sabido, na bacia amazonica, com os seus 6,5 milhões de kilometros quadrados, vasto campo se offerece ao platio ou cultura da *hevea*. O mesmo se pôde dizer dos nossos terrenos por aquellas bandas do Norte e mesmo nessa Mesopotamia das bacias do S. Lourenço e Cuiabá, como o prova o ensaio do coronel João Pedro de Arruda, no seu estabelecimento das Flechas, colhendo, de algumas seriugueiras que plantou em suas terras, resultados satisfatorios e que mais bem se recommendarão uma vez se faça a acertada selecção das sementes.

Não ha duvida que as futuras tentativas culturaes da *hevea* se devem subordinar aos dados experimentaes que nos oferecem os *estates* do Médio-Oriente, quanto ás condições locais. Para uma industria como esta, toda de caracter regional, a escolha do local é condição principal de exito.

Varias plantações malaias fracassaram por lhes faltarem as condições de meio e qualidade das terras.

A iniciativa, caso assim me possa exprimir, do coronel João Pedro merece applauso, é digna de imitação. Os nossos proprietarios do S. Lourenço e baixo Cuiabá bem podem explorar a lavoura da seringueira, visto como essas ferteis terras ribeirinhas, que as alluviões das enchentes fertilizam annualmente, terras humidas sem serem frias, são de natureza a se prestarem efficiente, remuneradoramente, á cultura da *hevea*, com tanto mais vantagem quanto é certo que até mais facil lhes é a empreza pela relativa facilidade de transporte, existencia de outras lavouras, subsidiarias de grande preço, cofactores no custo de exploração do famoso leite vegetal.

Todas essas nossas terras alluviaes, de natureza argilosa, inundaveis pela época das chuvas, se prestam não ha negar, como as suas congeneres do Xingú, Tapajoz e Madeira, á lavoura da seringueira. Tudo está em saber arroteal-as.

A ipecacuanha

Entre os nossos productos vegetaes sobresa, pela sua importancia therapeutica e industrial, a ipecacuanha, cuja cotação tem sido bastante elevada, concorrendo efficientemente em o nosso movimento de exportação, encontrando mercados em Londres, Nova York e Paris. Em 1897, o preço do kilogramma dos rhisomas da ipeca de bôa qualidade, na Europa, cotava-se a 16 fr. 50; em 1898 elevou-se successivamente a 18, 20, 22 e 24 francos; em 1899 começou por 30 para, em junho, chegar a 49 fr. 50.

Ultimamente o seu custo era de 180\$000 por arroba, tendo attingido anteriormente o preço de 280\$000. Nós possuímos a *ipeca cinzenta* ou *officinal*, que é a de melhor qualidade, nas zonas occidentaes do Estado, em S. Luiz de Cáceres. Sei, de fonte competente, a sua exploração faz-se de um modo summario e desastroso, com prejuizo para a fortuna do Estado, visto como os poaieiros fazem a extracção das raizes na secca, pelo arrancamento da planta, lançando após fogo ás matas, de sorte a serem queimadas as raizes e ramos que ainda ficam na terra. Este procedimento torna os terrenos improductivos e

contribue, com a escassez de braços, para a elevação do custo de produção. Desta maneira os nossos ricos poiaes se transformam em campos avassalados pelo *sapé* e o *embraguicé* ou capim navalha, que não mais permite a medrança da prestimosa planta medicinal.

A providencia seria obrigar os extractores a registarem, no juizo de paz ou delegacia mais proxima, as suas feitorias, indicando, nominalmente, os serviços respectivos, para que respondam pelos damnos, vedando-se-lhes que a safra tenha lugar na estação da secca, por ser a menos propicia, devendo começar de fins de outubro e terminar em março, visto como quando a extracção é feita na secca, as raizes que ficam na terra não mais podem medrar.

Naquellas regiões a anarchia politica vem de longa data sacrificando os interesses sociaes. Nem se fazem, naquelle meio, os casamentos legaes: a noiva é entregue, perante testemunhas, ao noivo que se compromette a realizar o enlace num prazo estipulado.

Daqui os abusos e violencias em que o pobre nubente é victima inconsciente. Para obviar tão lamentavel situação, nomeei um official do corpo de policia para exercer o cargo de subdelegado da Barra do Rio dos Bugres, ao mesmo tempo que o nomeei agente fiscal, para mais bem se arrecadarem impostos por aquellas paragens do Estado.

A industria da ipeca está pedindo que voltemos para ella a nossa attenção e conto que, para melhor defendel-a, terci toda a vossa indispensavel e intelligente collaboração.

Õiação

Diz o Sr. Dr. Secretario da Agricultura :

« Os recursos actuaes de Matto-Grosso, para a circulação de seus productos são :

1.º) As estradas de ferro Madeira-Mamoré e Itapura Corumbá.

2.º) Os rios navegaveis.

3.º) As estradas de rodagem.

4.º) Os caminhos para cargueiros.

Quanto ás Estradas de Ferro acima referidas, já ficou demonstrado que é necessario obter-se a baixa de seus fretes, para que sejam aparelhos de real utilidade para o augmento da produção.

Das concessões ferro-viarias em vigor, as de maior vulto são: a que obteve do Governo Federal o Dr. José Agostinho dos Reis para a ligação desta capital a Santarém, no Pará; e de Asensi & Companhia, para uma estrada desta capital ao

Madeira; e a de Polzin & Companhia, ligando Cuiabá a Campo-Grande.

Referindo-me a essas concessões, é meu objectivo salientar a falta de um criterio superior que presida ás concessões ferro-viarias do Estado. Taes concessões devem obedecer a um plano geral preestabelecido, de accôrdo com as nossas condições geographicas, especialmente tendo-se em consideração a nossa rêde fluvial, que será sempre a base de toda a viação futura.

Já a lei n. 116 de 26 de junho de 1895, sabiamente estabeleceu no seu art. 12.º que o governo mandaria organizar um plano geral de viação do Estado, ficando a esse plano subordinadas as concessões ferro-viarias que fossem posteriormente feitas.

Esta Secretaria está trabalhando no sentido de ser cumprida aquella disposição legal. Para isso está em preparação uma carta-geral do Estado, com os traçados de todas as estradas já construídas e das concedidas, para sobre ella ser estudado o plano mais racional de ligações e desenvolvimentos que melhor venha attender ao conjunto das condições economicas e geographicas de cada uma das zonas do Estado. Será de toda a conveniencia que, antes de resolvida tão magna questão, não sejam dadas novas concessões ferro-viarias no Estado. E' sobremodo animadora a influencia que a Estrada de Ferro Itapura a Corumbá tem exercido no desenvolvimento do Sul do Estado. O encurtamento consideravel do tempo de viagem entre aquella zona e os grandes centros S. Paulo e Rio; a facilidade offerecida aos immigrants nacionaes e estrangeiros, assim como todas as outras vantagens que sóem acompanhar as grandes vias-ferreas de penetração, já estão produzindo seus beneficos resultados.

OS RIOS NAVEGAVEIS.—A classificação dos systemas fluviaes do Estado está geralmente consideraãa como bem definida, segundo o quadro seguinte:

Systemas septentrionaes ou amazonicos { 1.º—Oriental-Norte, Araguaya e Tocantins
2.º e 3.º—Centraes-Norte, Xingú e Arinos-Tapajóz
4.º—Occidental-Norte, Guaporé-Madeira-Mamoré

Systemas meridiõnaes ou platinos { 5.º—Oriental-Sul, Paraná
6.º—Occidental-Sul, Paraguai-Paraná

Dos seis systemas geraes acima indicados, podemos dizer que só temos navegação no 4.º e no 6.º. A navegação do Paraná, nos 300 kilometros que medeiam entre Itapura e o Salto das Sete Quédas, já vae sendo feita por pequenos vapores de propriedade particular.

Os systemas fluviaes, acima indicados, constituem uma rêde valiosissima, que de futuro será a base do progresso do

Estado. Para que ella chegue, porém, a ser toda navegavel, grandes difficuldades ainda têm de ser vencidas. Sem nos determos em qualquer outro rio especial daquelles systemas, vamos tratar daquelle que mais directa e immediatamente nos interessa : o Cuiabá.

Unica via de comunicação entre a zona que tem para centro esta capital e o mundo exterior, é o rio Cuiabá o motivo director no concerto das relações economico-sociaes desta vasta e ubertosa região. Por isso mesmo constitue elle a preocupação constante de todos os governos, e não tem sido poucos os esforços e os capitaes despendidos para o melhoramento de seu regimen. Entretanto, dado o caracter do rio, esses esforços e dispendios têm produzido resultados insignificantes. Isso era natural, pois o problema dos melhoramentos nunca foi encarado sob um ponto de vista scientifico, tendo obedecido sempre a execução dos serviços emprehendidos ao empirismo o mais rudimentar.

Nem admira que assim tenha acontecido, pois esta especialidade das artes da engenharia é ainda muito pouco divulgada entre nós. Para que se possa fazer idéa do estado em que até hoje se encontra este vital problema, é bastante dizer se que nunca foram emprehendidos os estudos systematicos indispensaveis para o estabelecimento de regimen ao rio, para a indagação das causas que contribuem para tal regimen e para a escolha dos meios de correccão.

Não existe nem sequer um levantamento topographico completo do Cuiabá, para não fallar em trabalhos de maior difficuldade !

E assim, continúa num estado de permanente incerteza e de falta de segurança a navegação do rio durante a estiagem, trazendo tal facto os maiores prejuizos á vida da vasta região, que depende exclusivamente daquella via de comunicações.

Vamos fazer, perfunctoriamente, um apanhado das condições em que se apresenta o problema e de quaes os meios de se chegar á sua resolução, em futuro mais ou menos remoto.

O rio Cuiabá pertence á classe dos chamados *rios abertos*, de *fundo movel*.

As condições geraes a serem, neste caso, estabelecidas são :

1.^a Uma profundidade sufficiente para a navegação em qualquer estação do anno.

2.^a Uma largura de canal sufficiente para o livre cruzamento das embarcações.

3.^a As obras necessarias para obter taes resultados não devem ser de caracter obstructivo, nem constituirem nucleos para formação de obstaculos (bancos, etc.) para a navegação.

4.^a O custo das construcções e conservação das obras não devem estar em desproporção com os resultados que das obras deve se esperar.

Taes são as condições basicas, que devem constituir o *criterium* para as obras de melhoramento do rio. Mas para que se tenham elementos sufficientes para o estudo das questões geraes acima indicadas, temos de subordinar toda a acção technica ao principio de que *toda a massa de aguas, em movimento nos rios, obedece as leis naturaes que produzem, em suas combinações, resultados complexos que não podem ser previstos sem apurado estudo.*

Esse estudo, que terá de mostrar, em cada caso, as condições em que se poderá modificar as condições de equilibrio das massas d'agua, tem de obedecer a um molde classico que se define nas seguintes epigraphes :

- a) Descarga em cada secção, ou antes : fornecimento d'agua.
- b) Dimensões e curvatura dos canaes.
- c) Velocidade e direcções das correntes.
- d) Material de que é formado o leito.
- e) Locação geral dos canaes.

E' evidente a difficuldade que offerece um estudo que obedeça a tal programma, unico compativel com uma orientação scientifica.

Se entrei em taes detalhes, foi com o fim de deixar bem patentes as difficuldades da questão dos melhoramentos do rio Cuiabá, para que seja ella encarada de um modo serio e proficuo. Será necessario um credito, no minimo, de 60 000\$000 para o custeio annual dos serviços dos estudos, que deverão ser feitos sob a direcção de um especialista competente.

Com os escassos recursos de que actualmente dispõe esta Secretaria, só me foi possivel mandar proceder aos estudos preliminares da bocca do Pirahim, um dos escoadouros, de ha muito conhecidos, para as aguas do Cuiabá.

Essa bocca não póde ser completamente obstruida, pois os proprietarios ribeirinhos do Pirahim têm direito á servidão, mas póde ser diminuida a capacidade de vasão do referido escoadouro, de modo a se obter maior volume d'agua no Cuiabá, na época da estiagem. E' minha intensão atacar os trabalhos logo que as condições do rio o permittam.

ESTRADAS DE RODAGEM.—Não se póde dizer que existem no Estado verdadeiras estradas de rodagem, taes como ellas technicamente devem ser definidas. As estradas que tal nome aqui recebem, são apenas estradas *carroçaveis*, algumas até mal podendo caber nessa classificação.

Assim, as principaes estradas carroçaveis que possuímos são :

De Cuiaká a S. Luiz de Cáceres	213 km.
De Poconé a Cassange.....	47 km.
De São Luiz de Cáceres a Tapirapoan.....	154 km.
De Tapirapoan a Aldeia Queimada.....	42 km.
De Aldeia Queimada a Juruena.....	201 km.
De Aldeia Queimada a Capanema.....	130 km.
De Campo Grande ao Porto "15 de Novembro"	296 km.
De Cuiabá a Diamantino.....	192 km.
De Cuiabá a Coxipó.....	6 km.
De Cuiabá a Santo Antonio.....	31 km.
De Cuiabá a Chapada.....	60 km.
De Corumbá a Porto Soares.....	30 km.
De Corumbá a Ladario.....	6 km.
De Corumbá a Urucum.....	20 km.
Total.....	<u>1.428 km.</u>

Das estradas acima, algumas, como as que desta capital se dirigem para Cáceres e Diamantino, estão recebendo melhoramentos de real importancia, como sejam: pontes de madeira e metallicas, aterros, etc., e que tudo vae exposto no capitulo — Obras Publicas — do presente relatorio.

Como se vê, em todo o Estado só existem 1.428 kilometros de estradas carroçaveis, devendo-se a ellas juntar os caminhos que, nos campos de planalto de Amambahy, têm sido abertos pela empresa Larangeira, Mendes & Comp.^a para o transporte da herva-mate em carretas.

Esta secretaria não possui nem plantas nem quaesquer outras indicações relativas a esses caminhos, assim como a outros que existem no sul do Estado.

E' evidente, porém, a insufficiencia das estradas acima indicadas, para a facil movimentação das producções. Quasi todas desprovidas de boas pontes, ellas só permitem transitio franco no periodo da estiagem. Na época das chuvas, dado o regimen torrencial que domina na maior parte dos rios do Estado, essas estradas se conservam mais ou menos bloqueadas para o transitio publico, que só pôde ter logar á custa de trabalho e risco. Assim, ellas não pôdem ser consideradas como arterias que comportem movimento commercial.

A estrada, que desta capital vae até Cáceres, está em caminho de ser melhorada com a construcção de duas pontes metallicas, sendo uma com o vão de 32 metros, sobre o rio Sangrador Grande; outra, de 22 metros, sobre o Flechas; uma ponte de madeira com 11 metros de comprimento sobre o Sangradorzinho; construcção de 13.000 metros cubicos de aterros, 5 boeiros, um pontilhão e outras obras necessarias. A totalidade dos serviços foi contractada pela importancia global

de 229:000\$000, dos quaes já foram pagos 120:000\$000 pelo Thesouro. No relatorio do Sr. Dr. Engenheiro Fiscal de Obras Publicas, por mim incumbido de examinar o estado das obras em dezembro do anno p. passado, se vê que estão ellas ainda relativamente atrasadas, parecendo que não será possível serem concluidas no prazo contractual, já prorogado, que vae até 10 de fevereiro do corrente anno.

A estrada que, partindo tambem desta capital, colima Diamantino, passando pela Guia, Bahú, Brotas e Rosario, achava-se tambem, quando entrei para esta Secretaria, em deploravel estado; a ponte sobre o Bandeira, de ha muito arrastada pelas cheias, interrompera o transito franco desta via de communicações que liga os municipios acima referidos a esta capital; as pontes do Ribeirão, Machado, Taquaral, Bahú, Acurisal e Forquilha, precisando de concertos.

Tendo mandado immediatamente orçar essas obras, está agora em construcção a ponte do Bandeira, devendo em breve ser atacados os concertos das outras pontes, sendo que a do Ribeirão já está concluida. A grande ponte metallica projectada pela extincta commissão da defesa da borracha, e cuja construcção foi emprehendida pelo Governo do Estado, está em bom andamento. Cheguei a tempo para impedir que essa ponte, a quarta que se constroe sobre o Coxipò Assú, fosse assentada em nivel absolutamente insufficiente para que ficasse ella acima da maxima enchente. Assim, fiz levantar de 1 metro o nivel da ponte, o que assegura a sua permanencia, mesmo que se repita uma cheia como a de 1905.

Na estrada que vae á Chapada, encontrei em muito precarias condições a ponte sobre o Aricà-Mirim. Essa ponte está sendo reconstruida, de modo a ficar assegurado o transito por aquella estrada.

De accôrdo com a concepção dos serviços desta Secretaria, tal como a expendi na introducção a este relatorio, penso que uma vez possa o Estado dotar a verba de—Obras Publicas—com os recursos indispensaveis, torna-se de urgente necessidade a transformação das estradas carroçaveis em verdadeiras estradas de rodagem, capazes de trafego intenso.

Dada a formação geologica da zona em que se acha Cuiabá e os centros que a esta se ligam pelas estradas em questão, é relativamente facil a tarefa, desde que se possa adoptar os modernos processos mechanicos para a construcção de estradas.

Os escavadores americanos, de grande rendimento, tornam hoje possível a construcção de estradas a baixo preço.

CAMINHOS DE CARGUEIROS.—Sob a designação acima, vão classificados todos os caminhos, quer em campos, quer em mattas, que, não permittindo o accesso a vehiculos de rodas, pódem ser, entretanto, percorridos por muares ou por bois de carga, assim como pelos viajantes montados.

Desse typo de caminhos, temol-o em grande extensão por todo o Estado. Citarei apenas as grandes linhas de communição que de futuro poderão ser convertidas em carroçaveis.

São ellas :

De Cuiabá ao Registro de Araguaia.....	480 km.
De S. Luiz de Caceres a Matto-Grosso.....	338 km.
De Cuiabá a S. Lourenço.....	235 km.
De Diamantino a Barra dos Bugres.....	186 km.
De Diamantino a Guajará Mirim.....	1.500 km.
De Miranda a Ponta Porã, por Bella Vista.	340 km.
De Coxim a Sant'anna do Paranaíba.....	390 km.
De Bahú a Campo Grande.....	285 km.
De Tres Lagôas a Sant'Anna do Paranaíba.	95 km.

«Passando do terreno das generalidades para as realidades praticas, é doloroso dizer que, sob o ponto de vista da facilidade de circulação, estamos ainda em condições muito precarias.

Sem atacar ainda a palpitante questão das necessidades de viação no Estado, basta comparar-se o que se passa em Matto-Grosso e Rio Grande com relação á exportação de productos das xarqueadas. Os fretes ferroviarios comparados são os seguintes :

Porto Esperança—Itapura	E. F. Rio Grandense
837 kilometros	837 kilometros
Couros—93\$700 p/ tonelada	32\$000 p/ tonelada
Sebo—147\$680 p/ tonelada	44\$120 p/ tonelada

E' evidente a inferioridade de situação do exportador mattogrossense. Poderíamos fazer comparações semelhantes para muitos outros productos, mas escolhi justamente estes por serem os que de mais perto affectam á industria pecuaria, base futura da nossa riqueza, e por isso merecedor de todas as protecções.

Estas difficuldades na circulação explicam a pouca produção do Estado.

Pelos dados da exportação nos tres ultimos annos verifica-se que Matto-Grosso produziu :

EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDOS
Em 1913 4.332:000\$000	4.284:000\$000	48:000\$000
Em 1914 3.542:000\$000	3 150:000\$000	392:000\$000
Em 1915 2.842:000\$000	1.763:000\$000	1.149:000\$000

Do exame dos dados acima, verifica-se que Matto-Grosso produziu, na media, como os Estados de Santa Catharina e Rio Grande do Norte, apesar dos recursos enormes de que dispõe.

E' pois, medida urgente, de interesse vital para o Estado, o conseguir-se o barateamento dos fretes da Estrada de Ferro de Itapura a Corumbá.

Essa medida será de alcance immediato para o fomento da producção do Sul do Estado, restando-nos examinar o problema da viação sob um aspecto mais geral.

TERRAS E COLONIZAÇÃO.—De todos os serviços affectos a esta Secretaria, é o das terras publicas e particulares, talvez, o que exige maior cuidado e attenção, pois elle superintende directamente as terras devolutas do Estado, e preside, ao mesmo tempo, a formação do patrimonio territorial dos particulares, pelo fraccionamento do patrimonio geral.

E' tambem como a resultante de uma bôa organização dos serviços de terras que terá de formar-se o cadastro das propriedades, indispensavel para a orientação segura dos estudos de previsão economica, de taxações fiscaes, de orientação para os problemas de viação e finalmente para esclarecer os detalhes topographicos das regiões cadastradas. As questões agropecuarias, não menos dependem da bôa e segura fundamentação da propriedade territorial, quer technica, quer juridicamente encarada, assim como tambem das observações de ordem geologica, hydrographica e climatologica, que devem resultar da exploração a que os profissionaes são obrigados quando perlustram as propriedades a serem medidas e demarcadas.

Estas multiplas funcções exigem o maximo escrupulo e absoluta isenção de animo, ao par de uma sufficiente preparação technica daquelles a quem incumbe exercel-as. E taes são os interesses que se ligam e entrelaçam em torno das questões de terras, que se póde affirmar sem receio que dellas muito depende o futuro economico do Estado, assim como em bôa parte a maior ou menor tranquillidade de sua vida politica.

Este departamento dos publicos serviços não offerecia um aspecto que se possa qualificar de lisongeiro, quando me coube assumir a superintendencia delles. De todos os lados levantav.m-se queixas contra as irregularidades praticadas na Repartição de Terras, chegando mesmo a imprensa a occupar-se de taes assumptos, apontando, com precisão, algumas dessas irregularidades. Assim, foi meu primeiro cuidado, de acôrdo com as instrucções de V. Exc., proceder a uma minuciosa e diuturna fiscalização dos serviços de terras, procurando conhecer dos vicios que porventura nelles existissem, das fal-

tas ou omissões que pudessem ocorrer, procurando sempre corrigil-os.

Para isso, não foi preciso mais do que fazer cumprir a lei, com toda a firmeza, sem outra preocupação senão a bôa marcha dos serviços e a garantia de todos os direitos. E assim, com algumas medidas salutaes na organização dos serviços, foi possível regularizal-os, tanto quanto possível, dentro dos moldes da legislação de terras em vigor. A experiencia tem mostrado que essa legislação não tem a elasticidade necessaria para attender ás multiplas necessidades de taes serviços, sendo preciso cercar-se de melhores garantias os interesses que entram em jogo nas questões de terras, tanto pelo lado dos particulares como pelo do Estado. As leis actuaes resentem-se ainda do grave defeito de centralizarem excessivamente o serviço das terras, tornando assim muito difficil a solução de todas as pendencias, que vulgarmente sóem acompanhar taes serviços.

A acção dos agrimensores, da qual em grande parte depende a bôa marcha de todas as questões de terras, não tem sido sempre irreprehensivel, podendo-se mesmo attribuir ás facilidades por alguns delles praticadas, a relativa anarchia que reina na discriminação das propriedades, suas áreas, etc.

E' factó notorio e por todos conhecido, existirem innumeras propriedades, com titulos definitivos e plantas archivadas na Repartição de Terras, sem que tivessem sido medidas effectivamente. Ainda no momento actual, esta Secretaria, attendendo ao pedido de um proprietario de terras do municipio de Campo-Grande, mandou proceder á verificação da medição das mesmas, ficando demonstrado que *nunca tues terras haviam sido medidas e demarcadas*.

Este estado de cousas, consequencia de facilidades e praxes viciosas, que de longa data vêm affectando os serviços de terras, constitue um dos aspectos mais graves da questão agraria no Estado. Felizmente, podemos affirmar que essas cousas são do dominio do passado. Resta-nos a tarefa de procurarmos corrigir taes erros, de graves consequencias no presente, e que ainda mais se accentuarão no futuro.

A questão dos *excessos de áreas* comprehendidos em grande numero de medições approvadas, é uma outra modalidade do mesmo problema. Na verificação a que acima alludi, fôram encontrados mais de 4.000 hectares de excesso, sendo regra quasi geral a existencia de excessos maiores ou menores, em quasi todas as medições antigamente procedidas no Estado.

O remedio para essa irregularidade não me parece que seja a decretação em massa da verificação de todas as áreas medidas e demarcadas.

Uma tal medida, sobre ser de difficil applicação, viria perturbar a economia dos proprietarios de terras em um periodo de depressão como este que atravessamos. Assim como o actual estado de cousas fôï originado por uma evolução regressiva do *consensus* entre particulares e Governos, é preciso que o estado final de uma organização relativamente perfeita dos serviços agrarios resulte de uma evolução progressiva desse mesmo *consensus*.

Si o interesse particular, auxiliado pela frouxidão ou pêla cumplicidade dos agentes do poder publico, conseguiu defraudar o patrimonio da commuidade, é necessario que seja creado um systema de medidas que indusam esse mesmo interesse particular a denunciar a fraude e procurar corrigil-a.

Si ao occupante de terras, que excedem das que lhe pertencem, ficar assegurado o direito de adquirir taes excessos pelos preços da lei, no caso de promover elle proprio a necessaria verificação, é claro que o interesse de tal occupante o aconselhará a regularizar seus direitos de propriedade.

As multas progressivas sobre os excessos que fôrem verificados á revelia dos seus occupantes, a comminação expressa da obrigação, para os serventuarios que tenham de proceder aos inventarios, de denunciarem os excessos de áreas, quando da divisão das terras pelos herdeiros se evidenciar a existencia de taes excessos, a decretação da venda em hasta-publica para os excessos que fôrem encontrados pela acção *ex-officio* dos prepostos da Directoria de Terras; taes são as providencias que me parecem mais acertadas como inicio para a solução indirecta, mas segura, do problema. A proposito do que se passa por occasião dos inventarios, é de notar a falta de legislação que abrigue os interesses do Estado de modo conveniente. E' factio corrente que, em muitos casos, as áreas a serem divididas entre herdeiros são muito maiores do que as accusadas nos titulos de dominio. As divisões são feitas sem que o Estado possa intervir, pois os serventuarios da justiça, que processam os inventarios, não pôdem ventilar questões de alta indagação no correr do processado. Mas podem e devem denunciar o factio á Directoria de Terras, para que possa ella intervir como de direito.

O minucioso relatorio apresentado pelo Sr. Dr. Director dos serviços de Terras, Minas e Colonização, permite-nos algumas deducções interessantes, para o estudo de previsão necessaria sobre o movimento provavel, no corrente anno, relativamente ás medições e demarcações de terras.

E' factio, já observado, que as medições approvadas, em cada anno, são em geral iniciadas muito anteriormente. Assim, verifica-se que, da área total das medições approvadas, em

1915, uma quóta de 75% é representada por medições iniciadas em 1908, 1909, 1910 e 1911.

Os restantes 25% são formados por medições demoradas—de 1905 a 1907—, assim como por algumas de 1912, 1913 e 1914. Podemos dizer, de um modo approximado, que a média da demora para a execução das medições tem sido de cinco annos. Estou desenvolvendo todo o esforço para melhorar semelhante situação, pois não é admissivel que sejam necessarios cinco annos, em média, para a ultimação dos processos de medição e demarcação. Para chegar a esse resultado, estou apenas fazendo cumprir a lei, que dá o prazo *maximo* de 3 annos para serem realizadas as medições. Uma praxe viciosa, estabelecida de ha muito, estabeleceu que tal prazo não abrange a entrada dos autos na repartição competente e que uma vez realizado o trabalho de campo, dentro do prazo marcado pela lei, ás partes cabe o direito de entregarem os autos quando isso lhes convenha. Ora, não se precisa fazer argumentação para que o absurdo dessa interpretação se torne evidente.

Como se vê do relatorio da Directoria de Terras, as rendas provenientes de taes serviços fôram:

Em 1914.....	Rs. 648:663\$300
Em 1915.....	Rs. 213:641\$500
Diferença para menos, em 1915....	Rs. 435:021\$800

A' primeira vista tal resultado surprehende, pois pela inspecção dos quadros se verifica que essa differença não encontra justificativa. Mas ella é devida a um factor especial: a compra de um milhão de hectares de terras pelo "Fomento Argentino". Em 1914 foi paga a 2.^a prestação do preço da compra; foi esse pagamento de 400:000\$000 que veio elevar de modo excepcional o rendimento do serviço das terras naquelle anno. Posto de lado esse factor, por constituir elle um caso accidental e fóra do commum, verifica-se que a depressão da renda em 1915 foi apenas de Rs. 35:000\$000 sobre 1914, ou sejam 14^o%. Se aceitarmos a hypothese de ser em 1916 tambem de 14^o% a depressão provavel deveremos ter para rendas Rs. 183:180\$000.

No primeiro trimestre do corrente anno, foi a renda de Rs. 116:040\$100; mas esse total parece-me exaggerado como base de previsão por ser formado em grande parte (70:000\$000) pelo pagamento de excessos de áreas, que constituem imprevisto.

Uma observação, que se impõe como corollario do exame do movimento dos serviços de terras, é a insufficiencia manifesta do pessoal tecnico. Com um auxiliar unico para o exame dos trabalhos, para fazer as cópias de plantas, etc., tal ser-

viço tem de resentir-se fatalmente do atrazo inveterado que de ha muito vem prejudicando sua marcha.

Já no relatorio de 1914, o Director de Terras fazia ver essa lacuna, pedindo fosse o mal remediado.

Dada a grande importancia dos serviços que devem ser attendidos pala Directoria de Terras, como tive occasião de especificar no inicio das considerações que venho fazendo sobre esta Directoria, é tambem meu parecer que se torna indispensavel a criação de mais um logar de auxiliar technico.

Isso mesmo ainda não é sufficiente, pois a repartição precisa de um desenhista para a organização dos croquis de conjunto com as plantas de cada municipio, para que se vá assim iniciando o preparo dos elementos para um futuro cadastro geral das propriedades. Entretanto, dado o pouco movimento actual da Directoria de Obras Publicas, é minha intenção fazer trabalhar o desenhista desta repartição na Directoria de Terras, de modo a poder assim attender, sem onus a maior para o Estado, a essa necessidade urgente dos serviços de terras.

As concessões gratuitas de lotes para colonos têm sido activadas desde que assumi a direcção desta Secretaria. Assim é que fôram expedidos, no corrente anno, o duplo dos lotes concedidos em 1914.

Infelizmente, mesmo neste serviço existem abusos; alguns individuos residentes no Sul do Estado, negociantes, hoteleiros, etc., que absolutamente não estão nas condições de beneficiarem do favor da lei, têm obtido das autoridades locais os necessarios attestados para virem apresentar-se como imigrantes, solicitando concessão gratuita de lotes para lavoura.

Para remediar taes abusos, é meu parecer que, sem o attestado do Juiz de Direito da comarca respectiva, comprovando a qualidade de imigrante e lavrador de cada pretendente, não mais sejam concedidos taes lotes.

O prazo de cinco annos, que a lei marca para a medição dos lotes concedidos, é excessivo. As despesas com a demarcação de 50 hectares são tão diminutas, que bem se poderá reduzir o prazo a um anno.

E' preciso reconhecer que o systema de colonização, que tem por base a concessão gratuita da terra áquelles que, espontaneamente desejem nella se fixarem e della viverem, é o mais conveniente e o que melhores resultados tem produzido em toda a parte.

Nos Estados do Sul do Brazil, onde os governos, desde os tempos do Imperio, gastaram enormes sommas em varias tentativas de colonização, de ha muito que ficou conhecida a inconveniencia da immigração estipendiada.

A despesa media, para o Governo Federal, com a localização de cada familia de immigrants no Paraná, onde tal serviço foi feito com melhor orientação, é de Rs. 3:000\$000.

Em todos os relatorios federaes, relativos a taes serviços' nota-se a constatação unanime do factó de abandonarem a maioria dos colonos os seus lotes, pelos centros povoados, onde vão procurar ganho facil, ou mesmo regressando aos seus paizes de origem. Grande numero delles tem immigrado para a Republica Argentina.

Assim, é pouca passada em julgado que a immigração remunerada unica poderá resolver o problema do povoamento de nossas grandes áreas territoriaes.

No momento actual, e provavelmente por muitos annos ainda, as correntes de immigração europea estão e estarão interrompidas. As consequencias da grande conflagração terao de se fazer sentir profundamente, impedindo a sahida de colonos dos seus paizes de origem.

Para que a colonização produza resultados economicos, beneficos e permanentes, ella precisa basear-se no principio da vinculação do colono á terra. Sem essa condição fundamental, os colonos constituirão sempre massas fluctuantes. Sob esse ponto de vista a nossa legislação é a mais liberal de quantas existem no paiz, pois mesmo a federal exige reembolso do custo do lote no fim de certo numero de annos.

O colono que, *exponete sua*, procura fixar-se ao sólo, constitue com este o conjugado celllular da organização dos trabalhos agro-pecuarios. A plena e incondicional propriedade do lote, desde que começa o colono a trabalhá-lo, é para este o melhor estímulo para sua estabilização. Assim, penso que se deve cercar de todos os desvelos o desenvolvimento da colonização fundada nessa base solida, unica que dará ao Estado, em futuro mais ou menos remoto, a segurança de um povoamento economicamente productivo.

A traducção em realidade dos esforços que vem V. Exc. fazendo, Exm. Sr. Dr. Presidente do Estado, mesmo desde antes de assumir as redeas do Governo, para attrahir os flagellados do Norte para este Estado, aqui fixando-os em nucleos coloniaes, constituiria, no actual momento, o melhor serviço que poderia ser prestado ao povoamento de algumas regiões de reconhecida uberdade em Matto-Grosso. O planalto da Chapada, onde ao par de um clima de altitude de primeira ordem, se encontram terrenos fertes de propriedade do Estado, acha-se naturalmente indicado para receber uma bóa colonia. Sua proximidade desta capital assegurará aos colonos a facil collocação dos productos da layoura, ao mesmo tempo que virá

facilitar o abastecimento da população desta cidade de generos de primeira necessidade. Para um centro populoso que precise desenvolver-se, nada ha mais importante do que o seu abastecimento em condições de tornar a vida facil aos seus habitantes menos favorecidos de fortuna. Para isso, só ha dois meios: ou crearem-se os centros de producção nas cercanias das cidades, ou ligal-as por vias de communicacão rapida e barata aos centros já existentes, porém distantes. Esta segunda soluçã, no caso de Cuiabá, é muito problematica num futuro proximo, restando a primeira, que pode ser adoptada para dar resultado com relativa promptidã. Essa medida se impõe com caracter de urgencia, dado o notorio e progressivo enca-recimento do custo da vida nesta capital. Collocada em uma zona de grandes alluviões auríferas, de rochas crystalinas, zona quasi esteril, Cuiabá está desprovida de centros abaste-cedores. De muito longe lhe chegam os recursos para sua ali-mentação, muito encarecidos pelo transporte. A utilizacão do planalto da Chapada, formaçã de terras ferteis, a mais pro-xima que existe desta capital, se apresenta como a soluçã do problema. Por outro lado, a formaçã de um nucleo de populaçã de relativa densidade naquella zona viria trazer o necessario incentivo ao desenvolvimento do commercio e industria locaes. permittindo o surto de um conjunto de com-odidades que poderão tornar a viavel permanencia, tempo-raria alli, de quantos precisem retemperar organismos depau-perados. E' sabido que os climas de altitude exercem uma acção benefica até na formaçã das raças humanas, sendo de toda a conveniencia que se facilite o accesso das regiões do-tadas dessas vantagens naturaes ás populações das cidades, quaesquer que ellas sejam. No caso presente, em que a cidade é como a nossa, embora de clima salubre, mas depauperante e exhaustivo, se torna evidente, premente mesmo, a necessida-de de serem creadas as condições de viabilidade necessarias para que se constitua na sua proximidade um burgo ao mesmo tempo producto e saudavel, trazendo a dupla vantagem de baratear o custo da vida na cidade, permittindo assim seu desenvolvimento, e de servir como um refugio temporario pa- ra os fatigados ou para os enfermos.

Os sacrificios que possa fazer o erario publico com os trabalhos de colonizaçã, estradas e outros indispensaveis para que seja alcançado o fim que se deseja, serão todos mui-to largamente compensados pelos resultados economicos di-rectos e indirectos que fatalmente produzirá semelhante ap-plicação de actividade e de fundos publicos. E' este um destes casos em que não se precisa descer ás questões de detalhe para que se verifique, *prima facie*, as vantagens do emprehen-

dimento, digno dos melhores esforços por parte dos órgãos da administração».

Obras publicas

A actividade deste departamento da administração foi empregada, durante o anno, em serviços de pequena monta.

A unica obra nova contractada e levada a effeito foi a ponte sobre o ribeirão Jacobina.

Os encargos que pesaram neste exercicio sobre a verba destinada ás obras publicas, em virtude de contracto que já encontrei, não permittiam qualquer empreendimento de certa envergadura.

De facto, observando-se a relação dos pagamentos que constam do relatorio do Director de Obras, logo se verifica que os de maior vulto foram todos para liquidar ou amortizar compromissos antigos. Em pagamentos de pontes foram despendidos 65:200\$000.

A verba votada era de 200:000\$000 e gastaram-se 297:562\$511, porque, à importancia que o Director indicou como total das despesas de obras publicas, é ainda desnecessario que se acrescente a differença de 25:374\$525 despendida com a Hydraulica, pois a verba de custeio consignada para esta foi apenas de 23:000\$000, tendo, porém, esse custeio absorvido a importancia de 48:374\$525.

Nestas condições, tornou-se impossivel o empreendimento de qualquer obra mais consideravel, porquanto de muito já se achava ultrapassada a dotação orçamentaria.

Ainda em 1916, os compromissos, que vêm de longe, continuarão a pesar sobre a verba *obras publicas*. De modo que para se tornar possivel o ataque de qualquer serviço novo e de algum vulto, durante o vindouro exercicio, é indispensavel que a dotação orçamentaria para a precitada verba, seja, pelo menos, dupla da que foi consignada para 1915.

ABASTECIMENTO DE AGUA. — Este relevante serviço, que tão de perto entende com a hygiene desta cidade, é, sem contradicta possivel, um dos pontos fracos da vida urbana desta capital.

A adducção de agua do rio Cuiabá, tal como se faz, sem um tratamento prévio, nem mesmo de simples decantação do liquido; sua distribuição por meio de recalque numa rede de vasão insufficiente, na qual as pressões se distribuem de modo irregularissimo, constituem um conjuncto de serviços onerosos, demasiado imperfeitos e deploravelmente insufficientes para attender ás necessidades progressivas da população. A

simples inspecção dos numeros evidencia este facto: foi de 47.615 metros cubicos o rendimento total das bombas: desse rendimento escasso é ainda preciso deduzir o volume consumido em serviços publicos, que podemos admittir seja apenas de 10 % do total. Sobram, portanto, 42.854 metros cubicos, que permittiram um consumo, em cada 24 horas, de 1.174.000 litros. Ora, não sendo admissivel que numa cidade, com o clima de Cuiabá, se possa attribuir menos de 200 litros por habitante, é claro que só 5870 habitantes podem ter abastecimento de agua regular, ficando assim mais de metade da população privada desse beneficio.

Vem de longe a preocupação dos governos com relação a este magno problema.

Foram despendidas largas sommas com os estudos dos mananciaes que pudessem ser adduzidos por gravidade, dos contrafortes da serra da Chapada. Desses estudos, o mais recente, embora incompleto, deixou ver que era possivel trazer-se as aguas do correjo Mutuca, cuja captação poderá ser feita em um ponto que fica cerca de 90 metros acima do alto da Boa-Morte, nesta capital.

Tal serviço orçaria por volta de 1.000 a 1.200 contos de réis, em época normal. Provavelmente, foi o avultado da despesa o motivo que até hoje tem obstado a realização de obra tão necessaria.

Entretanto, é intuitivo que, despendendo o Estado, annualmente, quasi 60 contos com um serviço d'agua deficientissimo, poderia com muita vantagem despende até 1.200 contos com um abastecimento muito superior, sob todos os pontos de vista, pois 60 contos representam os juros de 5 % sobre aquella quantia.

E' tambem evidente que a renda de um bom serviço de abastecimento, feito por gravidade, seria muito mais elevada do que a actual, podendo-se assim affirmar, sem receio de erro, que o Estado só teria a ganhar com tal empreendimento, mesmo que precisasse tomar por emprestimo a somma necessaria para leval-o a effeito.

Poderiamos desenvolver as considerações que nos suggere este problema, não só sob o ponto de vista technico geral, como sob o ponto de vista administrativo; mas as circumstancias da vida economica universal se acham ainda tão perturbadas, que seria ocioso pensar-se na realização de obras que dependem de material estrangeiro. Esta mesma consideração tem impossibilitado o governo de levar a cabo o desenvolvimento da actual rêde de distribuição d'agua. Esse trabalho foi estudado e projectado para serem abastecidos os bairros do "Areão", "Bahú", e "Mundéo". Mas as difficuldades para a

importação de materiaes são actualmente tão grandes, que foi necessario adiar esses serviços para logo que melhorem as condições do commercio e industria no estrangeiro.

Estudando-se os dados relativos aos serviços do abastecimento, verifica-se que houve em 1915 um augmento de consumo, como se vê da seguinte comparação :

Consumo mensal em 1914 38.350.550 litros

Consumo mensal em 1915 39.692.083 »

Differença 1.341.633, que representa um accrescimo de 3,5 %.

O custô de producção de cada metro cubico d'agua, foi, em 1915, de 122 réis, desprezadas as fracções; e como em 1914 foi de 108 réis, observa-se que, para um augmento de consumo de 3,5 %, o accrescimo da despesa foi de 13,88 %.

Para que se possa comprehender a razão deste facto, é preciso notar que as despesas com os serviços fôram as seguintes :

Combustivel :

Média mensal em 1914 2:136\$166

» » » 1915 1:958\$000

178\$166, sen-

do assim de 8% a menos a despesa com esta verba em 1915.

Diaristas :

Despesa mensal media em 1914 584\$108

» » » » 1915 653\$917

Differença 69\$809

Porcentagem de accrescimo 12 %.

Material para o custeio da Hydraulica :

Despesa mensal media em 1914 239\$285

» » » » 1915 366\$703

Differença 127\$518

Porcentagem de accrescimo 53 %.

Materiaes e diversos serviços :

Despesa mensal media em 1914 316\$638

» » » » 1915 801\$395

Differença 484\$757

Porcentagem de accrescimo 153 %.

Pelos dados acima se verifica que, se houve economia de 8 % na lenha, os accrescimos das verbas de material e pessoal foram consideraveis.

O deploravel estado de cousas, que se traduz nos dados acima indicados, acha-se inteiramente modificado. Já no 3.º trimestre de 1915, as despesas de material foram muito menores do que nos outros nove mezes anteriores, como se vê dos seguintes numeros :

Diaristas :

Despesa media mensal até setembro de 1915 ...	612\$300
» » » no 4.º trimestre de 1915 ...	558\$666
Diferença	<u>53\$634</u>
Porcentagem de economia 8, 7 %.	

Material

Despesa média mensal até setembro de 1915 ...	1:045\$304
» » » no 4.º trimestre de 1915 ...	314\$000
Diferença	<u>731\$304</u>
Porcentagem de economia 70 %.	

No que concerne à despesa de combustível, não foi possível haver qualquer alteração no 4.º trimestre, por ser esse fornecimento contractado por semestres.

No 1.º trimestre do corrente anno, as despesas com a lenha já estão também diminuidas, em virtude do novo contracto de fornecimento.

Comparados os primeiros trimestres de 1915 e 1916, vê-se :

Combustivel

Despesa no primeiro trimestre de 1915	7:112\$750
» » » » » 1916	5:787\$800
Diferença	<u>1:324\$950</u>
Porcentagem de economia 18, 6 %.	

A média mensal de pennas funcionando foi de 907,75, que deveriam ter produzido uma renda mensal média de Rs. 4:538\$750, ou em todo o anno Rs. 54:465\$000.

Mesmo que toda essa renda fosse pontualmente arrecadada, ainda assim haveria um *deficit* de Rs. 3:929\$525 no balanço geral das contas do serviço de aguas.

Não devo deixar em silencio o deploravel estado em que foram encontrados os serviços de pennas d'agua e a cobrança das taxas. Não existia escripturação na Directoria de Obras que permittisse um exame do modo como era feito tal serviço. O respectivo encarregado, allegando *ter fiança* no Thesouro e não estar sujeito a ponto, fazia em sua propria casa o serviço de extracção de talões, expediente relativo á abertura e fechamento de pennas etc.

Com algum esforço a Secretaria da Agricultura conseguiu restabelecer a escripturação em uma dependencia da mesma Secretaria e obrigou o agente do serviço a comparêcer diariamente para receber ordens e dar contas dos serviços que correm sob sua responsabilidade.

Por outro lado, fez-se proceder, por uma commissão de funcionarios de confiança, á uma revisão nas pennas d'agua

existentes, de modo a ficar estabelecida uma base indiscutivel para os serviços.

MELHORAMENTO DO RIO CUIABA'.—A lancha *13 de Junho* prestou alguns serviços durante o anno.

As despesas do pessoal com a lancha e a draga foram, até outubro inclusive, de Rs. 1:347\$000 mensaes em média. Em novembro e dezembro, baixou essa despesa a 1:052\$000, sendo dispensado o pessoal desnecessario.

Em pagamento de combustivel foi despendida a quantia de 4:668\$000.

Com os concertos na barragem dos Guatós, foram dispendidos Rs. 8:315\$000.

A despesa média mensal foi em 1915, de Rs. 3:627\$220 com estes serviços.

Se tomarmos por base as despesas nos ultimos tres mezes do anno, quando já haviam sido tomadas as providencias no sentido de ser feita a maxima economia, póde-se prever que serão sufficientes Rs. 30:000\$000 annuaes para o custeio da lancha.

Releva notar que a despesa total indicada no relatorio do Sr. Director de Obras, abrange, além do que foi despendido com o serviço em 1915, mais cerca de oito contos de despesas effectuadas em 1914, que só foram pagas no correr do anno relatado.

Instrucção publica

Questão fundamental e primordial na vida dos governos que de factos são livres, ganglio vital das nações modernas, «pão do espirito», como a chamaram, a instrucção publica é problema posto em equação por todos os governos, que o procuram resolver da melhor maneira, como uma das suas maiores obrigações, embora não seja propriamente uma função do Estado ou que lhe seja essencial, visto como já vae um tanto desacreditada essa figura do *estado—professor*. Entre o fetichismo, porém, do *estado professor* e o estado indifferente ao ensino popular existe um meio termo, que deve consultar o interesse nacional, principalmente no tocante á instrucção publica primaria, cujo destino ético-social é preparar o cidadão para a bôa comprehensão de seus direitos e cumprimento de seus deveres, como membro da communitade, ao mesmo tempo que tornando-o mais apto para as lutas e imprevistos da vida real. E o estado ahi intervem: como *legislador*, pelos regulamentos; como *governo*, pelas inspecções; como *thesouro publico*, pelas subvenções.

O que faz mal ao ensino publico não é essa dependencia.

em que elle ainda está do governo ; o que, todavia, lhe faz grandissimo damno é o contagio da politicagem, fazendo do professor publico o servidor de um partido, o galopin eleitoral, que escreve a acta e é o agente da cabala eleitoral. O que faz mal ao ensino é essa intromissão malsã do patronato nos concursos para provimento dos lugares do magisterio ; o que faz mal á instrucção popular é essa ausencia de dedicação e de vocação sincera para uma profissão tão eminente, de tão alta dignidade, ausencia que transforma o magisterio em um meio de vida, tirando-lhe essa finalidade tão digna e alevantada, que interessa á grandeza da patria, por dizer de perto com o seu futuro politico-economico.

A crise pedagogica, que deu ao seculo passado a denominação de *seculo da educação*, atirando por terra com os usos escolasticos, medievaes, deu ao ensino um caracter economico : ensinar é produzir, é enriquecer. Os mais poderosos espiritos pedagogicos levantam, «como insignia de todos os adiantamentos, a bandeira da riqueza». A' economia subordinam todas as questões politicas e sociologicas e, «entre todas, acaso nenhuma como a educação».

Educar é synonymo de enriquecer.

“A educação, dizem, que faz o porvir, deve fazer a riqueza do porvir.”

Na actual evolução do ensino vibra a “idéa — força, que serve de alavanca ao movimento que convulsiona hoje a educação em todo o mundo, pôde dizer-se, do occidente ao oriente”.

Praz-me reconhecer e assignalar, Snrs. Deputados, que a instrucção publica em Matto-Grosso, na capital e algumas cidades, tem melhorado de 1910 a esta parte, nem só quanto aos regulamentos e programmas, como tambem em relação a alguns edificios.

O de que temos agora toda necessidade é de retocar esses regulamentos, pondo-os harmonicos e que esses regulamentos encontrem interpretes competentes e fieis. Nada valem leis e regulamentos si se lhes sobrepõe o alvedrio.

Nesse aparelho educatiyo assume a maior importancia a ESCOLA NORMAL, visto como toda a pedagogia moderna principalmente se empenha na formação do *professor*, cujo mister é, de preferencia, educar o caracter, corrigindo as falhas do que os inglezes chamam — *home education*, educação do lar, pela intromissão positiva da educação paterna, ordinariamente tendente a reduzir a iniciativa e personalidade da creança, “substituindo um criterio forte a outro criterio fraco, uma vontade adulta a uma vontade infantil”.

Aqui está o eminente papel social do *tutor* das escolas

e universidades inglezas, nas quaes se busca de preferencia a *creação duma personalidade*, isto é, uma *vontade* e um *caracter*.

Elle é o piloto, do qual o joven tem necessidade, "para a sua barca não naufragar no mar das primeiras paixões e lutas pela vida".

Está hoje reconhecido "que a escola é o mestre" e que "a instrucção vale o que vale o educador".

Presentemente já se vae accentuando a tendencia para se confiar a escola primaria de preferencia ás mulheres, consoante as leis da pedagogia; e neste sentido já se manifestam correntes poderosas nos centros em que o ensino normal tem alcançado nivel mais elevado, como em S. Paulo e agora na Capital Federal, pela reforma do eminente Dr. Azevedo Sodré.

Pensa-se que á mulher é que compete o magisterio primario, visto como esse magisterio é um prolongamento da educação familiar, na qual a familia exerce a sua função educativa com a *disciplina*, o *exemplo* e o *ensino*.

E' nessa educação do lar e na educação primaria, que a prolonga, que se deve realizar o consorcio do amôr ou da *sympathia* com a autoridade, convindo que não seja demasiado impositiva para deixar espaço á chamada *auto-educação*.

Seja como fôr, porém, a verdade é que nada se consegue sem esse *tacto pedagogico*, que permite o conhecimento do sujeito da pedagogia ou pedagogica, isto é, o educando.

Tenho para mim que esta "arte scientifica" ou "sciencia pratica" anda muito descurada entre nós, sem essa applicação que acertadamente se lhe pretende dar em o nosso programma da Escola Normal, nem só na sua parte geral como na especial. Entretanto a pedagogia é a propria razão de ser da Escola Normal, cuja finalidade é—a formação de professores habilitados. "Precisamos ter magisterio, porque, sem magisterio, não pode haver ensino."

E' verdadeiramente lamentavel a maneira pela qual as municipalidades se desinteressam do ensino primario; entre aquellas que o descuam merece seja citada a desta capital, *que não custeia nenhuma escola publica!* Entretanto, em S. Paulo e outros Estados os poderes municipaes porfiam em cuidar de fundar escolas primarias e até secundarias a expensas suas

Como vereis Snrs. Deputados, das informações que vão a seguir, prestadas pelo digno Sr. Coronel Secretario do Interior, Justiça e Fazenda, admittido o algarismo de 220 mil almas para a nossa população e tomando a 10.^a parte ou sejam 22 mil crianças em idade escolar, de 7 a 12 annos, e o numero das que frequentam escolas, isto é,—7.000, conclue-se que apenas um terço da nossa infancia recebe instrucção!

“Que terrível pesadello!”—com razão reclama o sr. Secretário.

Em 1913 havia em S. Paulo nas escolas publicas e privadas 6,1 % da população.

No Estado a razão é de cerca de 3,1 %.

A Capital Federal, com cerca de 1 milhão de habitantes, tem a frequencia de 5,5 %.

No Estado de Minas Geraes, calculada a população em 4,5 milhões de habitantes, a estatística accusa a frequencia de 207.140 crianças, isto é, 4,6 %.

Na verdade, é triste este quadro que se nos apresenta aos olhos; entretanto, escreveu Ruy Barbosa estas palavras que ainda têm a sua época :

“A extincção do “deficit” não pôde resultar senão de um abalo profundamente renovador nas fontes expontaneas de producção. Ora, a producção como já demonstrámos, é um effeito da intelligencia; está, por toda a superficie do globo, na razão directa da educação popular. Todas as leis protectoras são inefficazes para gerar a grandeza economica do paiz; todos os melhoramentos materiaes são incapazes de determinar a riqueza, se não partirem da educação popular, a mais criadora de todas as forças economicas, “a mais fecunda de todas as medidas financeiras”.

Admittida a regra que manda que a 1000 habitantes corresponda uma escola publica, vê-se que com as 144 que possuímos não estamos em más condições, tanto mais quanto em Pernambuco a 2 milhões de habitantes correspondem 177 escolas primarias, correspondendo uma escola estadual para 11.299 habitantes e que, em um orçamento de 14 mil contos, a instrucção publica apenas dispõe de 504, isto é, menos do que em o nosso Estado, que dispõe de 547 contos com um orçamento de cerca de de 4.000 contos apenas !

Um povo sem instrucção, Snrs. Deputados, é um povo sem musculatura, desfibrado.

O grande Sarmiento, o presidente benemerito da instrucção publica argentina, via na educação do povo o meio de se acabar com as revoluções.

“Se quereis, por um unico exemplo, comprovar immediatamente a differença entre os homens formados pelo novo e os homens formados pelo antigo methodo, que desgraçadamente è todavia o nosso, comparae o que os primeiros têm realizado na America do Norte e o que os segundos têm feito na America do Sul.

E’ o dia e a noite, è o branco e o preto; é, de um lado, a sociedade que se lança para diante, para o maior desenvolvimento conhecido da agricultura, a industria e o commercio;

é, de outro, a sociedade puxada para trás, atada, estancada em uma vida preguiçosa de cidade, no funcionalismo, nas revoluções políticas. No Norte é o futuro que aponta; no Sul o passado que morre“, escreveu E. Demolins e parece que foi de encomenda.

Pesemos bem, Snrs. Deputados, o encargo que temos sobre os hombros, elle é nada mais nada menos do que o futuro da patria.

«REORGANIZAÇÃO DO ENSINO.—O director geral da Instrucção Publica, em seu relatorio de 9 do mez ultimo, considera necessaria a reorganização do ensino, afim de estabelecer o equilibrio e harmonia de conjuncto que não existem nas variadas disposições pelas quaes se rege esse importante ramo da administração estadual, assim se exprimindo :

”Sem contar com as antinomias com que a cada passo se contradizem muitos dos dispositivos do proprio regulamento geral de 1910, succede que o projecto de regulamentação dos Grupos Escolares, organizado pela commissão especial para esse fim nomeada pelo seu antecessor, em 18 de fevereiro do anno passado, tanto destoa e por tal fórma do que, em relação a semelhantes institutos, se acha decretado no referido regulamento, que foi precisamente esse o motivo que me determinou a não submettel-o ao conhecimento e approvação das autoridades superiores do ensino. Por outro lado, a Escola Modelo, que é instituição primaria, como os outros Grupos Escolares e as proprias *escolas isoladas*, funciona com um periodo lectivo de cinco annos, quando o tempo escolar em vigor é de quatro annos para todos os estabelecimentos congeneres.

“A estas razões accresce que o *Lyceu Cuiabano*, subordinado até então á *Directoria Geral*, nos termos do citado regulamento, tornou-se autonomo e independente, por força do decreto n.º 417, de 11 de janeiro do corrente anno, que lhe deu novo regulamento de accôrdo com o preceito do art. 23 da lei n.º 713, de 20 de setembro do anno passado.

“Ainda mais: divergencias dos regulamentos parciaes no modo de impõem preceitos e regras differentes, para a solução, de casos analogos e até identicos, como são os de concurso, exames, matriculas, licenças, substituições e outros, são assumptos que por sua vez tambem precisam ser uniformemente regulados e esta regularização só poderá ser feita mediante una lei de consolidação, que autorize o poder executivo a leval-a a effeito”.

LYCEU CUIABANO.—Ha mais de dois annos, vem dirigindo este instituto de ensino o propecto professor Sr. Tenente Coronel Januario da Silva Rondon.

Com o numero de 97 alumnos matriculados, reabriram-se a 1.º de fevereiro, as aulas deste estabelecimento, cujo funcionamento correu sem interrupção e com a devida regularidade.

Com a reorganização do ensino secundario e superior em toda a Republica, por força do decreto n.º 11.530 de 18 de março do anno passado, o referido director do Lyceu pediu e obteve do Conselho Superior do Ensino a equiparação deste instituto ao Collegio Pedro II.

A lei n.º 713, de 20 de setembro do anno passado, autorizou o Poder Executivo a reformar o regulamento então em vigor e o decreto n.º 417, de 11 de janeiro ultimo, dando novo regulamento ao dito Lyceu, de accôrdo com o decreto de equiparação, tornou-o apto a funcionar sob o regimen da fiscalização de um Inspector do Conselho Superior de Ensino.

Assim preenchidas as formalidades legais e feito o deposito da quota de fiscalização na Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional neste Estado, foi nomeado por acto do Exm. Sr. Ministro da Justiça e Negocios do Interior, de novembro do anno passado, o Sr. Desembargador Antonio Fernandes Trigo de Loureiro, para o cargo de Inspector do Conselho Superior de Ensino junto ao mesmo Lyceu, officialmente já equiparado.

Informa o Sr. director deste estabelecimento, que, com a organização do seu trabalho, que denominou *Vademecum do Estudante no Lyceu Cuiabano*, repositório de informações uteis que fez distribuir aos alumnos e paes dos mesmos, informando-os dos programmas de estudos e de exames, os meios disciplinares empregados no estabelecimento, os deveres, os direitos, as vantagens, o horario, as notas de applicação, conducta e tudo quanto ali se relaciona com a vida dos alumnos, remettidos semestralmente em boletins, o estado da disciplina e frequencia, melhorou consideravelmente, a par do criterio com que procede o corpo docente no momento de se apurar o preparo e o desenvolvimento intellectual dos que frequentam dito instituto.

Assim conjugados os esforços do digno director, dos professores e dos paes dos alumnos para um fim commum — a obtenção de um preparo solido para os jovens estudantes, certamente o resultado será muito satisfatorio.

INSTRUÇÃO MILITAR. — A directoria pede a consi-gnação no orçamento de um quantitativo mensal de 100\$000 a um instructor militar, ponderando que pôde ser reduzida de seis para quatro contos a verba destinada para concerto de moveis e aquisição de instrumentos e aparelhos do Gabinete de Physica e Chimica e Historia Natural.

GABINETE DE PHYSICA E CHIMICA E HISTORIA NATURAL.—Em abril do anno passado foi este Gabinete enriquecido com um esqueleto humano.

Faltam ainda outros aparelhos indispensaveis, entre os quaes uma machina pneumatica.

ESCOLA NORMAL.—Compõe-se de dez professores, quasi todos interinos.

A sua direcção está confiada ao Sr. professor Leowigildo Martins de Mello e estivera, de 13 de agosto até fins de dezembro, sob a do professor Bacharel Philogonio de Paula Corrêa, durante o periodo de licença do primeiro.

Tem uma frequencia de 74 alumnos e a Escola Modelo 298, tendendo ambas as frequencias a augmentar.

O estado sanitario foi optimo.

CONCURSOS.—Estando providas interinamente toda as cadeiras da Escola Normal, recommendei á sua directoria que as puzesse em concurso, o que se verificou em edital de 4 de dezembro: mas apenas appareceram candidatos para as cadeiras de Portuguez, Physica e Chimica, Mathematica e Geographia. Dos alludidos candidatos somente foi approvedo o Dr. Pedro Laurentino de Araujo Chaves, que fez o concurso de Portuguez. Todos os outros não completaram as provas.

Tambem o director deste estabelecimento reconhece a necessidade da codificação de todos os regulamentos referentes ao ensino, afim de tornal-os harmonicos, coherentes e praticos, dispondo sobre os exames e suas vantagens, organizando programmas uniformes, perfeitamente desenvolvidos e fiscalizados.

Como se vê, esse estado de discordancia, nos regulamentos entre si, precisa desaparecer, a bem da disciplina, da ordem e do ensino.

GRUPO ESCOLARES.—Além da Escola Modelo annexa á Escola Normal, existem funcionando mais os seguintes grupos: "Senador Azeredo" no 2.º districto da capital; de São Luiz de Caceres; de Poconé e da villa do Rosario.

GRUPO "SENADOR AZEREDO".—Funciona este Grupo sob a direcção do professor Gustavo Kuhlmann.

Por acto do Governo, de 2 Outubro ultimo, foi reintegrado em suas funcções de adjunto, nesse Grupo, o professor Glycerio Póvoas.

No relatorio da Directoria Geral da Instrucção, nada encontrei com relação a este estabelecimento.

GRUPO DE CACERES.—Funcionou este instituto até 1.º de agosto do anno passado sob a direcção do normalista contractado José Rizzo e do dia 2 em diante, sob a do adjunto effectivo Antonio Corrêa do Couto, auxiliado pelos outros adjuntos dos quaes um effectivo e os mais interinos.

Com uma matricula de 176 alumnos, dos quaes 109 do sexo masculino e 67 do feminino funcionou durante o anno. De 20 a 29 de novembrô realizaram-se os exames dos matriculados em suas differentes classes, com o seguinte resultado: Quarto anno, approvados com distincção, 8; plenamente, 6; simplesmente, 7; reprovados, 2. Terceiro anno, approvados com distincção, 4; plenamente, 5; simplesmente, 7; reprovados, 2. Segundo anno, approvados com distincção, 11; e plenamente, 10.

Seu director diz que o material didatico para o serviço é insufficiente.

GRUPO DE POCONÉ.—Para este fôra contractado o professor normalista Waldomiro de Oliveira Campos, dirigindo interinamente a Escola Modelo anexa á Normal.

Substituindo-o, encontra-se o adjunto Solon Alves de Arruda.

As matriculas para os diversos annos do curso não passaram de 66 alumnos ao todo, dos quaes 34 do sexo masculino e 32 do feminino, numero este diminutissimo para um instituto dessa natureza, com um corpo docente de 7 professores.

A continuar no corrente anno esse reduzido numero de alumnos no alludido Grupo, melhor será fechal-o, porque para tal numero de alumnos bastam duas escolas, uma para cada sexo, e o Estado fará uma economia de cerca de dois contos de réis mensaes com a dispensa dos seus professores interinos, do respectivo director e do pessoal administrativo, creando em outro logar um novo Grupo.

Duas localidades existem no Estado onde a criação de Grupos Escolares é ardentemente reclamada: Corumbá e Campo-Grande; o 1.º é o municipio de maior renda do Estado e o 2.º occupa o terceiro logar em rendimento. Ambos populosos, muito prosperos e onde os poderes municipaes já custeam estabelecimentos de ensino primario.

O Governo do Estado poderá entrar em accôrdo com as respectivas municipalidades, no sentido de dotar cada um dos ditos municipios com o seu Grupo Escolar, mediante certa contribuição e assim ir remodelando o ensino no interior, interessando as municipalidades num assumpto que directamente lhes aproveita.

GRUPO DO ROSARIO.—Funcionou este estabeleci-

mento durante todo o anno sob a regencia do seu intelligente director, Ulysses Pereira Cuyabano.

Este Grupo, ao contrario do de Poconé, é prospero, a despeito do decrescimento eventual da sua população.

Matricularam-se nesse estabelecimento, em 1915, 155 alumnos, dos quaes 86 do sexo masculino e 69 do feminino.

Relativamente aos exames effectuados no fim do anno lectivo, o seu resultado foi o seguinte: Quarto anno, approvados, 4; reprovado, 1. Terceiro anno, approvados, 14; reprovados, 8. Segundo anno, approvados 20; reprovados, 24. Primeiro anno, approvados, 28; reprovados, 36. Ausentes, 2.

Concluíram o curso do estabelecimento: Francisca Ferreira da Silva, Otilio Borges, Antonio Pedro de Oliveira, José Monteiro da Silva e João Chrisostomo Alves.

O Grupo possui uma bibliotheca com 112 obras em 141 volumes.

REGIMENTO INTERNO DAS ESCOLAS.—Informa a Directoria que a 18 de dezembro de 1913, entregou pessoalmente ao então Presidente do Estado, Dr. Joaquim Augusto da Costa Marques, afim de ser por elle approvado ou não, *ex-vi* do preceito do art. 77, paragrapho 1.º do Regulamento da Instrucção Publica, um projecto de Regimento Interno das escolas primarias, programma de ensino das mesmas escolas e horario das aulas e um outro projecto de regulamento para o Conselho Superior, elaborado de harmonia com a lei 533, de 4 de julho de 1910.

Taes trabalhos desapareceram, ignorando-se o seu paradeiro.

Consolidados os regulamentos dos nossos estabelecimentos de ensino, conforme acima opinaram as suas directorias e esta Secretaria está de pleno accôrdo, deve-se então cuidar do Regimento Interno, afim de que sejam harmonicos.

ESTATISTICA ESCOLAR.—Sobre este capitulo refere o director geral que não lhe sendo possivel conhecer com exactidão o movimento de matriculas e frequencia de algumas escolas situadas em paragens longinquoas e para não deixar de consignar no relatorio o movimento de cada uma, recorreu á media da matricula e frequencia das mesmas, para não deixar de consignar no inventario do anno escolar o movimento de cada uma.

A totalidade da matricula nos Grupos Escolares e nas Escolas isoladas attingiu a 4.503 alumnos e a frequencia a 3.737; sendo 2.982 dos matriculados do sexo masculino e 1.521 do

sexo feminino. Dos frequentes, 2.467 são do sexo masculino e 1.270, do feminino.

Nas escolas particulares conhecidas foi a matricula de 1.507 alumnos, dos quaes 1.014 do sexo masculino e 493 do feminino.

A frequencia foi de 1.289, dos quaes 871 do sexo masculino e 418 do feminino.

Nos estabelecimentos primarios mantidos pela União e Municipios, foi a matricula de 428 e a frequencia de 317; sendo 275 do sexo masculino e 153 do feminino e dos frequentes, 189, do sexo masculino e 128 do feminino. Attinge a 6.438 a somma total, para a matricula e a 5.342 para a frequencia, sendo dos matriculados 4.271, do sexo masculino, e 2.167, do feminino e dos frequentes, 3.527 do sexo masculino e 1.816, do feminino. Reunidos á somma de 6.438, os 74 alumnos matriculados na Escola Normal, os 97 do Lyceu Cuiabano e os 211 da Escola Modelo, teremos o total de 6 820 alumnos nas escolas primarias, secundarias e profissionaes do Estado, não sendo exaggerado estimar-se esse numero em mais de 7.000, attenta á vastidão do nosso territorio e não ser possivel a directoria da Instrucção conhecer de diversas escolas particulares que funcionam sem a devida communicacão ás autoridades escolares das respectivas localidades.

FISCALIZAÇÃO DO ENSINO.—A fiscalização do ensino, como vem sendo feita por inspectores escolares de nomeação do Governo, não tem dado bom resultado, porque se uns se interessam em que as escolas das suas circumscripções sejam convenientemente providas e cumprem seus deveres fiscalizando-as, outros ha, e estes constituem a maioria, que se descuram por completo das suas obrigações, nenhum interesse tomando pela perfeita regularidade do funcionamento das escolas, pela idoneidade dos professores e tudo o mais que diz respeito ao magisterio.

A directoria assim se manifesta em seu relatório de 9 de março ultimo:

“A grande distancia em que se acham as sédes de muitas das inspectorias escolares, de modo a não ser facil de fazer-se sentir nellas a acção das autoridades superiores desta capital; a gratuidade dos cargos de inspectores escolares, confiados a pessoas de profissões diferentes; a falta de pessoal idoneo para o desempenho daquelles cargos em grande parte dos districtos escolares do interior; a repugnancia dos particulares em auxiliarem o Governo neste ramo de serviço que a todos aliás deve interessar, porque é causa commum a todos;

a maneira por que algumas vezes se entregam aquelles cargos aos mais influentes em vez de serem-no aos mais capazes; toda essa serie de males constitue os embaraços que ahí estão a entravarem permanentemente o serviço da inspecção das escolas”.

Ainda sobre este capitulo diz o mesmo director:

“A organização fundamental da nossa instrucção primaria que se assenta exclusivamente na acção do Estado, sem receber nenhum influxo por parte dos municipios e menos ainda da iniciativa particular, deve ser transformada de modo a obedecer a um dos tres seguintes planos, que são os mais geralmente conhecidos e acceitos: — o que se funda no elemento individual subvencionado pelo Estado, como na Inglaterra; o que se baseia no municipio ou no elemento local, tambem subvencionado, como nos Estados Unidos do Norte; e o de caracter mixto, representado pela maioria dos paizes da Europa e da propria America. A’ iniciativa particular não pôde ser confiada o encargo de semelhante organização, sabido como é que a generalidade da população do Estado, sobre desconhecer a valia da instrucção, é igualmente em sua maioria indifferente ás grandes vantagens sociaes que della promanam.

“Não convém tão pouco entregar a organização do ensino exclusivamente ao elemento local independente da intervenção do Estado, quando a completa descentralização administrativa está longe ainda de poder penetrar em nossos habitos e costumes.

“De modo que, por exclusão de partes, só resta o systema mixto, segundo o qual o Estado e os Municipios se associam e combinam-se para nortearem em conjunto e por seguro rumo a causa da diffusão do ensino primario por todas as classes populares.

“A este systema se subordina a instrucção primaria no Estado de S. Paulo, cujas Camaras Municipaes são ali valiosos auxiliares do Governo com o qual collaboram, quer na propagação do ensino; como na inspecção das escolas, que é feita por meio de inspectores municipaes livremente nomeados e remunerados pelas mesmas Camaras.

“A essas autoridades locaes assim nomeadas pelos municipios cabe visitar a miudo as escolas de suas circumscripções, velar pela bôa e regular execucao das leis e regulamentos atinentes ao ensino; promover o recenseamento escolar sob sua jurisdicção, além de muitas outras attribuições de que são investidos pelo regulamento.

“Admittida, portanto, a inspecção escolar pelos agentes ou prepostos dos municipios, convirá dividir-se o territorio estadual em districtos escolares e nomear-se para cada um delles

um inspector pago pelo Estado e tirado da classe dos professores normalistas, em primeiro logar, e em segundo, dos bachareis em sciencias e letras; ficando pelo seguinte modo constituido o serviço de fiscalização das escolas: na séde de cada districto, um inspector districtal; subordinados a estes o inspectores escolares nomeados pelas Camaras Municipaes; e em cada freguezia ou povoado um inspector gratuito de nomeação do Poder Legislativo Municipal ou do Executivo Estadual.

"Este systema tem a vantagem de fazer com que tomem interesse pelo ensino não só os chefes de familia como os cidadãos domiciliados nas circumscripções territoriaes de cada municipio.

"Tal é, em seus principaes lineamentos, o plano de inspecção e fiscalização que melhores resultados tem por toda a parte produzido a fiscalização central do districto como o foco donde se irradia a luz para os municipios; a inspecção municipal incumbida de levar a vida, o conselho e o estimulo para as localidades; e os proprios particulares, interessando-se pelo progresso e aperfeiçoamento da escola".

EXTINCCÃO DE ESCOLA.—Por acto do Governo, de 30 de agosto, foi declarada extincta a escola primaria, mixta, da povoação de "Barranco Alto", no municipio de S. Antonio do Rio-Abaixo.

ALMOXARIFADO.—Pela lei n. 727, de 24 de setembro, foi creado, como dependencia da Directoria Geral, um Almozarifado, destinado a prover os estabelecimentos publicos de ensino do indispensavel material escolar.

O serviço do Almozarifado vem de ser regulamentado pelo Decreto do Governo, sob numero 420, de 8 do mez passado e já se acha funcionando.

GABINETE DE PSYCHOLOGIA EXPERIMENTAL E ANTHROPOLOGIA PEDAGOGICA.—Considera o mesmo director, de grande vantagem para o ensino, a montagem no estabelecimento, annexo ao Gabinete de Physica e Chimica, de um modesto gabinete de Psychologia Experimental e Anthrologia Pedagogica, para auxiliar o desenvolvimento do programma de Pedagogia, e Historia Natural. Reclama o mesmo funcionario a criação de um inspector para a Escola Modelc e pondéra que o pessoal administrativo é desidioso no cumprimento dos seus deveres, sendo necessario que o director os fiscalize a todo momento, excepção feita da inspectora de alumnas D. Maria Beatriz de Mascarenhas.

SECRETARIA.—O director expõe a necessidade da remodelação da sua directoria, cujo serviço está a cargo de um secretario, de dous amanuenses e de um porteiro. Allega que de 1911 para 1915, as escolas elevaram-se de 72 para 144, além de uma Escola Normal, uma Escola Modelo e de mais 4 Grupos Escolares, augmentando consideravelmente os trabalhos que demandam maior actividade e fiscalização.

ARCHIVO.—Expõe a Directoria que o Archivo dessa repartição está em completa desordem, devido não só à falta de um empregado privativo incumbido de pôr em ordem a quantidade de documentos ali existentes, como a frequentes mudanças da Directoria de uns prédios para outros.

A fim de reorganizar-o autorizei a mesma Directoria a chamar um empregado para auxiliar um dos amanuenses a reconstituir-o, de modo a facilitar as pesquisas e buscas a que se tenham de proceder, quer no interesse do serviço da propria repartição, quer no das partes, quando requeiram certidões.

CONSIDERAÇÕES.—A nossa instrucção publica primaria só poderá melhorar quando tiver fiscalização; é uma necessidade imperiosa e urgente a criação de dous fiscaes para inspeccionarem as escolas publicas, que, em sua maioria, não produzem resultado apreciavel; não só pela incuria dos inspectores escolares, que quasi nada ou nada fiscalizam, ficando os professores entregues a si mesmos, num meio de completa indifferença, sem estímulo, desempenhando as suas funcções o sufficiente para fazerem *jus* aos vencimentos, como porque o numero dos que fazem do magisterio um sacerdocio é muitissimo reduzido.

Esses funcionarios terão tambem a seu cargo a estatística escolar dos municipios que percorrem.

O ensino só poderá dar bons resultados quando fôr ministrado por pessoal que tenha verdadeira comprehensão dos seus deveres.

Felizmente para o nosso Estado, V. Exc. é perfeito conhecedor de suas necessidades e tem pela instrucção de seus jovens patricios o maximo interesse, como tem demonstrado, e tenho plena convicção de que este ramo do serviço publico lhe merecerá especial cuidado.

Não obstante as condições precarias em que V. Exc. encontrou o Thesouro, a duradoura crise economica que assoberba o Estado, todo o paiz, o mundo inteiro, não lhe permittindo grandes melhoramentos, estou certo que de accôrdo com a nossa receita, ella será consideravelmente beneficiada.

Com a nossa instrucção primaria mantida pelo Estado,

gastamos $7\frac{1}{3}$ da nossa receita, isto é, 541:000\$000, e como temos para as nossas escolas publicas o numero de 6.512 alumnos, segue-se que cada um custa ao Estado — 83\$077 — quociente bastante elevado, em confronto com o de diversos outros Estados da Federação e de diversas nações da Europa e principalmente attendendo-se a que grande parte dessas escolas encontram-se desprovidas do necessario mobiliario.

A quota para cada alumno, no Estado de S. Paulo, que é o mais adeantado dos da Federação e que melhor paga o seu professorado, é de 110\$000 annual para cada uma.

A Suissa, que é o paiz da Europa onde a instrucção primaria é mais generalizada, despende annualmente com cada alumno; cerca de 29\$000 da nossa moéda.

Releva notar que ainda é bem contristador o nosso atrazo, si considerarmos que mais de metade da nossa infancia permanece analphabeta.

De facto, estimando-se a população do Estado em 220.000 almas e constituindo a 10ª parte dessa população de meninos em idade escolar, isto é, de 7 a 12 annos, teremos para estes um total de 22.000 e o numero dos que frequentam as escolas sendo apenas de 7.000, inclusive as particulares, conclue-se que apenas um terço da nossa infancia recebe instrucção! Que terrivel pesadello!

Estou certo de que uma criteriosa fiscalização trará beneficos resultados para a nossa instrucção primaria e por isso insisto na sua adopção.»

ENSINO PROFISSIONAL.— A dizer a verdade, Snrs. Deputados, não possuímos o ensino profissional. E' meu proposito não descural-o, visto como está reconhecido que nesse ramo do ensino publico repousa em grande parte a grandeza e prosperidade de um povo, como n cl- o attestam a Inglaterra, Estados Unidos e Allemanha, sendo que o recente espantoso progresso desta teve por fundamento o seu ensino technico profissional.

S. Paulo ahi vae á frente como um exemplo do que vale o seu ensino que, se por um lado visa formar o professor, porque está convencido de que «a escola é o mestre», por outro lado se não esquece que na officina e no laboratorio é onde se apparelham as forças com que devem contar as industrias diversas.

Não sendo ainda a Matto-Grosso permitido fornecer á sua mocidade um prepar o para a vida real— a instrucção technica profissional—que completa a formação mental, dando-lhe maior efficiencia, fazendo tambem o *productor*, por crear no individuo a capacidade de trabalho intelligente, rendoso e util,

tomaria a liberdade de vos lembrar a conveniencia de mandarmos para S. Paulo alguns jovens patricios e patricias, que desejem adquirir nos estabelecimentos profissionaes paulistanos alguma das varias profissões, que são tão uteis na vida. Por mim digo, Snrs Deputados, que dispendios bem applicados com a instrucção e educação, como com a justiça publica, são sempre retribuidos multiplicadamente.

ESCOLA DE COMMERCIO.—A lei n.º 682, de 23 de julho de 1914, creou a Escola Superior de Commercio visando desta arte attender a uma das mais urgentes necessidades do Estado, qual a de proporcionar aos jovens patricios, que se sintam com vocação para o commercio, esses conhecimentos que em outros povos tanto já se desenvolveram, fazendo do commercio uma verdadeira sciencia, creando esse novo titular que é o—*engenheiro commercial*.

E' obvio, entretanto, que não estamos em condições de, tão cedo, pretender levar a effeito essa creação de tão proveitoso ensino; não temos sequer edificio, nem para aqui virá o necessario e competente pessoal docente sem muito compensadora remuneração.

Acredito que o custeio dessa escola não será inferior a quarenta contos annuaes.

Nestas condições, melhor será mandar para S. Paulo um grupo de 4 a 6 patricios, que queiram adquirir o curso commercial, parecendo-me para tal fim muito indicada a ESCOLA DE COMMERCIO "ALVARES PENTEADO".

Com esta providencia iremos constituindo o nosso futuro corpo docente, ao mesmo tempo que proporcionando ao commercio pessoal habilitado nos novos processos de escripturação mercantil, que ainda muito excepcionalmente se pratica e cuja adopção se faz urgente no Thesouro do Estado.

LYCEU SALESIANO "S. GONÇALO".—Em data de 16 de fevereiro ultimo visitei este estabelecimento de ensino, que tem sido de tanto prestimo á instrucção e educação da nossa mocidade. Percorri todas as suas dependencias, todos os seus gabinetes de physica, chimica, historia natural e anatomia geral, os quaes, conhecidas as nossas condições, não nos desabonam, ao revés—dignificam a nossa instrucção publica.

Era, á data da minha visita, de 211 o numero total de alumnos que frequentavam o estabelecimento, tendo a matricula sido de 233. A recente refórma do ensino, a qual como a maioria das leis do paiz, olvidou que bem diversas, sob tantos aspectos, se nos deparam as condições peculiares ás unidades da Federação, veio prejudicar o *Lyceu Salesiano*, do-

qual se retiraram 22 alumnos do ultimo anno secundario. Dos 211 restantes, 19 frequentam o curso profissional, que lhes hade proporcionar os meios de enfrentar as crescentes difficuldades da vida contemporanea, na qual cada vez mais se estimulam competições.

A mim parece-me, Srs. Deputados, que sempre será obra de bôa politica educacional amparar o *Lyceu Salesiano "S. Gonçalo"*, donde já saíram, para proveito e até gloria de nossa terra, tantos patricios, cuja cultura é um cabedal com o qual podemos contar para o nosso progresso.

Justiça publica

Como sabeis, Srs. Deputados, a nossa Constituição consagra o preceito salutar da independencia e harmonia dos poderes. Desde o meu inicio na vida publica, considerei o respeito a essa doutrina, que é a pedra angular do nosso instituto constitucional, um dever a que se não pôde eximir nenhum dos tres poderes—o executivo, o judiciario e o legislativo—sem offensa e detrimento de qualquer dos outros. O meu governo, portanto, por uma sustentada disciplina do meu espirito, não se desviará do proposito de respeitar as attribuições e decisões do judiciario ou do legislativo, como uma obrigação, um mandamento, de ordem constitucional. Nas democracias republicanas, o poder judiciario é o fecho da abobada constitucional. A preeminencia da sua função de "interprete da lei, que não lucta nem ataca, nem defende, mas que julga", imprimiu-lhe a propria magestade da lei.

Hoje se reputam como factores essenciaes, para se julgar o gráo de civilização de um povo, a sua *justiça*, a sua *instrução* e a sua *moeda*.

Claro é que o sacerdócio da justiça, sagrado como deve ser, exclue, por completo, dos seus órgãos conscientes e dignos, o sentimento partidário, que tantas vezes é obice á rectidão do julgamento. Nesse violento torvelinho da politica, os dignos órgãos da Lei devem conservar-se serenos, sem paixões, visto como "o magistrado é o maximo esteio da sociedade" e uma sociedade em que as partes não encontram o justo amparo nos seus juizes, nos seus magistrados, tomados de paixões, essa sociedade desorganiza-se e, finalmente, perece.

O ideal é a justiça accessivel a todos, com o menor dispendio, como condição organica dos regimens verdadeiramente democraticos.

No equilibrio juridico de um povo vale pouco a dispendiosa e demorada distribuição da justiça pelas classes populares; e é por assim pensarem autores modernos, que já se tem

por um ideal a ser attingido, mais hoje mais amanhã, a gratuitidade da justiça.

Infelizmente, Srs. Deputados, como estamos longe desse desiderato! . . .

Foi consoante estas idéas que me externei no Manifesto em que tracejei as linhas geraes, que me seriam normas de governo.

Grande foi, portanto, o meu desprazer, logo no inicio do meu governo, quando reconheci que nos proprios interpretes e applicadores da Lei, na magistratura da primeira instancia, juizes havia que muito se afastavam do bom e recto caminho. E' assimque tive de mandar sujeitar a processo, perante o collendo Tribunal da Relação, primeiramente, o juiz da comarca de Sant'Anna do Paranahiba, logo depois os das comarcas de Nioac e Santo Antonio do Rio Madeira, por abandono de suas respectivas comarcas, por falsa interpretação do artigo 78 e suas alineas, do decreto n.º 324, de 1.º de fevereiro de 1913, sobre o primeiro recahindo mais a denuncia de cobranças de custas excessivas. Esses lastimaveis exemplos de magistrados togados não podiam deixar de ser funestos á vida regular da justiça: alguns supplentes infringiam o artigo 89 do precitado decreto e, com fundamento neste mesmo decreto, artigo 90, comminei a pena de perda do cargo ao 1.º suplente do juiz de direito da comarca de Aquidauana, coronel João de Almeida Castro, visto ter-se ausentado do respectivo municipio sem licença do poder competente. Entre os grandes males que affligem a raça latina, dois se destacam: o *horror das responsabilidades* e a *esperança da impunidade*. Outrora a autoridade do magistrado, consciente da sua grande responsabilidade, se impunha; elle era o bom exemplo. Hoje temos no Estado juizes que são os primeiros a esquecer seus deveres, desobedecendo á Lei. Ao demais, o mandonismo partidario deprime o prestigio moral da magistratura, querendo e conseguindo, algumas vezes, impor-lhe uma vassalagem incompativel com a grandeza do seu magisterio.

Tribunal da Relação

Segundo informa o Exm. Sr. Desembargador presidente do Tribunal da Relação, em seu relatorio, que me foi presente em 10 de março ultimo, os juizes de direito pouca attenção prestam ao decreto da Organização Judiciaria que, em seu art. 250, lhes impõe o dever de organizar a estatistica civil e criminal das suas respectivas comarcas. Desde que o dito decreto entrou em vigor desse dever somente se desobrigaram os Srs. Desembargador Manoel Martins de Almeida, que tinha jurisdicção na

comarca de Poconé, relativamente a 1913 e 1914; o Dr. José da Silva Campos, juiz de direito da comarca de Miranda, já fallecido, relativamente ao anno de 1913 e o Dr. Barnabé Antonio Gondim, juiz de direito da comarca de Aquidauana, relativamente a 1915. Como vêdes, Srs. Deputados, a lei é quasi que letra morta para quem deve conhecê-la e applical-a.

Dos annexos desse relatório consta que o Tribunal da Relação realizou 78 sessões, sendo : 72 ordinarias e 6 extraordinarias. Foram julgados 96 feitos, sendo : petição de *habeas corpus*, 24; conflicto de jurisdição, 1; excepção de suspeição, 1; recurso eleitoral, 1; ao todo 27 feitos da competencia originaria do Tribunal. Recursos crimes foram ao todo 42, sendo : recursos criminaes, 6; ditos de *habeas corpus*, 25; appellações criminaes 11. Recursos civeis, 27 ao todo, sendo : appellações civeis, 13; aggravos de petição, 4; aggravos de instrumento, 4; embargos e accordãos, 5; desistencia, 1.

Na 1.^a sessão ordinaria do corrente anno o Tribunal elegeu para servir como seu presidente no anno judiciario fluente, o Exm. Snr. Desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes que, a 23 de dezembro, se apresentou da commissão para que fôra nomeado pelo meu antecessor, qual a de visitar as prisões civis da capital federal e das mais adiantadas capitães dos Estados, afim de apresentar estudos, aos quaes adiante me rifiro, sobre o melhor systema penitenciario a ser adoptado no Estado.

FERIAS DOS MAGISTRADOS.—Em varios Estados da União já vaee prevalecendo o gozo das ferias forenses em qualquer época do anno em vez de, como entre nós, com prejuizo das partes, pelo art. 275 do dec. 324, que estabelece como periodo do nosso fôro, o tempo que vaee de 2 de dezembro a 2 de janeiro, inclusivé. Estando hoje reconhecido o inconveniente de um tal regimen de descanso, que suspende a vida forense, proporia que os magistrados e representantes do magisterio publico pudessem, quando lhes aprouvesse, gozar até quarenta dias de férias durante o anno, não podendo entrar no gozo de férias ao mesmo tempo mais de dois desembargadores, quatro juizes de direito e promotores, observando-se na substituição a ordem de tabella organizada pelo presidente do Tribunal da Relação.

PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA.—Não se desconhece que no Estado varios obices materiaes embaraçam a acção da justiça. E' assim que o prazo actual para a formação da culpa se me afigura demasiado curto. A sua estreiteza dá lugar a que o recurso de *habeas corpus* seja applicado com

frequencia, logrando liberdade quem não a merece, como acontece até com criminosos confessos. Espero que esta augusta Assembléa voltará suas vistas para este assumpto, que tanto interessa a efficiencia da justiça.

OS RECURSOS PARA A RELAÇÃO,—os quaes prezizam de um prazo para o seu devido preparo, vencido o qual o recurso interposto para aquelle Tribunal ficará *deserto e renunciado*, desta arte pondo-se cobro a um dos mais nocivos abusos que se observam em a nossa vida judiciaria: apresentado o recurso a parte não cogita mais do seu preparo. Recursos ha que levam annos e annos sem julgamento por falta do seu necessario preparo.

Ministerio publico

Impunha-se-me, como uma necessidade urgente, a nomeação do Procurador Geral do Estado, que é o chefe do nosso Ministerio Publico. Em taes condições, por acto de 13 de outubro do anno proximo passado, nomeei, interinamente, Procurador Geral do Estado o Dr. José Barnabé de Mesquita, que se vae havendo muito satisfatoriamente no cumprimento de seus melindrosos deveres. Em seu relatorio, o Sr. Procurador Geral lastima a deficiencia de dados estatisticos, deficiencia que é completa com relação á maior parte das comarcas do Estado, não obstante suas recommendações, em circular de 11 de janeiro deste anno e disposição clara e expressa do art. 251, do decreto n. 324, de 1.º de fevereiro de 1913. Embora espaçasse o prazo legal, sómente seis relatorios lhe foram presentes, alguns atrasados e todos mais ou menos escassos em informações e são elles: dos promotores da Justiça de *Santo Antonio do Rio Abaixo*, acompanhado de 8 mappas estatisticos, o mais completo de todos, tanto mais notavel quanto o seu autor está naquella comarca sómente desde novembro ultimo; de *Poconé*; de *Miranda*, que traz um mappa dos trabalhos judicarios da comarca; de *Aquidauana*, cujo autor allega o pouco tempo que está no Ministerio Publico, para se justificar de haver feito muito resumidamente o seu relatorio de 29 de janeiro ultimo; o de *Sant' Anna do Paranahiba*, que é do 1.º semestre de 1915 e que é um dos melhores; finalmente, o de *Santo Antonio do Rio Madeira*, datado de 4 de junho de 1915, o qual é de lastimavel insufficiencia. São signatarios respectivamente, desses trabalhos:

Bacharel José de Carvalho Toledo.

« Luiz Gomes de Mello.

« Luiz da Costa Gomes.

Bacharel Antonio Barroso Filho.
« Vulpiano Rodrigues Machado.
Deixaram de cumprir esse dever os seguintes promotores da Justiça:

Bacharel Paulo Colombo Pereira de Queiroz.

« Possidonio de Souza Guimarães.

« José dos Passos Rangel Torres.

« Lucio Mario de Almeida Lopes.

« Pedro de Alcantara B. de Oliveira.

Lauro Pinheiro.

Mario Motta.

Decgracio Molina.

A favor dos promotores bachareis Possidonio de Souza Guimarães, José dos Passos Rangel Torres e Pedro de Alcantara B. de Oliveira milita a circunstancia de serem de recente nomeação.

E' verdadeiramente lastimavel que o Sr. Dr. Procurador Geral se visse na contingencia de escrever estas palavras, que faço minhas:

"Este facto, que bem demonstra quão inveterados se acham entre nós os habitos de descaso pela lei, é, a meu ver, bastante expressivo e symptomatico."

Na verdade assim é; e, com relação á divida activa do Estado, seria totalmente nulla a acção dos promotores da Justiça, que não promovem a cobrança dessa divida, assim não cumprindo o dever que a lei lhes impõe, se, recentemente, o promotor de Nióac, Dr. Possidonio Guimarães não se dispuzesse a prestar esse serviço, tanto mais relevante quanto é certo que sómente na comarca de Campo-Grande essa divida ascende a cerca de cem contos de réis.

O Governo espera que, de futuro, esses funcionarios mais bem cumprirão seus deveres.

Dos mappas que acompanharam os relatorios, constam os dados seguintes:

COMARCA DE SANTO ANTONIO DO RIO-ABAIXO

FORO CIVIL:

Inventarios 16, sendo 11 orphanologicos e 5 entre maiores, dos quaes 6 se acham concluidos e 10 em andamento.

Tutelas 2, dotivas.

Acção civil 1, em grau de appellação.

Registro civil: 20 nascimentos, 15 casamentos e 16 obitos.

FORO CRIMINAL:

Fiança 1.

Processos crimes 14, dos quaes 3 já tiveram despacho de pronuncia.

Jury. — Realizou-se uma unica sessão, de 15 a 17 de junho, na qual foram julgados e absolvidos 2 réus.

Habeas-corporis, 4, concedidos pelo Juiz de Direito..

POCONÉ

FORO CIVIL:

Inventários 11, sendo 9 orphanologicos e 2 entre maiores, dos quaes 4 se acham concluidos e 7 em andamento.

Tutelas 2.

Acções civis. — Não houve autos em movimento.

Registro civil, 630 nascimentos (?), 23 casamentos e 32 obitos.

FORO CRIMINAL:

Fianças. — Não houve.

Processos crimes, 2.

Jury. — Não se reuniu por falta de Juiz togado.

Habeas-corporis. — Não houve.

MIRANDA

FORO CIVIL:

Inventarios 8, dos quaes 4 julgados e 4 em andamento:

FORO CRIMINAL:

Processos crimes 5, em andamento.

AQUIDAUANA

FORO CIVIL:

Inventarios 4, todos orphanologicos.

Tutelas 4.

Acções crimes 13.

Registro civil: 93 nascimentos, 21 casamentos e 29 obitos

FORO CRIMINAL:

Processos crimes, 13.

Jury. — 2 sessões, havendo 2 julgamentos.

Habeas-corporis 3; um concedido, um negado e um prejudicado.

Prisões 80; sendo 7 a mandado judicial e 73 correccionaes, as quaes se distribuem assim: 35 por embriaguez, 15 por disturbios, 9 por vadiagem e 14 por diversas causas.

Como vêdes nesta comarca não se pôde ser *radio*.

SANT' ANNA DO PARANAHIBA.

O relatorio do promotor da Justiça desta comarca é do primeiro semestre de 1915. Delle se colhem os seguintes dados, que transcrevo. Diz o citado promotor: "Durante o 1.º semestre não foi feito nenhum inquerito policial, não foi apresentada denuncia alguma, não existe processo iniciado *ex-officio*, e não foi requerido nenhum *habeas-corporis*."

"Durante o 1.º semestre do corrente anno não houve fiança alguma."

Registro civil.—Durante o 1.º semestre do corrente anno foram registrados 2 nascimentos, 8 casamentos e 2 obitos.

Fôro civil.—O movimento no fôro civil consistiu quasi que exclusivamente em processos de acção de divisões de terras.”

Eis, Srs. Deputados, o que foi o movimento judiciario naquella comarca, uma das mais antigas e ricas do Estado e sempre flagellada pelas paixões politicas, que embaraçam o seu progresso.

SANTO ANTONIO DO RIO MADEIRA.—Em data de 4 de junho de 1915, o promotor da Justiça apresentou seu relatorio, no qual se limitou a informar que encontrou 15 detentos na cadeia publica, que esta é hygienica e confortavel.

A isto reduz-se o cumprimento de suas tão relevantes obrigações por parte dos promotores da Justiça deste Estado. Tenho fé, comtudo, que este estado de cousas ha de melhorar aos poucos, desde que num documento como este se consignem os serviços prestados por esses orgãos do mais eminente de todos os serviços—*a Justiça Publica.*

DENUNCIA CONTRA JUIZ.—Em 3 de novembro do anno findo pela Procuradoria Geral do Estado foi apresentada uma denuncia perante o colendo Tribunal da Relação contra o Juiz da comarca de Sant’Anna do Parahiba, Dr. Honorato de Barros Paim, como incurso no art. 211 do Codigo Penal da Republica, por haver abandonado o seu cargo sem que justificasse esse procedimento nenhuma das hypotheses previstas no art. 78 da Lei de organização judiciaria do Estado

CONSULTOR JURIDICO.—Apesar de não haver verba orçamentaria, tomei a deliberação de fazer o preenchimento do cargo de Consultor Juridico, que é um dos mais importantes em o apparelho administrativo do Estado, nomeando o Dr. José Otilio da Gama, por acto de 22 de dezembro ultimo.

Em 6 de março proximo passado, o Dr. Otilio da Gama tomou compromisso e entrou no exercicio de suas funcções.

Cada vez mais avultam e se complicam, pela propria expansão e progresso de sua vida economica, os interesses do Estado. Mistér as luzes juridicas de um consultor para que o Governo mais seguramente se encaminhe no cumprimento de seus deveres, sempre que se offereça um caso em que se torne necessaria a consulta a uma pessoa versada no direito, como o Dr. Gama, que já teve oportunidade de emittir sua opinião sobre assumptos que foram submettidos ao seu parecer:

Provimento das comarcas

Vem de molde expender-vos o meu pensamento sobre o provimento das comarcas do Estado, pelo concurso que ora se faz segundo o art. 60, letras, § e numeros do mencionado dec. n. 324. Dir-vos-ei que muito mais efficiente e garantidor da magistratura, quanto ao seu preparo juridico, é o processo da *Organização judiciaria* que baixou com o dec. n. 3, de 24 de setembro de 1891, que permite uma melhor selecção com a prova oral e escripta sobre pontos de theoria e pratica de jurisprudencia. A lei de 1891 é mais propria para nos dar uma magistratura de 1.ª instancia na altura de seu destino e este mesmo regimen do concurso severo é o que prevalece no Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e outros Estados em que se cuida a serio destas cousas da justiça publica.

visando o futuro, apezar dos obices politicos, tenho procurado dar applicação ao art. 104 do precitado decreto 324, o que é necessario tanto mais quanto á competencia do promotor da justiça estão confiados os grandes interesses do Estado, constantes, entre outros, dos artigos 181 e 182 do alludido decreto.

E' dessa classe de orgãos da justiça, de promotores da justiça publica, que devemos tirar, de futuro, os juizes das nossas comarcas.

E', portanto, a bem dos elevados interesses do Estado, que estou applicando o dispositivo salutar da lei judiciaria vigente.

Creação e instalação de comarca

E' de publica notoriedade que o Sul do Estado vae em rapida expansão economica, pelo crescimento da sua população e da sua riqueza de cultura. Afigura-se-me, conseguintemente, de toda vantagem a elevação á categoria de comarca do municipio de Tres Lagôas, assim desmembrando a sua justiça da de Sant' Anna do Paranaíba.

Em 12 de outubro ultimo installou-se a comarca do Registro do Araguaia, que creastes pela lei n. 698, de 12 de junho do anno proximo findo.

Para a instalação da comarca de Ponta-Porã designei o dia 13 de junho vindouro.

Ordem publica

Não ha dissimular que a ordem publica esteve em termos de soffrer abalo aqui nesta capital e no Sul do Estado, em con-

sequencia da erronea apreciação dos factos e antigos vesos, que se não extinguem senão com a acção conjunta da autoridade e do tempo.

Segurança publica

Pelo lado da segurança publica, haja vista o que recém tem acontecido em outras unidades federativas; é minha opinião que já vamos colhendo resultados satisfatorios, mercê da bôa indole do nosso povo. Neste, como em muitos outros serviços publicos, o Estado não deve ser olhado, estudado *isolado*, porém, *comparativamente*; e, tendo-se em conta, muito razoavelmente, a vastidão do nosso territorio, a escassez de sua justiça, na quantidade e na qualidade, por esse interior sem policiamento e inculto, os casos que se apontam, a meu vêr, não nos desabonam. Isto, todavia, não quer dizer que não nos esforcemos por obter uma situação ainda melhor, reprimindo violencias e abusos, donde quer que venham e quaesquer que sejam seus autores. Nisto se faz mister a triplice collaboração dos poderes constitucionaes.

Gabinete de identificação

Hoje em dia está reconhecida, á toda a luz, a grande conveniencia administrativo-judiciaria do bilhete de identidade, auxiliar prestimoso da acção da administração e da justiça, na investigação medico-legal dos crimes.

O funcionario publico, no exercicio do cargo, frequentemente tem necessidade de justificar a qualidade desse cargo. A miúde é elle obrigado a penetrar em propriedades particulares para effectuar medições, reconhecimentos, nivelamentos de terrenos e outros trabalhos analogos.

Os proprios proprietarios e rendeiros de predios rusticos, para garantia de seus haveres e por evitarem burlas de que acontece serem victimas, têm necessidade de poder comprovar as affirmativas daquelles que em taes occasiões, invocam a qualidade de funcionario publico.

Ao demais, esses agentes e orgãos da administração publica por vezes são obrigados a requisitar passagens e auxilio de autoridades regionaes para o cabal cumprimento das suas obrigações. Em viagem, tantas vezes, o próprio particular reconhece a conveniencia de ter comsigo o seu *bilhete de identidade*.

Em alguns Estados do Brazil, até mesmo nos estabelecimentos officiaes de ensino, já se introduziu esse bilhete, assignado pelo director do estabelecimento e contendo indicações

e dizeres necessarios para que o seu proprietario seja reconhecido como alumno do estabelecimento.

Taes bilhetes devem, além da photographia do individuo identificado, trazer as suas impressões digitaes, suas marcas particulares e cicatrizes, assim prestando valioso auxilio ás investigações criminaes, á policia judicial.

Para a installação desse serviço, que pôde ficar a cargo do proprio director de hygiene publica, espero que concedereis a verba que vos pedirei opportunamente.

Regimen penitenciario

Quem visita a cadeia publica desta capital sente se lhe confranger o coração contemplando o desconforto e falta absoluta de elementar hygiene em que vivem aquelles infelizes detentos, que o crime atirou para dentro daquella prisão que é uma affronta aos mais rudimentares sentimentos humanos.

Attendendo a esta urgente necessidade da justiça publica, por acto n. 1395, de 10 de agosto do anno passado, o governo nomeou o illustrado Desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes para visitar as prisões civis da capital da Republica e outras, afim de apresentar estudos sobre o melhor systema penitenciario a ser adoptado neste Estado. Em 1.º de março do anno corrente S. Exc. fez-me entrega de seu bem elaborado relatorio, acompanhado de photographias e plantas, no qual estuda e esboça rapidamente os varios systemas penitenciaros conhecidos, taes como o pensylvanico e auburniano, o de servidão penal ingleza e o irlandez ou de Crofton.

Accumulo de serviço em a nossa Typographia Official ainda não permittiu a publicação desse interessante trabalho, que bem merecia fosse tirado em folheto.

Infelizmente luta o Estado com a maior crise financeira que jamais o acommetted, impossibilitando a administração de levar a cabo esses serviços urgentes que demandam a atenção do poder publico, certo como é que "a todo acto de administração corresponde uma despesa publica".

Caderneta de locação de serviço

Uma das nossas mais urgentes necessidades, até mesmo por entender com a ordem publica e garantia da propriedade, como o demonstram factos passados e outros ainda recentes, è o estabelecimento de relações contractuaes entre o capital e o trabalho ou entre o *patrão* e o *camarada*. Tudo nos aconselha que procuremos, quanto antes, sair do regimen actual, precario, de reciprocas imposições e ameaças perigosas para

entrarmos no da *caderneta de locação de serviços*, com as formalidades e garantias contractuaes, que criam para ambas as partes um regimen legal. E' preciso que nos não esqueçamos que o trabalhador que presta seu serviço conserva sempre sua qualidade de homem e que tem direito a que se o preteja com as necessarias garantias, sem que, todavia, sejam offendidos os direitos e garantias do lado do capital, que é digno tambem de todo o respeito.

O trabalho, agente da produção, deve ser remunerado conforme as leis directoras da economia social. O patrão faz com o trabalhador o contracto chamado de *arrendamento de serviços ou trabalhos*, pelo qual se obriga a pagar o salario convencionado por um acto bilateral de consenso de duas vontades livres, pelo qual se obriga a pagar um salario convencionado para que a outra parte lhe preste um serviço certo, determinado, quanto á sua natureza e tambem no espaço e no tempo.

Trata-se, illustres Srs. Deputados, de assumpto economico-social, cujo melindre bem conheceis e, muitos de vós, por experiencia propria, e cuja solução urge e o governo espera das vossas luzes e patriotismo.

Chefatura de policia do Sul

E' minha opinião que devemos crear uma chefatura de policia no Sul do Estado, para mais bem serem attendidos os casos em que se fizer mister a intervenção de uma alta autoridade policial, qual a do chefe de policia. E' pela acção de contacto com a autoridade, ouvindo-lhe os conselhos, que se corrigem os vicios de que se resentem as populações cam-pesinas.

Nossas, sempre a justo titulo, allegadas condições de extensão territorial e quasi absoluta falta de transportes, acontecendo que em grande parte do anno esta capital, séde do governo, como que se segrega desse Sul, que está recebendo tamanha vitalidade pelo affluxo de elemento de população e, portanto, de progresso, tantas outras razões que militam em abono da medida apontada, fazem-me crêr que attendereis a uma relevante necessidade do Estado se creardes uma chefatura de policia com séde, transitoria que seja, na cidade de Corumbá.

Força publica

Por acto n.º 6, de 16 de agosto ultimo, nomeei o major José Antonio de Souza Albuquerque tenente coronel comandante do Batalhão de Policia do Estado, o qual foi reforçado com a criação de um esquadrão de cavallaria.

No Sul continúa o Regimento Mixto, de cuja organização me não despreocupo, sob o commando do major Antonio Gomes Ferreira da Silva. Além destas unidades, ainda possuímos as Companhias Isoladas de Sant' Anna do Paranaíba e Santo Antonio do Rio Madeira. Todos estes elementos accusam um effectivo de 42 officiaes e 484 praças. Esta é a nossa força policial, com a qual o Thesouro despense 906:425\$685 só de vencimentos. E' desta tropa que saem os destacamentos, não havendo-os somente nos municipios de Matto-Grosso e Diamantino, sendo nestes de civis contractados, por ser ali a etapa muito superior ao vencimento diario da praça.

QUARTEIS.—Acha-se em boas condições o de Bella Vista, recentemente concluido. Não acontece, outro tanto, com o desta cidade, que é improprio, pela sua posição, á fralda de um morro, comprimido entre duas ruas estreitas, uma travessa e uma praça ajardinada, além das proporções acanhadas de seus compartimentos.

Com as chuvas abundantes, que encharcaram as immedições do edificio, appareceram alguns casos de beriberi, morrendo uns e sendo remettidos para a Chapada outros enfermos. Para obviar este estado de cousa, solicitei do illustre Senador Azeredo, em 18 do mez passado, sua intervenção valiosa perante o Governo Federal para que ao Estado fôsse cedido o edificio do extinto Arsenal de Guerra, onde o batalhão policial ficará muito bem aquartellado.

Typographia Official

Está a Typographia Official sob a direcção de um dos mais prestimosos auxiliares do governo, o Sr. Fabio Monteiro de Lima, nomeado para exercer o cargo de seu Director, por acto de 16 de agosto do anno proximo findo.

A' simples inspecção do jornal official vê-se que á sua frente está um funcionario zeloso e competente. O director encontrou algumas omissões na escripturação do livro de assignaturas, creando novo livro de escripturação com dizeres mais completos; o material, além de muito reduzido, foi encontrado com chapas em "pastel", por indolencia ou quiçá perversidade de alguns aprendizes, que não queriam ter o trabalho de destrui-las nas caixas, aliás de alphabeto reduzi-dissimo, algumas dellas, providenciando o director sobre o desempastellamento dos tipos.

O material da Typographia Official, sobre ser insufficiente, está visivelmente gasto.

Na opinião do director, é preciso que seja elevada a ver-

ba de 12 contos para aquisição de material, para o exercicio futuro.

Para obviar inconvenientes reconhecidos pelo director, o governo autorizou a aquisição de um motor "Squier" de força de oito cavallos e outrosim de material typographico, afim mesmo de se facilitar a reimpressão das leis estaduais, já esgotadas e cuja venda é fonte de receita, que cobrirá essas despesas. Varias providencias foram tomadas visando economias.

« A installação de uma officina de gravura e lithographia neste estabelecimento, é uma medida de incontestavel utilidade », opina o relatorio.

O governo pensa que semelhante providencia, será acertada, convido para tal fim que esta augusta Assembléa, vote os necessarios recursos.

Rigoroso cumpridor dos seus deveres, o director da Typographia Official tem tomado medidas acertadas no sentido da boa arrecadação das rendas e disciplina do estabelecimento, de modo que a cobrança das assignaturas e das publicações feitas tem sido sempre crescente.

Faz-se necessario que seja a *Gazeta Official*, uma publicação diaria. O atrazo na publicação dos actos officiaes é manifesto, não obstante a diligencia do seu director, além de que é de toda vantagem sejam diariamente conhecidos os vossos trabalhos legislativos, para que o publico, com o seu justo interesse, possa acompanhá-los, bem assim o Poder Executivo, que nem sempre dispõe do necessario tempo para o estudo acurado, conveniente, de magnos assumptos, convertidos em leis ou resoluções.

Hygiene e Saude Publica

Está no exercicio effectivo de director deste serviço o Dr. Joaquim Amarante Peixoto de Azevedo, que substituiu o Dr. Caio Corrêa, que o desempenhava interinamente.

Tendo resolvido mandar á capital federal o Dr. Joaquim Amarante Peixoto, de Azevedo foi designado para responder pela repartição o Dr. Octacilio Saliés.

É verdadeiramente, apagada a existencia deste tão eminente ramo do serviço publico, que, infelizmente, não encontra, nem da parte do particular, nem da municipalidade, a desejavel cooperação, o qual foi creado pelo decreto n.º 39, de 18 de março de 1893.

Como é notorio, falta a mais elementar limpeza ás ruas e praças desta capital, que, não dispondo ainda de um systema de esgotos, tem as suas vias publicas cheias de aguas estagna-

das, laboratorios de bactérias, quer sejam das chuvas, quer sejam procedentes do uso domestico.

Ainda não possuimos a chamada *hygiene edilicia*, que entende com a salubridade das casas e lugares habitados; a *hygiene alimentar*, ou *bromatologia*, que se occupa com a salubridade dos alimentos e bebidas naturaes ou artificiaes, expostos ao consumo publico, inclusive a qualidade da agua potavel; a *hygiene escolastica*, que attende á tutela hygienica dos asylos e escolas; a fiscalização do exercicio da medicina e da pharmacia, creado pelo decreto n.º 39, de 18 de março de 1893; finalmente, falta-nos muito anda para possuirmos um mediocre serviço de hygiene publica, inclusive a *estatistica sanitaria*.

Ao actual director da hygiene o governo recommendou a aquisição de desinfectantes, que não os ha no mercado, e bem assim de sôros diversos, sendo-me grato aqui consignar que a *lympha vaccinica* nos tem sido remettida, com frequencia, pelo nosso digno e illustrado conterraneo, o Dr. Antonino Ferrari, que, acompanhando-me na minha vinda para o Estado, trouxe a incumbencia, por parte do digno Sr. Director Geral de Saude Publica, de estudar as condições de defesa do Estado contra a invasão de epidemias, produzindo o nosso patricio, na capital federal, uma conferencia muito proveitosa a Matto-Grosso, cujo clima é tão injustamente malsinado.

Tenho o prazer de vos communicar a aquisição da barca de desinfecção *Saturnino Meirelles*, que muito util ha de ser ao Estado sob o ponto de vista de sua defesa sanitaria, a qual será completada, opportunamente, com o assentamento de uma estufa em Porto Esperança, para o expurgo dos passageiros e bagagens vindos pela Itapura-Corumbá. Este melhoramento depende da construcção de um pequeno edificio, cujo plano, pouco dispendioso, mandarei executar tão logo possa fazel-o.

Em verdade, á bondade do clima, ás suas condições hydrometricas, thermometricas e anemometricas é que devemos agradecer a salubridade geral do Estado, principalmente a da sua capital, onde ao osona da atmospheria, ás correntes aereas, á energia solar e á torrente das aguas pluviaes, antes de tudo, tem estado ainda confiada a saude do povo, cuja garantia aliás, como a da ordem publica, é uma das mais imperativas obrigações dos poderes administrativos.

Do bem elaborado Relatorio do Sr. coronel Secretario do Interior, Justiça e Fazenda constam informes, que serão publicados no orgão official.

Assistencia publica

Sob a denominação supra se comprehendem todos os es-

tabelecimentos cujo fim é proporcionar allivio aos indigentes, por aquelles meios que, juridicamente, repousam sob o conceito da *doação* ou *liberalidade*. Em taes condições não presuppõe nenhuma relação de ordem economica entre o *assistente* e o *assistido* e não faz appello sinão á nossa sensibilidade individual expontanea ou, antes, á obediencia ao dever de caridade. Seja ou não um direito, a verdade é que não comporta o reconhecimento moral do assistido por não expol-o a decepções.

No Estado, como já vos informou o meu antecessor, sobresaem entre os estabelecimentos de assistencia aos necessitados a nossa Santa Casa de Misericordia, antigo edificio que ultimamente passou e ainda passa por melhoramentos consideraveis, que lhe dão outras condições de hygiene. Em Corumbá proseguem as obras do Hospital de Caridade, sob os auspícios da Sociedade Beneficente Corumbaense, que se tem dedicado ao escopo de dotar aquella progressiva cidade do Estado com um estabelecimento hospitalar que preste aos necessitados a assistencia necessaria, sendo de toda justiça dizer que outras comarcas do Estado têm sido attendidas pelo Hospital de Corumbá com um desinteresse digno de menção.

Em S. Luiz de Caceres cogita-se de levar a effeito a construcção de um hospital e julgo que será obra de justiça se conceda a esta louvavel tentativa o mesmo apoio que esta augusta Assembléa tem concedido aos demais institutos congeneres do Estado que, por força de habitos inveterados e indiferença do publico, como que já se tornou o responsavel por estes beneficios que, sendo verdadeiras obras de caridade, já degeneraram em uma verdadeira manifestação desse *estadismo*, que é a providencia maxima, pesando sobre tudo e sobre todos, com o sacrificio dessa iniciativa privada, que nos falta nas suas minimas demonstrações da vida.

Bibliotheca publica

Esta feliz criação do meu antecessor continúa a funcionar em predio particular que, absolutamente, não offerece as condições necessarias de ventilação e luz.

O seu patrimonio, em fins do anno passado, attingia a 2.160 obras em 2809 volumes, 221 volumes de revistas diversas, 113 de jornaes e 13 albuns.

No decorrer do anno foram adquiridas 192 obras, sendo compradas 136 e doadas 56.

A sua frequencia foi de 1.624 leitores, que consultaram 3.467 obras e jornaes em varios idiomas.

Julga o solícito director que se faz mister a impressão de

um catalogo geral das obras, o qual poderá ser feito opportunamente na Typographia Official, como alvitra.

A secção numismatica possui 115 moedas de diferentes nações, sendo: 7 de prata, 34 de nickel e 74 de cobre.

Thesouro do Estado

Esta importantissima repartição, que é o grande reservatorio dos recursos orçamentarios do Estado, que se acha sob a direcção operosa do honrado tenente coronel Jeronymo Gomes de Macerata, está pedindo reformas, que são urgentes, no seu regulamento e na sua morosa e complicada escripturação, que difficulta o conhecimento, num momento dado, do movimento das verbas orçamentarias ou dos recursos disponiveis para attender aos serviços publicos.

Segundo as informações que me foram prestadas em seu relatorio pelo digno coronel Secretario das Finanças, o balanço definitivo do exercicio de 1914 accusa a receita arrecadada, de accôrdo com a lei n.º 654, de 22 de julho de 1913, de 4.078.979\$292, de renda propria do exercicio, assim discriminada:

Exportação.....	2.552:346\$855
Interna.....	1.364:764\$917
Extraordinaria.....	62:552\$835
Com applicação especial.....	58:285\$000
A classificar.....	41:029\$685

Addicionando-se a estas diversas rendas aquellas que se escripturam sob as rubricas: *Depositos, Operações de creditos e Movimento de fundos*, obtem-se a receita total de 4.856:977\$173.

Como se vê desse balanço, o imposto de exportação rendeu, em 1914, menos 424:476\$352 que a quantia orçada. Vê-se ainda que a renda extraordinaria accusa, em relação á orçada, um *deficit* de 154:529\$855 e a com applicação especial ficou inferior á orçada de 18:986\$000, ao contrario, elevando-se a interna em 286:985\$711 sobre a orçada.

Nesse mesmo exercicio, conforme a precitada lei, a despesa que foi effectuada juntando-lhe os creditos abertos pelo governo, attingiu a 4.497:899\$205, á qual, addicionando-se as parcellas sob as rubricas — *Operações de creditos e Movimento de fundos*, perfaz o total de 4.682:929\$200, que, deduzida da importancia de 4.856:977\$173, deixa o saldo de 174:047\$973, assim discriminada:

Despesas effectuadas.....	4.497:899\$205
Operação de credito.....	69:701\$273
Movimento de fundos.....	115:328\$722
Saldo que passou para 1915.....	174:047\$973

O balanço provisório de 1915 accusa, para a receita escripturada de janeiro a dezembro ultimo, a quantia de 2.981:724\$681, a qual, juntando-se-lhe as parcelas sob as rubricas—*Operações de credito, Deposito e Movimento de fundos*—atinge a importancia de 3.352:678\$280, sem se incluirem quantias arrecadadas em novembro e dezembro, de diversas Collectorias e Agencias Fiscaes, sempre em atrazo, que não enviaram ao Thesouro os respectivos balancetes, desta arte não conhecendo-se de antemão se haverá ou não equilibrio, saldo ou *deficit* no encerramento do exercicio a 30 de junho vindouro.

Nesse mesmo periodo de tempo já se verificou que a despesa alcança a cifra de 3.228:151\$992 que, comparada com a receita, accusa um saldo de 124:526\$288, que passou para o anno de 1916.

DIVIDA ACTIVA.—Como nos demais serviços do Estado, o que é lastimavel, por falta de cumprimento de deveres da parte de quem os tem, neste e em outros assumptos, o Thesouro resente-se da carencia de informações que lhe permittam conhecer com exactidão o montante da sua divida activa, que é um recurso com que deve contar para fazer face ás despesas, cuja cobrança é abandonada, descurada pelos promotores da justiça, aos quaes a lei conferiu a obrigação de cobrarem-na, vindo aqui, a bem da justiça, que se aponte o promotor de Niocac, Dr. Possidonio Guimarães, como tendo sido o unico que procedeu á cobrança, na sua comarca, exemplo bem digno de ser imitado, por ser um bom serviço prestado ás finanças do Estado. E' para se lastimar, Snrs Deputados, essa esquivança que, por outro lado, se nota da parte do devedor, para com o Thesouro, é, porém, para os contumazes que a lei creou o instituto do executivo fiscal, mandando todavia a mais elementar justiça que este recurso não se transforme em arma politica, porquanto perante a lei todos são iguaes.

Pelo relatorio do Thesouro, em 31 de dezembro ultimo essa divida andava em 315:065\$867, não obstante a bôa arrecadação havida em 1915, na importancia de 40:805\$576.

O Snr. Secretario da Fazenda louva o actual procurador fiscal, Dr. Pedro Laurentino Chaves, por mim nomeado para esse cargo, no qual se conduz "com muita dedicação e intelligencia" tratando de reorganizar essa secção do Thesouro, escripturando novos livros, de maneira a se poder conhecer essa divida em cada municipio do Estado, o que não acontece presentemente.

Pondera o relatorio a que me refiro que, entre os *impostos de lançamento*, o de industria e profissão seja pago no mez de janeiro ou antes que o industrial ou profissional exerça a

sua industria ou profissão, para evitar prejuizos ao Thesouro, visto como muitos adventicios mudam-se no correr do anno, deixando de pagal-o, outros deixam a profissão e com evasivas negam-se ao pagamento.

Que a lei prohiba terminantemente que ninguem exerça a sua industria ou profissão sem que haja previamente pago o respectivo imposto, é providencia que se impõe em bem das rendas do Thesouro.

A *divida passiva* consolidada está representada pelas apolices de 1902, 1903 e 1905 então attingindo a cifra de... 2.533:000\$000. Presentemente esse serio compromisso do nosso Thesouro representa a somma de 637:900\$000, á qual reunindo-se os respectivos juros, na importancia de 1.202:787\$000, representados pelos *coupons*, emittidos e por emittirem-se, contados na razão de 6%, perfaz a somma de 1.840:687\$000, tendo-se resgatado de 1902 a 31 de dezembro de 1915 a importancia de 1.895:100\$000. Esse resgate se fez:

Em pagamento de terras compradas ao Estado.....	1.245:600\$000
Em moeda, com abatimento de juros vendidos.....	619:500\$000
Em moeda, com abatimento do valor nominal.....	30 000\$000
Apolices em circulação.....	637:900\$000

A *divida fluctuante*, parte variavel e incerta da divida publica, fazendo face a um passivo temporario ou uma successão de passivos temporarios, não definitivamente systematizada, banqueiro perigoso do Thesouro, forma arriscada de credito, em 31 de dezembro ultimo andava em 860:120\$065, assim discriminada:

Proveniente de obras por contracto, liquidados e por se liquidarem.....	645:744\$809
De vencimentos do funcionalismo até dezembro.....	179:377\$256
Idem ao Batalhão de Policia, até dezembro	85:000\$000
Do exposto se vê que os compromissos do Estado são:	
Divida consolidada.....	1.840:687\$000
Divida fluctuante.....	860:122\$065
Total.....	<u>2.700:809\$065</u>

Cumpre não omittir que somos ainda devedores de ... 198:727\$016, para com a União, de taxas de telegrammas expedidos pelo Governo do Estado até o anno de 1905, ainda pendente de reconhecimento.

O Thesouro informa ainda que, em 15 de agosto ultimo, os seus compromissos reaes eram de 2.812:422\$187 e não como,

equivocadamente; affirmara a mensagem do meu antecessor, dessa data; parcellando-se assim taes compromissos :

Consolidada.....	1.820:000\$000
Flutuante, proveniente de compras, contractos e vencimentos do funcionalismo publico.....	992:422\$187
Total.....	<u>2.812:422\$187</u>

Em 31 de dezembro ultimo, essa divida fluctuante estava reduzida á quantia supra apontada de 860:122\$065, já tendo se pago 132:300\$122, «não obstante a persistente e calamitosa crise financeira». Espero e espera-o tambem o honrado Secretario da Fazenda, que antes do encerramento do exercicio financeiro, a maior parte desse compromisso, de triste procedencia, quasi todo, esteja satisfeita.

No intuito de pôr um paradeiro aos abusos que estão *na consciencia de quem a tem*, tomei a deliberação de mandar fiscalizar varias collectorias e agencias do Sul do Estado, para o que nomeei em commissão o cidadão João Baptista de Oliveira Filho, por acto de 2 de novembro ultimo.

O Sr. Oliveira recem apresentou o seu relatorio que está sendo estudado pelo Thesouro para se apurarem as responsabilidades desses exactores, alguns dos quaes nem estavam afiançados nos termos da lei.

Srs. Membros da Assembléa. Não devemos temer o futuro se esse futuro fôr de paz, de ordem, de socego no Estado, de modo que o trabalho dos poucos braços que possuímos se possa applicar com essa benefica e criadora confiança no dia de amanhã.

A bondade de Deus nos distinguuiu com os dons mais preciosos que podiam cair sobre a terra da munificencia de suas mãos dadivosas. A nossa terra é um prodigio assombroso de possibilidades economicas, que lhe prenunciam um futuro de extraordinaria riqueza.

Nenhum povo, porém, é grande, rico e forte senão pelo trabalho que, já o disse atrás, é a *arte da paz*—Sem paz não ha *ordem publica*; sem ordem publica não póde haver *ordem economica*; sem ordem economica não póde haver *ordem financeira*. Emfim, Srs. Deputados, bem o sabeis: onde não ha paz existe a peor das cousas, que é a ANARCHIA.

Vol-o repito—aqui vos fala, curto de intelligencia, falho de capacidade, um mattogrossense cujo coração é todo elle da terra em que nasceu.

Diante de tantas grandezas esforcemo-nos todos para que não sejamos pygmeus. Para isto basta que amemos esta terra como filhos que a querem ver grande, prospera, feliz, caminhando para os seus destinos inegalaveis.

Delegacia Fiscal do Norte no Amazonas

Segundo o relatório do 1.º semestre de 1915, o último até agora recebido, do Dr. Octavio da Costa Marques, que a 15 de agosto p. passado ainda se achava á frente daquelle importante departamento naquella região do Estado, por autorização do meu digno antecessor, construíram-se casas para o funcionamento das estações fiscaes, as quaes já estão concluidas, como sejam: as agencias de Santo Antonio e Villa Murтинho e postos fiscaes de G. Ponce, Presidente Marques, Esperidião Marques, todas ao longo da Madeira-Mamoré Railway Company, que as construiu por contracto. E' de opinião aquelle operoso ex-delegado que o rio Guaporé possui vasta e opulenta bacia que se presta á criação necessaria de novos postos fiscaes, além dos que creou, de Pedras e Morrinhos.

Segundo seu parecer, em nada são exaggeradas as antigas chronicas que nos falam das opulencias daquelle rio no qual "repousam incontestavelmente as maiores riquezas da região norte do Estado." Por isto mesmo por aquellas regiões se faz mister um policiamento efficaz de tamanhas riquezas, que se escoam contrabandeadas para a Bolivia, que nos fica vizinha do outro lado do famoso rio. Com este objectivo, convem se façam viagens constantes, que muito recommendei ao delegado fiscal, pelo menos até á fôz do rio Verde. E' lastima, illustres Srs. Deputados, que o obstaculo da distancia, que se reduz a tempo, me não permittisse, *de visu*, conhecer aquellas paragens, cujas possibilidades economicas, parecendo fabulas, tão multiplas e potentes ellas ostentam-se aos olhos deslumbrados do viajante que as contempla, em pasmo e extase, testemunham quanto lá se faz necessaria a acção intensa e extensa de administração. Era meu desejo, antes de vir para este posto, visitar aquellas zonas; não me foi, porém, possível fazel-o.

PRODUCCÃO. — No 1.º semestre do anno de 1915 a produção da gomme alcançou a "elevada somma de um milhão oitocentos e sete mil, cento e vinte quatro kilogrammas de borracha (1.807.124)", sendo total:

Jamary	739.270	kilogrammas
Machados	366.389	»
Santo Antonio	328.720	»
S. Manoel	86.128	»
V. Murтинho e Presidente Marques	286.117	»

A receita desta Delegacia, de janeiro a outubro de 1915. conhecida do Thesouro pelo balanço organizado com os dados

dos balancetes mensaes, montou em 1.476:628\$514 e a despesa no mesmo periodo em 1426:732\$947, inclusive—*Operação de creditos e Movimento de fundos*, accusando consequentemente um saldo de 49:895\$567.

Segundo telegramma do Delegado Fiscal em Manãos os ultimos preços em 21 de abril proximo passado eram :

Fina	5\$350
Entrefina	4\$550
Sernamby caucho	4\$300
» rama	3\$770
» apranchado	4\$100

TERRAS PUBLICAS.— Durante o primeiro semestre do corrente anno foram apresentados a esta Delegacia treze requerimentos de compras de terras destinadas á industria extractiva.

Esses requerimentos perfazem um total de cento e cincoenta e dois lotes, com a área de sessenta e oito mil e quatrocentos hectares.

Em igual periodo foram expedidos titulos provisorios para dez requerimentos correspondentes a cento e cincoenta e quatro lotes e á área de sessenta e nove mil e trezentos hectares.

Havendo o Dr. Octavio da Costa Marques, cujos serviços foram valiosos, solicitado a sua exoneração do cargo de Delegado Fiscal do Norte, por acto n.º 97, de 23 de novembro, nomeei para substituil-o o Dr. Alfredo Octavio de Mavignier, que assumiu o cargo a 20 de janeiro do corrente anno, pedindo logo depois sua exoneração. Para substituil-o, nomeei o Dr. Emilio Amarante Peixoto de Azevedo, que seguiu a assumir o exercicio.

Situação financeira

E' sabido que toda a situação financeira de um Estado repousa fundamentalmente sobre a sua organização economica e, ao demais, dizia o celebre financista Barão Luiz :

«Dae-me bôa politica e eu vos darei boas finanças.»

Evidentemente, Snrs. Deputados, a nossa terra não podia escapar ás consequencias desse infortunio que caiu sobre a humanidade, sob a fórmula dessa guerra, que tem sido, para todo o paiz, a fonte das maiores difficuldades.

Convem, todavia, reconhecer que Matto-Grosso não se encontra nas mesmas condições de outros Estados da União, graças ás suas possibilidades economicas, que lhe permitem toda confiança na sua proxima regeneração financeira.

O que nos cumpre é defender as rendas do Estado, pon-

do cobro a esses desvios criminosos, adstringindo-se o governo ás verbas orçamentarias, realizando não essas "falsas economias que são as chagas dos orçamentos", porém as verdadeiras economias.

Não existe acto de governo que não corresponda a uma despesa e já se disse com todo acerto que "governar é despender."

A dificuldade está em saber despender, porque despesas ha que são *lucrativas*; como economias existem que são *ruinosas*. Nem sempre, como alguém affirmou, "o melhor de todos os planos de finanças é despender pouco." Esta é a preocupação do avaro e a avareza não pôde consultar esse interesse publico, que consiste em promover o bem estar da commhão, bem applicando o producto dos impostos, fazendo a sciencia das finanças. que deve dominar nem só as necessidades publicas como tambem os recursos orçamentarios.

Uma outra dificuldade do administrador está em saber adiar os gastos publicos. A despesa adiada é já de si uma economia; não sendo entretanto uma negação de despesa.

Situação economica

O exame, superficial que seja, da nossa situação economica para logo evidencia que não nos achamos em condições satisfatorias, porquanto ainda nos encontramos na phase incipiente, embryonaria de industrias sem organização methodica e technica. Vivemos, principalmente, dos recursos que nos são proporcionados pelas industrias de aquisição de productos expontaneos, que a natureza prodiga nos offerece, verdadeiras *industrias de apprehensão*, industrias que tambem se chamam *territoriaes* ou *originarias*.

Somos, como bem o disse eminente politico "naturalmente ricos e economicamente pobres." Somos naturalmente ricos, Snrs. Deputados, porque ahi temos todas essas possibilidades economicas de grande potencial, todos esses recursos que se nos deparam, quasi inaproveitados, sob aspectos multiplos, variedade indefinida de forças phisicas e chimicas ou de materias organicas e inorganicas; de clima, com a sua incontraversa influencia na lavoura e outras industrias, todos esses elementos e possibilidades por assim dizer gratuitos, posto que oneroso, é certo, o processo de se aproveitá-los na ordem economico-operativa, isto é,—"nesse conjuncto de leis ou processos racionaes-positivos, da actividade economico-social em seus momentos caracteristicos: a producção, a circulação, a distribuição e consumo ou uso da riqueza."

Somos, na verdade, economicamente pobres porque pro-

duzimos muito pouco e gastamos demasiado, sem a noção da economia previdente.

Falta-nos, lamentavelmente, e isto se entende com todo o paiz, com excepção rarissima, a nossa *constituição economica*, assentada, equilibrada sobre fundamentos estáveis; não produzimos ainda o sufficiente para o proprio consumo interno, entendendo-se por *produção*, não a criação da materia, que a não pôde crear o homem, porém da *utilidade*, que é tudo que pôde satisfazer nossas necessidades e desejos.

Tres são os factores basilares ou integrantes da produção: a *natureza*, que outrora se dizia a terra, no sentido de terreno cultivavel e que nos dá a materia prima de todas as industrias; o *homem*, pelo *trabalho* ou esforço das suas faculdades, para o fim de crear riquezas e o *capital*. Aquelles dois primeiros são agentes ou factores primarios; o terceiro o *capital*, é um elemento artificial, derivado.

Disto se infere que a produção é "um factor humano por excellencia"; que a "actividade productiva é um dever"; que não poderemos contar com uma vida economica progressiva se não dispuzermos de individuos activos e energias pessoas vigorosas.

"Travailler est le lot et l'honneur d'un mortel", dizia Voltaire.

Examinemos esses tres instrumentos, agentes ou factores integrantes da produção, no caso particular do nosso Estado; vejamos de que modo actualmente esses agentes intervêm e operam em a formação da nossa vida ou da nossa constituição economica

A *natureza*, ahi a temos prodiga, exuberante, nesse complexo de elementos de tão variados aspectos, que servem para a produção, verdadeiras riquezas passivas. E' o nosso mundo externo, esse cosmos opulento, dadivoso, admiravel, com a sua existencia e função local, dando-nos o *espaço*, com os seus processos autonomos, com essa capacidade illimitada, que lhe é intrinseca, das mais variadas produções e culturas.

Está, todavia, reconhecido que a necessidade e desejos é que levam o homem a esse esforço que se chama trabalho. Necessidades experimentadas, desejos sentidos impõem-nos um soffrimento que desaparece pela satisfação que se lhes dá. E' pelo trabalho que o homem cria cousas uteis para o seu conforto, supprindo mesmo, onde ella existe, a insufficiencia dos dons naturaes gratuitos.

Aqui, na terra protectora e dadivosa de Matto-Grosso, a natureza, como em todo o mundo, intervem em todos os factos de ordem economica, pela acção do clima ou dessas influencias cosmicas, que actuam sobre o organismo do homem, fa-

zendo-o viril, estimulado, energico, activo, trabalhador — ou deprimindo-lhe, quebrantando-lhe as forças, tornando-o apathico, inerte, sem estimulo, incapaz dessa actividade aturada, contínua, filha da necessidade e do desejo, que falta ao nosso trabalhador, que não conta com o dia de manhã, preferindo a vida ao Deus dará, na qual o homem nem tudo deve repellir, nem tudo deve aceitar, mas deve escolher; actividade creadora pelo crescente dominio do homem sobre o mundo exterior.

Nestas regiões intertropicaes a iniciativa não medra, a previdencia não surge senão vagarosamente.

Entibia se, enlanguesce o pendor para o trabalho; existe e alastra-se, maligna na sua indolencia climatica, essa frouxidão organica, tanto mais dominadora quanto mais provedoras e mãos da inactividade e do ócio convidativo essas terras em que, do consorcio mythológico do Sol com a Terra, *o pão surge espontaneo como o fructo*; com todas essas facilidades de rios piscosos, de matas e campos povoados de caça, claro está que se reduz a um *minimo*, entre nós, a preocupação da subsistencia; some-se do animo do trabalhador braçal, por desnecessaria, a disposição para o trabalho, na mesma proporção em que a madracice invade o corpo, pondo o espirito, a seu turno, quasi na absoluta impossibilidade de crear ou conceber a imagem de um ideal, de uma, rudimentar que seja, ambição de conforto e bem estar, desse bem estar que é na razão directa do equilibrio economico.

Eis, Snrs. Deputados, uma das razões por que, sendo "naturalmente ricos", devemos reconhecer, entretanto, que somos economicamente pobres".

A media do nosso *valor humano* é quasi nulla, bem pôde dizer-se que não merecemos isso tudo que ahí está. Seremos sempre fracos e pobres emquanto a *provisão humana* da nossa terra, isto é, a população fór essa que ahí vive essa villa descuidada do futuro.

Proclamam as boas autoridades em assumptos economicos a influencia do territorio, por motivo de sua propria constituição geológica e morphológica, incluidos seus systemas orographicos e hydrographicos, com o seu clima, com a sua flora e fauna, sobre a estructura physica, temperamento intellectual e habitos moraes da população.

Aquelles povos que vivem em terras e climas menos benevolentes, com extremos de temperatura, portanto menos propiciatorias da vida, nas quaes as necessidades são mais intransigentes e o seu provimento mais urgente; essas gentes assim vivendo menos bem aquinhoadas pela natureza que, todavia, não lhes é madrastra, têm estimulos congenitos, forçadamente

têm que applicar e desenvolver a sua iniciativa e capacidade de trabalho; ahí nessas terras apparece o typo do homem economicamente considerado, isto é, — como : necessidade, esforço, satisfação.

E' nessas terras que se virilizam e se fazem activos os animos; que se fortalecem as vontades, que as decisões são robustas e esse typo de vontade manifesta-se actuando sobre o mundo externo, realizando o dominio do homem sobre a natureza, pela apropriação de agentes naturaes, que possam augmentar a satisfação de seus desejos e necessidades e diminuir seus esforços, tudo subordinado a leis moraes; assim, por outro lado, operando «uma apropriação de gentes naturaes destinados, posteriormente, a facilitar a satisfação de suas necessidades».

E' nisto, Srs. Deputados, que, em parte, se pôde dizer que consiste o *progresso economico*.

Póde-se mesmo affirmar que são as difficuldades e obstaculos que se nos deparam e não as facilidades que alimentam a energia moral e physica do homem.

Reconhecido desta maneira que as necessidades e desejos ou a sua satisfação são o aguilhão ou o *motor economico* que leva o homem ao esforço, ao trabalho, á producção; que lhe dão ordens, as quaes, executadas criam a vida economica, segue-se que a prodigalidade e exuberancia da nossa natureza, das nossas terras, rios, campos e mattas e a benignidade do clima, nos embaraça e difficulta a criação de uma constituição ou situação economica de relativa autonomia e estabilidade, a qual depende dos seguintes factores: o sólo, o clima, com sua influencia sobre a producção e temperamento de seus habitantes.

O *trabalho* é outro factor integrante e primario da producção; querem alguns economistas seja o facto culminante da economia. Conforme o definem «é o exercicio das faculdades humanas visando directamente a producção da riqueza».

Seu papel na economia de um paiz reveste triplice aspecto: «conceber e prefixar a idéa final ou a qualidade, quantidade e modalidade do producto que se deseja realizar; coordenar os meios e processos correspondentes a elaborar materialmente o proprio producto».

A effiecia da funcção economica deste instrumento da producção não é constante, os trabalhadores estão longe de representar unidades equivalentes; a effiecia do trabalhador varia geographicamente.

As causas dessa variação podem ser individuaes, isto é, que acompanham o trabalhador desde o berço, de modo que se pôde dizer que ha uma especie de *ethnographia do trabalho*.

Entre essas causas individuais, está a *alimentação* que influe sobre o vigor e força organica do trabalhador; a *instrucção*, visto como um povo mais culto dispõe de trabalhadores mais instruidos e, portanto, de maior capacidade para produzir.

« A riqueza está sempre na razão directa da intelligencia, a miseria na razão directa da indigencia mental ».

Influem ainda sobre o trabalho as instituições civis, as leis. Onde o trabalhador é livre, ahí o trabalho é mais rendoso.

Representado pelo homem, aqui temos esmorecido o nosso trabalho, que é nenhum, na qualidade e quantidade.

O lavrador mattogrossense, o proprietario da terra, não encontra os braços de que precisa. Ahí está essa desanimadora escassez da nossa população, que bem mostra quão longe ainda estamos da civilisação industrial. Precisamos de braços, não só para o arroteio da terra, como para a exploração dos nossos seringaes e outras industrias.

O *capital*.— Dizer capital é dizer factor economico derivado do proprio homem. E' elle uma sobra, um atalho de despesa. « Producto poupado, destinado à reproducção » ou « accumulacção de valores subtrahidos ao consumo improductivo » ou ainda « toda utilidade fazendo funcção economica », a verdade é que não o temos, precisamos creal-o e importal-o.

Falta-nos a sua acção complementar, a coadjuvação que elle presta à terra e ao trabalho.

Do exposto vê-se, Srs. Membros da Assembléa, qual deva ser a nossa preocupação principal, no cumprimento de nossos reciprocos deveres. E' o *problema da terra* que ahí está pedindo esses braços de que tanto precisam os nossos industriaes, quer sejam lavradores, criadores ou se consagrem á industria da borracha e da ipeca. Tratemos pois do

POVOAMENTO DO SOLO.— O problema do trabalho no Estado traduz-se no do povoamento desse territorio vasto em que imperam a solidão e o deserto, visto como o proprio modo de explorar a terra depende da densidade da população. Com a superficie de 1.378.783 kilometros quadrados e a população calculada, *grosso modo*, em 200 mil almas, o indice, por kilometro quadrado, da população é de 0,14 de homem ou sejam 14 hectares por individuo. Taes algarismos mostram como estão despovoadas as nossas terras, visto como o indice supracitado não desconta a população urbana. Estamos em completa miseria com relação a este agente de producção, o trabalhador, o mais poderoso e o mais efficiente dos que collaboram na formação da riqueza, uma vez que saiba e queira

empregar as suas faculdades, as suas forças moraes e corporaes contra os obstaculos naturaes. E' sabido que, entre as riquezas latentes dos paizes novos, contemplam os economistas a população como uma riqueza activa. Terras, por boas que sejam, como as que possuímos, sem capitães e sem braços que as trabalhem, nada valem. De todas as riquezas, portanto, de longa data a mais importante, é a população. Estamos, consequentemente, com a nossa industria soffrendo a maior de todas as penurias, que é a penuria de braços.

Para obviar este estado de cousas, logo que assumi o governo do Estado, dirigi-me ao governo federal pedindo a remessa de alguns flagellados do nordeste; e, em 5 de novembro ultimo, passei ao illustre senador Azeredo o seguinte telegramma:

«Julgo seria consultar interesse Estado sua representação intervir junto governo mandar alguns nortistas conta da propria União, atenta a grande falta de braços para toda especie de actividade aqui, como é bem sabido.»

Em 27 de março ultimo recebi de Pentecostes, Estado do Ceará, uma carta que mandei publicar na *Gazeta Official*. E' um brado de angustia que veio ecoar junto ao governo do Estado. implorando a nossa caridade, o nosso espirito de solidariedade com aquelles infelizes patricios, que soffrem as duras inclemencias do clima em que nasceram e que desejam emigrar para estas nossas terras, que ahi estão incultas, pedindo quem as queira trabalhar.

Apezar da crise financeira que atravessamos, vou providenciar para que venham para aqui algumas familias do nordeste flagellado; serà um sacrificio nesta quadra em que toda a nossa preocupação deve consistir em reduzir nossas despesas. E', porém, verdade, Srs. Membros desta augusta Assembléa, que ha economias nocivas e despesas proveitosas e as mais proveitosas das nossas despesas serão essas que visem o bem estar, o desenvolvimento de nossas industrias, dando-lhes os braços de que tanto precisam e estradas pelas quaes escôem a sua produção. Este é e será o maior empenho da minha administração.

O CAPITAL.—Agente derivado, parte da riqueza produzida, o capital nasce de varias fontes: da *economia*, que é o poder moral que sobre si mesmo tem o homem de restringir as suas despesas, visando o futuro. E' tão grande a virtude da economia que alguem já a chamou *trabalho de economia*.

O nosso trabalhador não possui ainda essa grande qua-

lidade de ser económico, não faz esse sacrificio de se privar ou de transferir para mais tarde a satisfação de certas necessidades. Isto é inherente aos povos que vivem em terras e climas propícios; falta-lhes a *previdencia*, que tem o seu fundamento na previsão das incertezas do futuro.

O *credito* é outra fonte do capital. Instrumento aperfeiçoado das permutas, é a antecipação do capital no tempo e assenta sobre uma caução moral, que é a confiança, a qual o facilita *por facilitar o encontro de quem queira emprestar*. Quem não *inspira confiança* não *obtem credito*.

A terceira fonte ou origem de capitaes está na industria ou na arte industrial, que no seculo passado adquiriu um surto, que lhe permittiu grande economia de trabalho, de modo que parte consideravel das forças productoras pôde ser destinada á criação de novos capitaes de producção.

Pela influencia do credito, multiplica-se a acção, a força, a fecundidade do trabalho. Disto decorre que um povo sem credito, e é pelo credito que se faz a solidariedade entre o capital e o trabalho, é um povo em miseria.

A idéa de credito está ligada á idéa de banco; no banco é que se concentram e se regulam as operações de credito.

Digo-vos, porém, Srs. Deputados, que não aceito a idéa de fundação de estabelecimento bancario entre nós, com favores do Estado. A industria bancaria é como qualquer outra empresa commercial; surge, nasce o banco numa determinada localidade como, v. g., apparece uma pharmacia, isto é, por motivo de uma necessidade reconhecida.

O *banqueiro* deve operar com a maxima liberdade, sem intervenção nem favores do Estado. Deve contar consigo, antes de tudo, e ter a plena responsabilidade dos seus actos. Um banco protege-se pela própria honestidade de suas transacções.

O de que precisamos é do *credito agricola*, para os nossos lavradores, sob a fórmula dessas modestas caixas de economia e emprestimo que tanto já se desenvolveram na Europa como succedaneas dos bancos populares de Schulze-Delitsch, fundados estes sobre o *self-help*, ajuda de si mesmo, sob a fórmula cooperativa. Quero referir-me, Srs. Deputados, ás caixas Raiffeisen, que differem dos bancos de Schulze por um pensamento mais generoso, concepção verdadeiramente genial, de emprestimos a juros baixos e prazos largos *«visto como o credito a prazo curto em vez de vantagens somente causa prejuizo e atira os necessitados para as mãos dos usurarios.»*

Raiffeisen, pelas suas caixas, tornou-se um benemerito da lavoura, dessa *primeira de todas as industrias*, que está definida entre nós, merecendo todos os carinhos e que tira os seus recursos das colheitas; isto é — transforma seu capital em di-

nheiro uma unica vez por anno. Eu, por mim, dar-lhe-ei tudo que puder.

Nesta questão de credito agricola mister se não esqueçam estas palavras de Luiz XIV :

”O crédito aguenta a agricultura como a corda o enforcado”

Em Minas, Rio de Janeiro, S. Paulo já se vão aclimando as caixas populares de cooperativismo agricola.

E’ uma necessidade crear, organizar sobre solidos fundamentos o credito agricola, não somente debaixo do aspecto do interesse agricola, como tambem no da ordem politica e publica.

Neste sentido o deputado mineiro Dr. Fausto Ferraz apresentou um bom projecto de lei autorizando o Governo Federal a organizar, segundo o typo Raiffensen, que é o mais acreditado na Allemanha, Belgica e outros paizes, as caixas ruraes.

Esperemos, Srs Deputados, que essa magnifica idéa do representante mineiro se traduza em realidade. Todavia até lá é bom não nos esquecermos que ha um ditado que reza :

«Camponez endividado, camponez arruinado».

Agencia do Banco do Brazil

Antes de assumir a presidencia do Estado, em 19 de junho do anno proximo passado, dirigi-me ao eminente Dr. Homero Baptista para lhe pedir a criação, nesta capital ou na cidade de Corumbá, de uma agencia do Banco de que aquelle digno brasileiro é presidente. S. Exc. prometteu attender o meu pedido, tão logo fizesse certas reformas que projectava para o fim de reorganizar as existentes em varios Estados da União e crear novas agencias.

Não descurando assumpto de tamanha relevancia, tenho reiterado, directa e indirectamente, o meu pedido e tenho esperança de ver em breve realizada essa criação, que é de tanta necessidade para o commercio e industrias do Estado, que precisam desse intermediario das transacções de toda especie. Claro está que será uma instituição de começo limitada em suas operações, como descontar effeitos do commercio, promissorias e vendas de cambias. Ha de, porém, crescer aos poucos o raio da sua esphera de acção benefica, facilitando cada vez mais as operações e circulação dos instrumentos de crédito.

Em data de 6 de março ultimo ainda me escreveu o nosso prestimoso agente bancario na Capital Federal, Sr. Affonso Viseu, que a respeito deste assumpto se tem entendido com o eminente Dr. Homero Baptista :

«Acredito que em breve o Sr. verá satisfeitos os seus desejos com a installação da Agencia do Banco do Brazil em Corumbá, pois o Dr. Homero aguarda sómente a realisação do concurso, já iniciado, para obter pessôal idoneo».

Conclusão

Taes são as informacções que julguei vos dever prestar; haverá sinceridade talvez demasiado rude nas palavras, que aqui deixo neste documento. Tenho para mim que o dever do Governo é dizer a verdade. Bem sei que a verdade provoca o odio; não ignoro, porém, que, por dizel-a destemidamente ninguem foi mas odiado e aggredido do que aquelle cuiabano egregio que hoje é lembrado com saudades e a quem se deve, como a traducção synthetica de uma aspiração que é ainda de hoje, a celebre phrase:

«Republicanizemos a Republica».

Saúdo-vos, Srs. Deputados.

Palacio da Presidencia, em Cuiabá, 15 de maio de 1916.

Caetano Manoel de Faria e Albuquerque.

QUADRO N. 1

MUNICIPIOS	CEREAES			CANNA DE ASSUCAR			CAFÉ	ANNO	OBSERVAÇÕES
	MILHO	ARROZ	FEIJÃO	Aguard.	Alcool	Assucar			
	Alq. de 50 lits.	Alq. de 50 lits.	Alq. de 50 lits.	Canadas 30 lits.	Canadas 30 lits.	Arrobas 15 kilos			
Capital	6.000	5.000	3.000	3.000		2.000	133	1913	<p>Nesse municipio cultiva-se muito a mandioca e canna de assucar, não foi porém, calculada a sua produção.</p> <p>Idem, idem, idem.</p> <p>Idem, idem, idem.</p> <p>Os dados sobre cereaes foi tomado pela entrada dos mesmos no municipio, durante o anno de 1913.</p> <p>Neste municipio ha grande plantações de cereaes, não foi porém calculada, a sua produção.</p> <p>Deixaram de figurar nos questionarios distribuidos e recolhidos nesta Inspectoria, a produção de cereaes em muitos municipios taes como: de Corumbá, Miranda, Nioac, Aquidauana, Campo-Grande, Porto-Murtinho, Bella-Vista, Ponta-Porã, e Matto-Grosso, razão por que o calculo feito na produção de cereaes cultivados no Estado é falho completamente; assim como tambem o calculo relativamente à produção da canna de assucar só ficou conhecido de 4 municipios, sendo que é notorio ser ella cultivada, omhora em pequena escala, em todo o Estado.</p>
Livramento	6.000	6.480	3.000					"	
Poconé	1.500	4.000	1.000					"	
Rosario oeste	1.000	1.500	500	2.300	400			"	
Diamantino	400	600	250					"	
S. Luiz de Caceres	2.000	2.142	1.500	3.400		10.000		"	
S. Antonio R. A.				24.600	5.200	38.000		"	
Coxim	4.000	10.000	2.000					"	
S. A. Paranaíba	5.000	8.000	2.500					"	
Corumbá								"	
Miranda								"	
Aquidauana								"	
Campo-Grande								"	
Nioac								"	
Porto Murtinho						2.100		1912	
Bella Vista								"	
Ponta-Porã								"	
Matto-Grosso								"	
	25.900	37.722	13.750	33.300	5.600	52.100	133		

QUADRO N. 2

Quadro demonstrativo da avaliação do gado e outros animais existentes no Estado, organizado por municípios, no anno de 1913

MUNICIPIOS	VACCUNS	CAVALLA-RES	MUARES	LANTGEROS	CAPRINOS	SUINOS
Aquidauana	164.500	4.590	450	666	200	2.300
Bella-Vista	186.500	15.571	352	9.655	425	1.906
Campo-Grande	480.350	72.945	2.175	7.690	4.000	2.000
Cuiabá	14.000	600	405	100	300	1.500
Coxim	200.000	40.000	1.500	800	300	5.000
Corumbá	187.500	3.125	610	670	5.000	5.000
Diamantino	20.000	1.000	500	—	50	2.000
Avramento	10.700	2.309	12	—	95	3.600
Matto-Grosso	100	10	6	—	—	130
Miranda	141.550	2.650	505	1.000	200	1.500
Nioac	130.000	20.365	88	696	430	1.600
Poconé	250.000	6.500	56	—	60	1.200
Ponta-Porã	160.000	14.000	800	1.600	700	1.500
Porto-Murtinho	111.500	2.050	50	800	—	200
S. Antonio do Rio Abaixo	60.000	4.000	55	80	200	1.500
Santanna do Paranaíba	260.150	600	200	—	—	2.000
S. Luiz do Caceres	100.000	6.000	220	100	40	2.000
Rosario-Oeste	12.005	510	1.100	60	110	1.880
	2.488.855	196.825	9.084	23.916	12.110	31.016

Inspeccoria Agricola do 14.º Districto, em Cuiabá, 20 de Outubro de 1915.

ATENÇÃO

- A MENSAGEM DO ANO DE 1917 DE JOAQUIM GUIMARÃES, CONSTA NA PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS E OBRAS DA CASA BARÃO DE MELGAÇO (CUIABÁ): " CATALOGO BIBLIOGRÁFICO MATO GROSSENSE", ORGANIZADO PELO BIBLIOTECÁRIO WALTER MONTE DA CRUZ, PORÉM NÃO FOI LOCALIZADA.